

1

ATA DEGRAVADA 209ª PLENÁRIA

2 Ao dia dezessete do mês de março de dois mil dezesseis, às nove horas, no
3 plenário da Casa de Direitos Humanos – sede do CEAS/MG, realizou-se a
4 ducentésima nona Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela - presidenta Maria
5 Alves de Souza - FETAEMG , onde estavam presentes os seguintes conselheiros
6 titulares: Rodrigo dos Santos – ASSPROM; Cristiany Felipe – IMSNS, Simone
7 Albuquerque - SEDESE, Luiz George M. da Trindade - CMAS de Lagoa Santa,
8 Ronaldo Gonçalves de Oliveira – CMAS JF, Rosilene AP. Tavares – CRESS, Josiany
9 Vieira de Souza – ACONESQUISTAC, Hermellis M. T. de Campos - CMAS São
10 Francisco de Paula, Leonardo Coury – SEDA, Leonardo Ladeira – Seplag, Soyla R.
11 dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, Volney Costa – PSIND, Walter Figueiredo –
12 FEAPAES – Wilson de Sales Lana – SEF, Maira Colares – SEDESE; Marta Elizabete
13 Souza –SES; Silvana Campos- SEE; Conselheiros Suplentes– Maria da Páscoa
14 Andrade - COGEMAS, Érica Andrade – CRPMG, Marta Maria V. Castro da Silva -
15 SEDESE, Dayse C. Maciel – SEE, Isabela de V. Teixeira – SEDESE. Gabriella Nair
16 F. N. Pinto – SEPLAG; Sandra R.F.Barbosa – SINTIBREF; Magda L. d. S. Rocha –
17 SES; Maria do Carmo Brandão Vargas – CMAS / Leopoldina. Membros da Secretaria
18 Executiva: Consolação Cifani; Nilce Araújo, Ângelo Machado, Adelmira Cerqueira,
19 Rosalice Tassar, Regina Caldeira, Leonardo Lobato, Maria Paula, Luiza, Bruno,
20 Raquel Trindade e Rosângela Maria. **MARIA:** Antes da gente iniciar a nossa
21 atividade, não é costume nos espaços institucionais de gestão pública isso não
22 acontecer, mas eu gosto sempre de fazer, para que a gente comece o dia bem e
23 concentre as nossas energias. Eu queria fazer um momento de silêncio para que a
24 nossa reunião possa ser mais produtiva o possível. E agora, depois de verificado o
25 quórum, a gente dá início à nossa plenária, justificando a ausência da nossa
26 companheira Lúcia Elena, que é do COGEMAS. É uma pena. É a segunda reunião
27 que a Lúcia não vem, até por motivo de trabalho. A do Ítalo também que é do
28 CMAS/BH, que também é por motivo de trabalho. Da Geisiane Lima Soares, da
29 Cáritas, que também é por motivo de trabalho. A Liziane Vasconcelos que sempre
30 acompanha as nossas reuniões, que é do MP, também justifica que hoje ela não
31 poderá estar conosco, também por motivo de trabalho. Na sequência, a gente vai dar
32 posse aos conselheiros. A Magda Lúcia, ela já se encontra? Não. A Sandra Regina
33 Barbosa já está aqui? Sandra pode considerar que você tomou posse. Você quer falar
34 alguma coisa? Por favor. **SANDRA:** Bom dia a todos. Como faz parte do processo
35 esse momento da posse, mas eu andei pensando essa noite, essa noite que quase
36 que a gente não dormiu, eu pelo menos. Eu fico muito honrada de estar tomando
37 posse Maria, por você estar na presidência, não desprezando os demais mas, por
38 representar aquilo que a gente sempre foi. Eu fiquei fazendo uma retrospectiva. Eu
39 recebi o meu diploma de assistência social da mão do André Quintão. Então eu fiquei
40 pensando essa trajetória, porque que eu estou falando disso? É porque a gente sabe
41 que tem o mesmo horizonte. Divergimos, às vezes, ao longo do processo. Muitas
42 vezes a gente tem que ceder, muita das vezes acirra, a gente luta e a gente combate,
43 mas o que queria te dizer, em especial, que eu tenho muita honra, muita alegria, muita
44 força e coragem de estar nesse espaço. Outro dia encontrei com duas representantes,
45 a Baião e o André mandou um abraço pra você Simone. Elas são representantes de
46 usuário no município. “Estou indo para o **CREAS**”, eu disse: “Mas você não largou
47 isso ainda não?” Ela disse: “Não”. Outra coisa, ela que era também usuária, e hoje,
48 falando dos feitos dela ao longo dos tempos na vida dela, a filha dela está estudando,
49 ela conseguiu comprar uma “casinha”. A gente vê que realmente, conforme Intenção
50 ação dos governos e da sociedade civil, as coisas realmente caminham. É com muita
51 honra que eu agradeço. Eu aqui representando toda a assistência social. No meu
52 município eu representava as entidades, e sempre tive a compreensão que a gente
53 não tem que defender só o espaço da gente, mas a assistência social como um todo.

54 Eu represento aqui o SITINBREF. A gente vai começar realmente a aprofundar em
55 uma discussão de qualificação do trabalhador como um todo. Obrigada.
56 (APLAUSOS) **MARIA:** Nós que agradecemos. O CEAS deseja boas-vindas. É um
57 prazer tê-la aqui, ainda mais com a história que a gente sabe que você tem na
58 assistência. (APLAUSOS) **SANDRA:** Muito obrigada. **MARIA:** Quando a Magda
59 chegar, a gente retoma de novo essa questão de posse. A gente vai passar agora
60 para o processo de apreciação da pauta, considerando os diversos pontos de pauta
61 que temos. Algumas discussões são muito importantes, vão dentro da lógica da
62 política do financiamento, mas também da estruturação de Minas Gerais. Antes de a
63 gente discutir a alteração no ponto de pauta, eu quero passar a palavra para a Simone,
64 para ela desejar sorte pra nós. **SIMONE:** Bom dia a todos conselheiros (as). Eu quero
65 cumprimentar a nossa secretaria executiva, na pessoa da nossa secretária
66 Consolação, e todos os funcionários que nos acompanham, os nossos convidados.
67 Eu tenho certeza que nós vamos ao dia de hoje fortalecer esse espaço. Espaço tão
68 importante que é do controle social, porque aqui é o espaço da esfera pública, é onde
69 nós discutimos os caminhos da assistência social em Minas Gerais. Então presidente
70 muito obrigada e um bom dia para todos nós. **MARIA:** Seguindo aqui a nossa
71 apreciação da pauta, a gente observa que tem aqui uma série de atividades. Eu queria
72 dialogar com vocês que às 11 horas está previsto o planejamento do CEAS, que são
73 as prioridades para 2016. Compreendendo que isso não foi discutido ontem em
74 nenhuma das comissões, eu queria dialogar com vocês para que a gente tire esse
75 ponto de pauta, pode ser? Considerando que todos concordaram, a gente retira do
76 ponto de pauta o planejamento estratégico. Da mesma forma a definição dos
77 componentes da comissão de monitoramento das deliberações da conferência, uma
78 vez que as comissões não delegaram quem seriam os representantes. É importante
79 que a comissão discuta e eleja um membro de cada uma das comissões. Então, da
80 mesma forma, eu proponho a retirada desse ponto de pauta, para que a gente faça
81 isso na próxima plenária, fazendo a discussão interna na comissão e indicando dentro
82 da comissão uma pessoa, pode ser? Então a gente retira. Eu conversei com o
83 conselheiro Volney, ele apresenta a relatoria da PCH Mata Velha. À pedido dos
84 nossos companheiros, aqui está previsto para as 15h30min e eles precisam retornar
85 para o município. Por uma questão de justiça e de horário, eles sugerem que a gente
86 traga esse ponto agora para parte da manhã. Eu acho que não tem problema algum,
87 mesmo porque a gente acaba de tirar dois pontos de pauta. Todo mundo concorda
88 que a gente faça a discussão? Então combinado. Pode ser, Volney? Você quer pedir
89 um ponto de pauta? Por favor. **VOLNEY:** Bom dia a todos. Eu queria pedir um ponto
90 de pauta. É para colocar o informativo INFO SEDESE. **MARIA:** Alguém passa o
91 microfone para o Rodrigo, por favor. **RODRIGO:** Eu queria pedir para secretaria
92 executiva e vocês da mesa, onde nós vamos colocar a resolução 550. Ela está em um
93 material anexo entregue para gente. Nós vamos apreciá-la hoje, não é? Está ok.
94 Obrigada. **MARIA:** Esse ponto a Consolação explica que já está na pauta. Mais
95 alguém? **ROSILENE:** Um informe sobre o Simpósio Mineiro. **MARIA:** A Consolação
96 está dizendo aqui que a Isabela vai apresentar a resposta do MP sobre a PCH
97 Fumaça. A gente vai acrescentar na pauta também. Mais alguém tem alguma
98 sugestão de ponto de pauta, de informe, de alguma coisa? Então passando aqui já
99 para os informes. Eu queria combinar uma coisa com vocês. Nós estamos com muitos
100 informes, se vocês observarem aqui na pauta. Como é de costume a gente avaliar
101 essa discussão dos informes, considerando que hoje é um dia só de plenária e a gente
102 no final da tarde temos uma discussão muito importante que é a questão da resolução
103 que fala sobre a recomposição das vagas abertas no Conselho, eu queria pedir que
104 cada pessoa que for fazer o informe usasse o tempo de três minutos, pode ser gente?
105 Senão a gente fica a manhã inteira nos informes. Se alguém gastar mais, a gente vai
106 controlando e pedindo concluir, está certo? A gente começa pelo COGEMAS, que é

107 com a Maria da Páscoa. **MARIA DA PÁSCOA:** Bom dia a todos. Eu vou passar para
108 o Hermellis, porque ele é o vice-presidente do COGEMAS. Eu me ausentei uma parte
109 lá do encontro, então ele está mais informado para passar para gente. **HERMELLIS:**
110 Bom dia a todos (as). O encontro do COGEMAS foi uma proposta da diretoria no início
111 do ano, de fazer esse chamamento do gestor, apesar de que mensalmente a gente
112 está se reunindo também como um encontro de gestores. Esse está trazendo o foco
113 da diferença de estarem os gestores aqui por dois dias. Foi para nós muito gratificante,
114 ver mais uma vez o auditório do plenário JK, na Cidade Administrativa, complemente
115 cheio, e com um tema muito importante para os gestores no momento: a portaria do
116 MDS falando sobre os blocos de financiamento, que traz uma nova metodologia para
117 o financiamento na assistência social. Essa portaria foi assinada no final do ano pela
118 ministra até por decorrência da conferência nacional. Então, já estava com os
119 municípios essa demanda dos gestores pedindo sobre o financiamento. Então veio
120 uma pessoa representando o Fundo Nacional e teve essa mesa falando sobre os
121 blocos de financiamento. Foi tratada em uma das mesas também a questão da
122 regionalização. A gente já tem o plano, ainda precisa conversar para ser executada
123 muita coisa. E, por fim, a questão do plano decenal. É uma proposta do **CONGEMAS**
124 estar trazendo esse tema, para subsidiar essa construção mesmo do plano nacional.
125 Estão acontecendo os encontros regionais do **CONGEMAS**. Hoje e amanhã estará
126 acontecendo o da região sudeste, lá no Espírito Santo. O FONCEAS está presente, o
127 MDS trazendo todo o seu diagnóstico e o seu prognóstico sobre o plano decenal. Para
128 nós esse encontro, aqui em Minas, foi esse pontapé inicial para os gestores aqui,
129 apesar de não conseguirmos trazer todos. Foram quase trezentos municípios. Em um
130 universo de oitocentos e cinquenta e três nós temos muito ainda que caminhar. A
131 gente percebe dificuldade dos municípios ainda por causa de todo esse momento. A
132 gente vê que foi positivo esse encontro. A proposta do COGEMAS esse ano é fazer
133 reuniões bimestrais, para facilitar essa vinda dos gestores para Belo Horizonte, sendo
134 dias maiores, ao contrário que acontecia ano passado, que era só no período da
135 manhã, de 09 às 12 horas. Então para o município que está lá na ponta, isso já
136 dificulta. Então tendo esse espaço maior, facilita essa questão de deslocamento, de
137 justificar lá no município, essa saída do gestor. Acredito que do COGEMAS é só isso.
138 **MARIA:** Alguém quer fazer alguma pergunta para o Hermellis? Foi tranquilo, não foi
139 gente? O próximo é Maria Páscoa, de novo. **MARIA PÁSCOA:** É o informe da CIB. A
140 reunião da CIB aconteceu no dia 02 de março, e trouxe a apresentação do programa
141 da SEDESE para população rural em situação de vulnerabilidade. Foi uma
142 apresentação muito bacana. E junto disso, discutimos a resolução 550, que “dispõe
143 sobre aprovação de critérios de elegibilidade e priorização para doação de trinta e
144 quatro veículos oriundo dos recursos de emenda da Comissão de Participação
145 Popular da Assembleia Legislativa no de 2015, com o objetivo de estruturar a rede
146 sócio-assistencial da Proteção Social Básica para combate da pobreza rural”. Foi um
147 debate muito produtivo. Houve apresentação dos critérios, houve discussão. Foi muito
148 bacana, muito produtivo. O pessoal apresentou, falou que vai sair uma nova
149 publicação. Os informes da CIB eu gostaria que a Consolidação complementasse para
150 mim, porque ela estava lá também anotando tudo. Se ela tiver alguma
151 complementação a fazer, fique a vontade. **MARIA:** Ok? O próximo informe é da
152 SEDESE. Eu vou passar para a Simone. **SIMONE:** Põe aí para mim Rosa, por favor.
153 O primeiro informe que eu gostaria de dar ao Conselho é sobre o plano de serviços.
154 Para os conselheiros que não sabem, o plano de serviços é o planejamento que o
155 município faz acerca do co-financiamento estadual, que ele vai planejar com os
156 recursos do Piso. É um plano on-line, onde os municípios preenchem. Eu quero pedir
157 ajuda para a comissão de acompanhamento aos Conselhos, para pedir que os
158 Conselhos acompanhem. Muitos municípios ainda não terminaram de preencher. Nós
159 temos aprovados trezentos e sessenta e três planos de serviços. Temos duzentos e

160 cinco em análise técnica, cento e sessenta e sete em preenchimento, e em análise
161 dos CMAS, cento e oito. Então fica essa solicitação nossa para o CEAS. Também
162 quero informar aos senhores, que com o decreto do governador, assinado na
163 Conferência Estadual de Assistência Social, exigindo ou determinando que a gente
164 regularize o repasse regular e automático para os Fundos Municipais de Assistência
165 Social, nós, juntamente com a secretaria de governo, começamos o cadastro do CNPJ
166 dos Fundos Municipais de Assistência Social. Até o ano passado, o repasse, ele era
167 feito do Fundo Estadual para o CNPJ da conta da prefeitura, e com o repasse regular
168 e automático, nós, por determinação do decreto, devemos passar do CNPJ do Fundo
169 Estadual para o CNPJ do Fundo Municipal. Isso, presidente e conselheiros, é uma
170 ação de gestão muito importante. Ela traz para o secretário municipal uma gestão
171 sobre os recursos da área, não passando os recursos da assistência social pelo caixa
172 geral da prefeitura. Além disso, conselheiros, essa também é uma atitude que vai dar
173 mais transparência e condições para os conselheiros municipais acompanharem e
174 fiscalizarem as contas dos repasses estaduais. Então, oitocentos e quarenta e sete
175 municípios cadastrados, e em condições de receber repasse já, estão sendo
176 executados na modalidade Fundo a Fundo, do Fundo Estadual para o Fundo
177 Municipal. Eu tenho muito orgulho de dizer isso. Isso também é uma deliberação das
178 conferências de assistência social. Hoje, nesse momento, nós estamos com dois
179 municípios sem CNPJ próprio do Fundo Municipal. Só para vocês terem uma ideia da
180 confusão que ainda é na nossa área. Esses dois municípios, um mandou para nós o
181 CNPJ do Fundo Municipal de Saúde, e outro o CNPJ do Fundo da Criança e do
182 Adolescente. Quer dizer, o próprio gestor municipal como não tinha controle da gestão
183 do Fundo Municipal, ele também ficava bastante confuso. Nós ainda temos em MG a
184 área da assistência social junto com a área de saúde. Isso ainda é uma realidade, e
185 nós estamos enfrentando essa situação. Nós abrimos conta massificada, o que é
186 isso? Antes era o próprio município que abria a conta dele. Cada município abria a
187 sua conta, isso não dava para o Fundo Estadual uma visão geral da gestão dos
188 Fundos Municipais. Nós estamos resolvendo os problemas. Todo esse processo não
189 é um processo sem problema, é um processo com problema. Quem implanta sistema
190 de informação, a novidade na gestão, sabe muito bem que nós enfrentamos
191 dificuldades. Se a gente for olhar os números, são oitocentos e cinquenta e três
192 municípios, nós temos oitocentos e quarenta e sete já cadastrados, temos quatro
193 municípios que não conseguimos colocar no CAGEC, e estamos hoje com negociação
194 com o Banco do Brasil por causa de cento e sessenta e cinco contas nos Fundos
195 Municipais. Eu garanto aos conselheiros, e dou tranquilidade aos senhores, que nós
196 vamos resolver todos os problemas. Aqui no Qualifica SUAS, no primeiro eixo, que é
197 o plano de apoio técnico para indução orientada de gastos, dos duzentos e oitenta e
198 sete municípios elegíveis no eixo um, cento e cinquenta e sete formalizaram o aceite
199 ao apoio técnico do Qualifica SUAS. Os senhores sabem que nós só podemos apoiar
200 tecnicamente, olhar as contas dos municípios, ajudar a resolver os seus problemas,
201 dos municípios que aceitam. Nós tivemos 55% do total. Dentre os trinta municípios
202 prioritários, aqueles municípios que tem 40% dos saldos em suas contas, nós tivemos
203 o aceite de 77%. Apenas dos quarenta, só vinte e três formalizaram o aceite. Desses
204 trinta municípios, nós estamos fazendo visitas município a município. Para esses
205 municípios nós estamos fazendo um plano de ação customizado, ou seja, discutindo
206 com o próprio município, qual que é a prioridade para o gasto dele. Eu queria informar
207 aos senhores, apesar de ter sido bastante informado ontem. A gente conseguiu
208 realizar licitação para fazer a oferta em Minas Gerais. Nós vamos fazer vinte e oito
209 polos de capacitação em Minas Gerais. Mais detalhes e a partilha de quem vai
210 participar, como que vai ser a gente vai apresentar no próximo pleno. Nós tivemos
211 quatro universidades que ganharam a licitação em Minas Gerais. Duas delas que
212 estão no processo, são dois institutos federais e duas universidades. Uma

213 universidade é federal e a outra é uma universidade privada. Eu não vou dizer agora
214 o nome das instituições, porque a gente tem até amanhã para referendar de fato,
215 porque elas estão apresentando os documentos. Nós não tivemos nenhum vazio, ou
216 seja, nós teremos os cursos nos vinte e oito pólos. Outra coisa importante,
217 particularmente para as entidades, mas para os conselheiros também, é a reabertura
218 do CNEAS. Eu de novo insisto para entidades, para os conselheiros, para o
219 COGEMAS, que na dúvida cadastre. Tem muita dúvida ainda. Se a entidade é uma
220 entidade de assistência social de fato, se ela atende de acordo com as ofertas do
221 SUAS. Nós não estamos no momento de olhar para dentro das ofertas das entidades,
222 o importante nesse momento a gente cadastrar. Então eu insisto que a gente, na
223 dúvida, cadastre. Outra coisa importantíssima. Nós instituímos a comissão estadual
224 intersetorial do programa bolsa família. O conselheiro Leonardo também representa a
225 secretaria de planejamento nessa comissão. A comissão é composta por integrantes
226 da comissão estadual do programa bolsa família, pela secretaria de educação, pela
227 secretaria de saúde, pela secretaria de planejamento e também pela subsecretaria de
228 trabalho e emprego. As suas reuniões são realizadas bimestralmente na segunda-
229 feira do mês. Na primeira reunião eu estive presente e lá nós instituímos. A ideia do
230 grupo é discutir estratégias importantes intersetoriais no Estado para melhoria do
231 programa, mas que essa comissão siga como indutora para que os municípios
232 possam criar e fortalecer as suas comissões intersetoriais. Foi muito bom e produtivo
233 o encontro. Nós também realizamos junto com o COGEMAS uma oficina sobre
234 supervisão técnica, que é um assunto que também vou informar, mas que a gente vai
235 trazer mais informações no próximo pleno do CEAS. Eu quero informar e já convidei
236 os conselheiros: a UFMG, junto com a SEDESE, estão realizando um seminário
237 internacional intitulado “A política de assistência social no Brasil e na Argentina”. O
238 evento integra as atividades do Capacita SUAS de MG e tem por objetivo propiciar
239 aos profissionais do SUAS, estudantes, professores e pesquisadores da área, um
240 espaço de debate sobre a configuração, avanço e desafios da política de assistência
241 social nos dois países. Quero também convidar a todos os conselheiros,
242 principalmente a comissão de orçamento e financiamento, para participar do
243 seminário estadual com a AMM, onde a gente vai discutir a gestão orçamentária e
244 financeira do SUAS. Nós vamos lançar uma cartilha com a AMM sobre a gestão
245 orçamentária e financeira em MG e também vamos discutir nesse seminário o marco
246 regulatório das entidades e organizações da sociedade civil e seu impacto no SUAS,
247 que é uma ansiedade dos gestores, das entidades. **ROSILENE:** Eu quero parabenizar
248 a SEDESE pela iniciativa, pela discussão desse debate sobre a supervisão técnica.
249 Enquanto trabalhador do SUAS, a gente sabe da dificuldade que é. Não tem conteúdo,
250 não tem informativo que dá condições para esse trabalhador do SUAS. O CRESS se
251 coloca a disposição para contribuir no que for necessário. **MARIA:** Ok. Eu não vou
252 abrir mais para perguntas, considerando que são informes. Eu queria sugerir que na
253 próxima plenária se tiver informes dessa importância, nessa amplitude, que a gente
254 coloque como ponto de pauta, assim a gente garante de que todos possam participar
255 do processo. Tem mais alguém que se inscreveu? **LUIZ GEORGE:** Bom dia para
256 todos. Tem como voltar nos informes da Simone? (VOZES AO FUNDO Simone nós
257 somos oitocentos e cinquenta e três municípios, não é isso? Oitocentos e cinquenta e
258 sete cadastrados em condições de receber os repasses que estão sendo executados
259 pela modalidade Fundo a Fundo. Porque que estão sendo questionadas as contas
260 bancárias de cento e sessenta e seis municípios? Como e por quê? **SIMONE:** Vou
261 tentar tá? Para você fazer a modalidade Fundo a Fundo, você tem que fazer algumas
262 coisas. Do ponto de vista operacional, para gente operacionalizar isso, nós temos que
263 cadastrar o CNPJ do Fundo Municipal. O Fundo Municipal é uma lei, conta única. Essa
264 conta tem conta do governo estadual, conta do governo federal, conta do governo
265 municipal. Tudo fica em uma conta só, por exemplo. As contas do Fundo Nacional

266 quem abre é o nacional, ele abre a conta. Ele abre a conta lá no seu município e passa
267 o dinheiro para lá. Aqui no Estado também. Quem abre a conta para o governo do
268 Estado é o Banco do Brasil, igual ao governo federal, que também é o Banco do Brasil.
269 Então eles mandam para nós um sistema de informação, onde nós colocamos o nome
270 lá, nome do prefeito, CNPJ do prefeito, que é o responsável pela conta. Então nós
271 estamos conversando com o Banco do Brasil. Tem dois dias que a gente está
272 conversando, mas o problema não é do município. O problema é alguma informação
273 dentro do sistema de informação, que nós estamos tentando descobrir. Então nós
274 estamos entrando em contato com eles. Nós estamos descobrindo, tanto a área
275 técnica da SEDESE, quanto a área técnica do Banco do Brasil, a gente está junto para
276 descobrirmos qual é o problema. Eu estou tranquilizando os conselheiros, que é um
277 problema de sistema e nós vamos resolvê-lo. Eu queria aproveitar, e dizer para a Rose
278 que estamos negociando com o CRESS de termos no Simpósio Mineiro um espaço
279 de discussão, tanto do Capacita SUAS, quanto da supervisão técnica. Nós estamos
280 negociando para gente debater. Nós fizemos um debate com o CRP no encontro dos
281 psicólogos. O Volney estava lá, e também a conselheira Érica. Foi muito bacana, muito
282 importante. Então eu acho também muito importante que a gente faça com a categoria
283 do serviço social também. Então Rose, será muito bem vindo. Eu agradeço muito a
284 você inclusive pela intermediação e a possibilidade da gente debater com a categoria
285 de serviço social. **MARIA:** Passando para o próximo informe, é o companheiro
286 Hermellis. **HERMELLIS:** O informe é da reunião trimestral do CNAS com os CEAS do
287 Brasil e do CNAS/DF. Eu vou passar rapidamente, só para vocês terem o
288 conhecimento. Na abertura nós tivemos a presença da ministra Tereza Campello, da
289 secretária lêda e da secretária interina da SENARC, Letícia Bartolo. O presidente
290 trouxe uma fala muito geral sobre a questão da importância do CNAS estar se
291 reunindo com os CEAS, já que operacionalmente não tem como o CNAS ir em todos
292 os Estados. Essa reunião é uma estratégia do CNAS de aproximar e afinar as
293 informações entre os CEAS. Foram debatidos pontos também da conferência,
294 destacando, inclusive, a questão da metodologia usada de reunir por região, que foi
295 uma coisa inédita em conferência, e que foi muito positivo. Logo depois e antes de ir
296 para o almoço, a pauta foi estabelecer a união regional do CNAS da região sul e
297 sudeste. Como aconteceu no ano passado, foi feita aqui em Belo Horizonte. Este ano,
298 nós também em Minas Gerais, nos candidatamos para sediar essa reunião com o
299 CNAS. Acontecerá nos dias 21 e 22 de junho de 2016. Depois, às 14 horas, voltamos
300 do almoço, nós tivemos um diagnóstico e prognóstico para o plano decenal 2016, a
301 partir das deliberações da 10ª conferência de assistência social, onde a Juliana do
302 MDS trouxe um diagnóstico do que está sendo feito para subsidiar essa construção
303 do plano. Como eu falei do encontro do COGEMAS, das regionais, é ela que estará
304 apresentando, principalmente nesse do sudeste que vai acontecer hoje e amanhã,
305 esse diagnóstico para subsidiar a discussão para construção do plano decenal. E
306 finalizando o dia, nós tivemos as apresentações, sistematização do planejamento
307 integrado do CNAS. Aí vão os pontos destacados. Ontem eu fui preparar isso e ainda
308 não tinha conversado com a Consolação. A Consolação, também como secretária
309 executiva foi comigo, representando o CEAS e a mesa diretora. Aí alguns pontos que
310 cabem a nós enquanto CEAS. É esse o papel realmente do Conselho como espaço
311 de participação, controle e fiscalização. **(PARTE 2) HERMELLIS:** A gente sabe que
312 quando a gestão vai bem, o controle também vai bem, e vice-versa. Essa energia que
313 tem que haver entre essas duas instâncias. O acompanhamento das deliberações das
314 conferências, tanto por parte do CNAS, instiga os CEAS e CMAS a fazerem realmente
315 essa articulação, de divulgar aos CMAS as deliberações e fazer o acompanhamento.
316 Aproximar o CEAS dos CMAS, dando essas devolutivas da conferência, subsidiando
317 e apoiando a questão do plano decenal e a questão da regionalização. A importância
318 da vigilância socioassistencial como diagnóstico. Foi pautado isso também em uma

319 das falas. Atualizar essas ações, projetando essas mudanças provindas do
320 diagnóstico. Uma questão que a gente também concorda é a intersectorialidade. Isso
321 ainda tem que avançar muito e que está presente para nós da assistência social, que
322 tanto articula com as outras políticas públicas. É um ponto também a ser discutido
323 pelos Conselhos e de modo geral pelas outras políticas. E por fim, essa complexidade
324 do sistema. Estamos em um universo complexo. Isso foi uma coisa que me chamou
325 bastante atenção. A vida é um sistema complexo, temos que interagir com isso,
326 conhecer essas complexidades e lidar com essa forma complexa. Devemos ter um
327 olhar diversificado pela política em prol de todos. Destacando ainda as ações dos
328 Conselhos e essa aproximação. Então nós tivemos um retorno muito positivo. Nós
329 recebemos o município de Nepomuceno, vieram a presidente e a coordenadora do
330 CREAS. Teve realmente essa participação de tirar as dúvidas, essas orientações e
331 aproximações, que tanto os CMAS demandam da gente. Eles carecem mesmo de
332 informação. Acredito que a Comissão de Apoio aos Conselhos está reavaliando essa
333 questão. Eu vou ver como está sendo essa questão da operacionalização, das
334 denúncias que chegam ao CEAS. Depois desse feedback da comissão, a gente já
335 está pensando em outras propostas e vamos trazer nas próximas plenárias. Ter esse
336 órgão estadual como apoio dos CMAS, realmente é importante para estarem
337 amparados e mais próximos. **SIMONE:** Eu queria fazer uma sugestão. Vocês sabem
338 que eu sou cheia de ideia, não é? Mas é para aproveitar mesmo. Já que o CNAS vem
339 aqui, que tal a gente fazer um encontro dos Conselhos aqui nesse dia gente? O que
340 vocês acham? Eu até conversei com a Consolação, quem sabe fazer uma proposta
341 mesmo para o CNAS, porque aí aproveita e chama os CMAS. Vamos chamar igual
342 chama para o COGEMAS, a gente pode juntar. É um convite. Talvez a gente faça lá
343 no JK também. Lá só cabem umas setecentas pessoas, né gente?! (VOZES AO
344 FUNDO) Mas falando sério, eu acho que a gente podia fazer. Dar alguns retornos.
345 Nós já temos alguns retornos, principalmente acerca das conferências do ano
346 passado. A gente já criou a comissão de monitoramento das deliberações da
347 conferência, a gente já está implantando o Fundo a Fundo, vocês já estão discutindo
348 a estruturação e o fortalecimento das URCMAS. Isso também é para dar um retorno,
349 eu acho, para os Conselhos. Então eu queria sugerir isso. Nós temos que fazer uma
350 proposta, lógico, e combinar com o CNAS, nem que seja uma parte, um período, mas
351 que a gente pudesse aproveitar a vinda deles. Já que vem todo mundo para cá, então
352 vamos aproveitar e trazer os CMAS. **RONALDO:** Na verdade é até pegando um
353 gancho na sua fala Simone. É uma sede também da nossa secretária executiva, já
354 algum tempo para esse encontro de secretários executivos dos Conselhos. Eu
355 entendo a grande importância da secretaria executiva dos Conselhos. Ela que é a
356 memória viva do Conselho e ela que dá o tom ao andamento dos Conselhos
357 Municipais. É ela que traz, é ela que pauta e ela que dá o tom. Eu vejo com muita
358 importância isso e não sei se seria esse o momento, eu não sei como foi feito esse
359 chamamento, ou trazer isso para o nosso Conselho Estadual. Espero que seja o mais
360 breve possível. Eu tenho certeza de que a partir delas, terá um avanço imensurável
361 no andamento dos CMAS do nosso Estado. **ROSILENE:** Eu concordo em tudo o que
362 o Ronaldo falou. O SUAS não traz essa discussão para a secretaria executiva e para
363 os demais. Eu acho que é muito importante a valorização do trabalhador do SUAS,
364 que também são dos Conselhos. Eu concordo com você e parabéns pela colocação.
365 **MARIA:** Está vendo Ronaldo? Aceito. (RISOS) Muito bem. Vamos passar para o
366 próximo ponto de pauta, que é com o conselheiro Rodrigo. **RODRIGO:** Estou trazendo
367 a devolutiva do GT de acolhimento institucional. É a terceira reunião do GT. Em
368 relação a mim, foi a primeira participação. Nesse GT nós temos participantes lá da
369 SEDPAC, do CAO da infância, do CEDCA, além do CEAS. A proposta do GT é uma
370 discussão sobre o aprimoramento da legislação e do guia de acolhimento do programa
371 que protege os adolescentes e as crianças ameaçadas. Ele vai se situar na proteção

372 especial, então tem situações de média complexidade, os adolescentes e as crianças
373 estão fragilizados. Tem situações também de alta complexidade com os seus direitos
374 rompidos. O objetivo do GT é uma construção de uma resolução conjunta. Eles vêm
375 propondo esse aprimoramento dessa legislação, levando em consideração que foram
376 apresentados alguns entendimentos errôneos por parte da rede, tanto a criança e o
377 adolescente estão tendo os seus direitos negados. Eu trago para vocês erros no
378 entendimento desse GT. Tem um guia acolhimento que fala de “pouso provisório”. O
379 adolescente, ele está sendo protegido pela justiça, ele vai para um hotel e fica
380 aguardando a vaga de acolhimento institucional. Dependendo da comarca que é
381 solicitada essa vaga, às vezes o juiz não quer receber, ou às vezes até a própria
382 entidade. Às vezes as entidades querem receber, aí o MP entra no meio do processo
383 para negar, com aval do juiz. Então são situações que eles trouxeram para esse GT
384 que precisa ser aprimorado. Já tem uma próxima reunião agendada agora para o dia
385 trinta de março. Eu queria trazer para vocês a informação que no dia dessa reunião,
386 a qual eu participei, o CEDCA não estava presente. A gente solicitou a eles o convite
387 para discutir algo. Eu ia tentar isso na reunião da mesa diretora ontem, mas por algum
388 motivo como não houve o encontro ontem estou trazendo hoje para a plenária. É isso
389 o que eu tenho para dizer. **MARIA:** Alguém tem algo para perguntar para o Rodrigo?
390 Então vamos passar para o próximo ponto de informe, que é com a Consolação.
391 **CONSOLAÇÃO:** Essa foi a segunda reunião do Fórum Interconselhos de Políticas
392 Públicas de MG, aqui na Casa. O conselheiro Rodrigo teve um imprevisto. Eu só
393 estaria acompanhando o conselheiro, então acabou que eu fiquei nessa
394 representação. O objetivo foi fortalecer a situação dos Conselhos, principalmente aqui
395 da Casa de Direitos, mas eles chamaram de todos os outros órgãos do Estado. Então
396 teve desde o do meio ambiente, do IGAN, outros comitês e comissões também se
397 fizeram presentes nessa reunião. Foi apresentado o mapeamento de todos os
398 Conselhos, inclusive foram discutidos alguns equívocos nesse mapeamento que foi
399 corrigido, apresentaram uma concepção dinâmica desse fórum que também ainda
400 está em construção, o que ele vai fazer, a questão de um regimento desses
401 interfóruns. Já avançou na representação. Antes eles pensavam em fazer um fórum
402 mais voltado para a sociedade civil, agora, hoje, a discussão é de todo mundo: é de
403 Conselhos, dessas comissões que são paritárias ou que tenham essa representação
404 de sociedade civil ou governo. Apresentaram também uma data de fazer um seminário
405 interfóruns. Está sendo discutido para que possam organizar, e fazer uma política
406 estadual de participação seria o tema desse seminário. Apresentaram também uma
407 proposta, está em construção, de ter um portal de participação também para o Estado.
408 Foram só ainda algumas discussões, mas que não tem o produto ainda. Está em
409 discussão com todos esses Conselhos. Eles vão marcar uma reunião mais técnica e
410 depois abrir uma terceira reunião desse fórum. **MARIA:** Por favor, Sandra. **SANDRA:**
411 É só um pedido sobre o informe anterior, porque eu consultei o colega aqui que estava
412 dando o informe. O conselheiro que está chegando pode integrar o GT de acolhimento
413 institucional? Eu teria muito interesse, inclusive pela pauta de dezoito anos de
414 experiência no acolhimento institucional, ameaçada por traficantes porque iriam matar
415 a dona do abrigo, da gente acolher os adolescentes em situação de risco. Eu tenho
416 uma vivência muito grande, então gostaria de participar dessa discussão. Ele me
417 informou que devia encaminhar um ofício para mesa diretora deliberar depois.
418 Vivemos esses problemas na pele, no dia-dia com os municípios. Obrigada. **MARIA:**
419 Dentro do GT hoje a gente tem o conselheiro Rodrigo. Ela está dizendo que está
420 disponível e querendo participar. A Consolação informa que por parte do GT não tem
421 problema. Os conselheiros têm alguma objeção na participação de Sandra junto com
422 o Rodrigo? Então Sandra você será comunicada das próximas reuniões. O próximo
423 informe é com a companheira Cristiane, ela não se encontra no momento. (VOZES
424 AO FUNDO) Sim. Na programação de informe está inscrita a conselheira Cristiane,

425 ela não está aqui. Eu vou passar para o conselheiro Volney fazer os informes
426 solicitados por ele. (VOZES AO FUNDO). **MARIA:** É um ponto de pauta sobre o
427 simpósio com a Rosilene. Eu tinha colocado como informe, Volney. **ROSILENE:** Como
428 a Simone já falou, esse ano tem o Simpósio Mineiro de Assistência Social, que
429 acontece de três em três anos. Este ano não menos importante, mas especial, porque
430 é a comemoração dos oitenta anos da profissão de Serviço Social. Vai acontecer entre
431 os dias dezenove e vinte um de maio. Vai ser lá no Minascentro. A programação eu
432 não vou estender, porque está no site do CRESS. São plenárias simultâneas que tem
433 haver com a política de assistência, tem sigilo profissional, trabalho com famílias,
434 pessoas em situação de rua. Vai ter espaço reservado para os assistentes sociais que
435 atuam nos mais diferentes espaços, e que se reúnem para discussão dos temas,
436 desafios e possibilidade de atuação. Está aberto. É importante fazer essa discussão.
437 É isso, estender o convite a todos os assistentes sociais e estudantes. **MARIA:** Muito
438 bem. Convite aceito. Você quer falar, Érica? Por favor. **ÉRICA:** Primeiro eu queria
439 pedir desculpas pelo meu atraso, então eu perdi algumas coisas. A Geisiane pediu
440 para justificar a ausência dela. Ele teve um problema no trabalho, mandou isso de
441 última hora. Quero agradecer a Simone pela presença, foi uma fala muito bacana,
442 ressoou muito bem. Os psicólogos se sentiram acolhidos, eles gostaram muito do que
443 vai vir pela frente. Eles se sentiram muito acolhidos. A gente tem notícia de pessoas
444 que querem montar fórum municipal, fórum regional. Então isso ressoa muito bem,
445 ecoa muito bem. A gente teve muitos participantes e as oficinas ficaram lotadas. Foi
446 muito boa também a discussão que eu e o Volney levamos sobre a pobreza rural, dos
447 CRAS itinerantes, equipes volantes. Quero chamar atenção para o dia 05/04. A gente
448 vai ter no CRP um pré-congresso da assistência social. Nesse pré-congresso a gente
449 visa discutir as deliberações, fazer novas propostas para a política de assistência
450 social. É importante que os psicólogos que trabalham no SUAS público ou privado,
451 participem desse pré-congresso. Será no dia 05/04, no auditório do CRP, às
452 17h30min. Nesse dia então a gente tem as propostas e a eleição de delegados para
453 o Congresso Regional de Psicologia, que vai ser nos dias 29, 30 e 31 de abril e 1º de
454 maio. Os delegados eleitos nesse pré-congresso participam do COREP, depois vão
455 para o Congresso Nacional de Psicologia em Brasília. A gente precisa saber quais as
456 propostas que a categoria quer que a gente levante para o próximo triênio. Isso está
457 muito de acordo com as conferências de assistência social. **MARIA:** Vamos verificar
458 quais os conselheiros estão disponíveis. Diante do seu convite, eu queria agradecer
459 em nome do CEAS a disponibilidade, não só do Hermellis, mas também a do Rodrigo,
460 da Cristiane, e de outros. São vários convites que o CEAS recebe, e a gente vai
461 comunicando aos conselheiros que tem disponibilidade. Quem estiver disponível para
462 participar de alguma atividade, é comunicar e na medida do possível a gente vai
463 envolvendo os conselheiros nos convites que o CEAS recebe. Quando a gente
464 encaminha para o conselheiro, ele vai representando o CEAS com essa
465 responsabilidade. Então vamos passar para os nossos pontos de pauta de
466 deliberação, né? Vamos passar para as comissões temáticas. A primeira comissão é
467 orçamento e financiamento. Já vou comunicando que a comissão de apoio não tem
468 nenhum ponto a ser deliberado hoje. Segundo o Ronaldo, o trabalho é muito
469 complexo. Eles vão apresentar na próxima. A comissão de orçamento está alterando
470 a apresentação. A Comissão de Política tem? **MARTA SILVA:** Sim. A gente pode dar
471 conjunto com a comissão de normas, que foi o ponto de pauta conjunto. **MARIA:** Sim,
472 por favor. **MARTA SILVA:** Ontem nós tivemos a presença da Letícia Silva,
473 coordenadora do GT do governo e diretora de defesa e reparação de direitos humanos
474 da SEDPAC nos apresentando, conforme deliberou a nossa última plenária do mês
475 de fevereiro o projeto de lei 3312 de 2006, que assegura os direitos da população
476 atingida por barragem. Ela fez uma apresentação aqui para as duas comissões. Eu
477 não vou voltar nos pontos que ela apresentou, mas eu destacaria a importância do

478 CEAS de participar das discussões do GT e sobre, depois, a regulamentação dos
479 dispositivos que a lei referendar. Considerando isso, as comissões colocaram como
480 encaminhamentos a gente aprofundar estudos do projeto de lei que ainda está em
481 tramitação na Assembleia, na primeira comissão. Depois a gente debater o papel do
482 Conselho no PAS para população atingida por barragem em relação ao SUAS, porque
483 a legislação que hoje existe é inferior ao SUAS, e, também, debater sobre a situação
484 da pessoa atingida em seu território, uma vez que essa relação para gente também é
485 muito importante. Então os encaminhamentos foram esses. Esse é o informe conjunto
486 das duas comissões. **MARIA:** Tem algum conselheiro que quer... Por favor.
487 **ROSILENE:** É sobre o retorno do CRESS sobre Guanhães, e também tem o de Unaí,
488 mas não entrou agora. Eu já passei para a Consolação, tem a resposta que foi
489 solicitada na última reunião. **MARIA:** Tá. Sobre o que a Marta apresentou alguém tem
490 alguma pergunta? Podemos considerar vencido o ponto de deliberação de Política e
491 Normas? Em votação. **MARTA ELISABETE:** Eu entendi é que os conselheiros do
492 CEAS devem integrar o grupo de trabalho ou fazer o acompanhamento próximo desse
493 projeto de lei. Teria que designar as pessoas? Projeto de lei é uma coisa trabalhosa,
494 tem que ir para dentro da Assembleia, acompanhar as discussões. É isso ou não?
495 Não? Desculpa. **LEONARDO - SEPLAG:** Eu só queria esclarecer como representante
496 da SEPLAG. Eu sou membro deste GT do PL. Eu vou acompanhar e posso trazer
497 notícias para vocês na medida que ele for andando. Eu acho que já representa o
498 Conselho. **VOLNEY:** Eu moro em uma região minerária. Ontem eu dei uma “corrida
499 de olhos” nesse projeto de lei. Eu observei que, até o momento, quem está
500 participando é o movimento de atingidos por barragens. Como esse projeto de lei
501 objetiva também outros tipos de empreendimentos como canaviais, eucaliptos, outros
502 tipos de monocultura, eu acho que é necessário que a gente localize pessoas dessas
503 áreas, para contribuírem com esse projeto de lei. Eu acho que nós precisamos pensar
504 como que nós vamos mobilizar as pessoas atingidas dessa monocultura. Nós somos
505 atingidos, por exemplo, por regiões minerárias. A gente é um pouco mais organizado.
506 Eu fiquei pensando ontem, na hora que eu li o projeto. De que formas essas pessoas
507 poderão colaborar com gente? **LEONARDO – SEDA:** Concordo com o Volney. O
508 MAB, ele não é um movimento necessariamente de barragens, ele é uma articulação
509 de populações que são atingidas também por outros empreendimentos, além de
510 barragens. Mundialmente é o movimento mais organizado, inclusive em relações a
511 outros como MST, alguns outros movimentos sindicais, porque ele consegue trabalhar
512 com os Conselhos locais, consegue trabalhar em articulação com outros movimentos
513 que não são só de barragens. Para vocês terem uma ideia, eles têm cento e treze
514 núcleos espalhados por todo o Estado de MG. Então, assim, qual movimento que
515 consegue ter uma organicidade dessas sem um real? Agora, no projeto de lei, eu não
516 sei se vocês viram, a proposta do comitê é ter onze membros de movimentos que não
517 é só o MAB. Se o Conselho, se as entidades e organizações de classe e sindicais
518 derem essa contribuição, vai ser muito importante, para que também não vire uma
519 luta de uma articulação que, muitas das vezes sozinha, não vai dar conta de fazer
520 uma interlocução para além do governo. **MARTA SILVA:** Volney, eu acho que essa a
521 sua demanda está contemplada naquele aspecto de ontem, de ler com mais calma o
522 PL, e aí fazer debate, chamar pessoas, se aprofundar mais sobre ele. Esse é um
523 trabalho das duas comissões que nós estamos propondo, que a gente se empenhe
524 de agora em diante, com reuniões e momentos conjuntos das comissões de políticas
525 e normas, para gente poder aprofundar isso no longo do ano. **LEONARDO –**
526 **SEPLAG:** E complementando Volney, eu queria contar da experiência. É uma pauta
527 que o MAB trouxe para o governo. É mérito desse movimento o PL. É um movimento
528 nacional também. No âmbito nacional existe uma proposta de PL que ainda não se
529 concretizou, Minas acabou passando na frente, mas lá já tem essa discussão bem
530 forte. O movimento que gente conseguiu enquanto GT na construção do PL, foi não

531 deixar restrito ao MAB, foi deixar aberto, mas o MAB é o intermediário. Eu queria fazer
532 uma proposta aqui para o Conselho, e aí como eu sou novato, eu não sei se eu tenho
533 um bom conhecimento para fazer essa proposta. Eu acho que esse momento da
534 discussão na Assembleia, que vai ser bem intenso, o MAB vai articular muito com os
535 deputados. Vai ser um momento com muitas discussões, com muita audiência. O
536 poder econômico vai ser contra e vai vir pesado contra essa proposta. Eu acho que é
537 o momento dos movimentos se inserirem nessa discussão. Eu acho que o CEAS tem
538 uma relação com uma lista de movimentos e tudo mais, até essa capilaridade de
539 trabalhar com os CMAS. Eu acho que o Conselho poderia fazer uma divulgação disso.
540 O Conselho podia fazer uma nota alertando as pessoas para estarem por dentro
541 dessas discussões, convocando-as para o debate porque a assistência social é muito
542 afetada por esse assunto. Eu acho que é uma das principais, que deveria estar dentro.
543 **MARIA:** Todos os conselheiros concordam com os pontos encaminhados pela
544 comissão de normas e a comissão de política? Nenhuma objeção? Então
545 considerados aprovados os encaminhamentos trazidos pelas duas comissões. O
546 encaminhamento apresentado por último, pelo Leonardo, alguém tem alguma posição
547 contrária? Eu acho que é justo o que ele está colocando. O nosso papel é mobilizar,
548 articular. Então se considera também aprovada a proposta de fazer a nota, orientando
549 e mobilizando a sociedade. Então passando para frente, Comissão de Orçamento e
550 Financiamento. É você Isabela? Por favor. **ISABELA:** Ontem a gente realizou uma
551 reunião específica da Comissão de Orçamento, que vão ser os últimos pontos que eu
552 vou trazer. Depois a gente realizou uma reunião conjunta com todas as comissões,
553 em que foram apresentadas as prestações de contas do terceiro e do quarto trimestre
554 de 2015. A gente trouxe aqui um consolidado da prestação de contas. O detalhamento
555 foi apresentado ontem. Eu vou esperar projetar, porque facilita. **MARIA:** Espera um
556 minuto Isabela. Aproveitando que não colocou ainda, eu queria trazer isso que a
557 Isabela começou a falar. Ontem a gente debateu demais isso. Estavam todas as
558 comissões juntas. Eu gostaria que a gente não repetisse o mesmo debate de ontem,
559 até porque a gente discutiu, tiramos todas as dúvidas. Ela vai apresentar a decisão
560 que a Comissão trouxe como parecer. **ISABELA:** Eu tinha pensado em falar só o valor
561 da execução final de cada ação orçamentária, para constar na ata da plenária, né? E
562 aí no final, a indicação da Comissão ok? Em relação à primeira ação orçamentária do
563 FEAS, que é a qualificação de recursos humanos para gestão e controle do SUAS. O
564 orçamento dessa ação constava de R\$ 3.215.519 (três milhões, duzentos e quinze
565 mil, quinhentos e dezenove reais), com a meta física de dez mil participantes
566 capacitados. A gente teve uma alteração no quarto trimestre. Foi feito um
567 remanejamento orçamentário, essa ação orçamentária teve uma anulação de R\$
568 1.891.912 (um milhão, oitocentos e noventa e um mil novecentos e doze reais). No
569 terceiro trimestre teve uma execução orçamentária de R\$ 621.000 (seiscentos e vinte
570 e um mil), uma execução financeira de R\$ 102.937,00 (cento e dois mil, novecentos e
571 trinta e sete) pagos no mesmo valor. No quarto trimestre teve uma execução
572 orçamentária de R\$ 591.271,00 (quinhentos e noventa e um mil duzentos e sessenta
573 e um). Uma execução financeira de R\$ 1.108.376,27 (um milhão, cento e oito mil,
574 trezentos e sessenta e seis, vinte sete). Um valor pago financeira de R\$ 1.300.475,98,
575 00 (um milhão, trezentos mil, quatrocentos e sessenta, e cinco e noventa e oito reais).
576 No final do ano deu uma execução acumulada de R\$ 1.212.579,00 (um milhão,
577 duzentos e doze mil, quinhentos e sessenta e nove reais), representando um
578 acumulado de 38% em relação ao valor original da LOA. Depois da anulação que foi
579 feita, essa execução passa ser de 98,6%. Em relação à segunda ação orçamentária
580 operacionalizada do CEAS, na LOA foi previsto um orçamento de R\$ 756.224,00
581 (setecentos e cinquenta seis mil, duzentos e vinte quatro reais), com uma meta física
582 apoiada. Essa ação orçamentária teve uma suplementação no valor de R\$
583 1.600.00.00 (um milhão e seiscentos mil), que foi para realização das conferências

584 regionais e da conferência estadual. No terceiro trimestre a gente teve uma execução
585 orçamentária de R\$ 296.143,47 (duzentos e noventa seis mil, cento e quarenta e três
586 reais e quarenta e sete centavos); Uma execução financeira de R\$ 58.843,52
587 (cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos),
588 e um valor pago de R\$64.856,55 (sessenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis
589 reais e cinquenta e cinco centavos). No quarto trimestre, a gente teve uma execução
590 orçamentária de R\$1.642.640, 44 (um milhão, seiscentos e quarenta e dois mil,
591 seiscentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos). Uma execução financeira
592 de R\$ 1.883.080.44 (um milhão, oitocentos e oitenta e três mil, oitenta reais e quarenta
593 e quatro centavos) e um valor pago financeiro de R\$1.881.491.37 (um milhão,
594 oitocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e sete
595 centavos), dando um total de execução de valor liquidado no ano do exercício de
596 R\$1.991.382,78 (um milhão, novecentos e noventa e um mil, trezentos e oitenta e dois
597 reais e setenta e oito centavos),o que representa uma execução de 84,52%, já
598 considerado o valor da suplementação. A maioria dessa execução foi para a
599 realização das conferências. A terceira ação orçamentária que é o cofinanciamento
600 dos serviços e benefícios para os municípios na execução da proteção social básica,
601 tinha um orçamento previsto na LOA de R\$4.329.997,00 (quatro milhões, trezentos e
602 vinte e nove mil, novecentos e noventa e sete reais), e uma nota física de 97 (noventa
603 e sete) unidades financiadas. Lembrando que essa nota física é referente aos serviços
604 da chamada série histórica. São cofinanciamentos Fundo a Fundo, que o Estado
605 realiza para os municípios executarem os serviços de convivência e fortalecimento de
606 vínculos. Nessa ação não teve nenhuma suplementação ou anulação no período. Em
607 relação ao terceiro trimestre, foi feita uma execução de R\$951.320,00 (novecentos e
608 cinquenta e um mil trezentos e vinte reais) orçamentária; Financeira de R\$342.280,00
609 (trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta reais), e pagos é de R\$ 300.520,00
610 (trezentos mil quinhentos e vinte reais). No quarto trimestre, uma execução
611 orçamentária de R\$2.508,000,00(dois milhões quinhentos e oito mil); uma execução
612 financeira de R\$ 3.117.040,00 (três milhões cento e dezessete mil e quarenta reais) e
613 um valor pago de R\$469.940,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil novecentos e
614 quarenta reais). No total do ano, de um valor acumulado de execução de
615 R\$3.459.320,00 (três milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil e trezentos e vinte)
616 correspondente ao valor liquidado, que corresponde à execução acumulada de 80%
617 em relação ao valor na LOA. Aqui é um ponto que é importante destacar. O valor pago
618 de financeiro foi abaixo do valor da execução orçamentária devido a duas questões.
619 Uma foi que os pagamentos da série histórica foram feitos conforme os critérios
620 definidos na resolução nº 6/2015 da CIB, em que foram determinados os critérios para
621 o pagamento da série histórica referente de janeiro a junho. Alguns municípios tiveram
622 esse pagamento suspenso. Os pagamentos de julho a dezembro foi só feito o
623 empenho. Não foi possível realizar o pagamento financeiro, devido à priorização dos
624 recursos financeiros liberados pela Secretaria de Fazenda. Foi feita uma priorização
625 para o pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social, que eu vou falar mais a
626 frente. O restante vai ser trazido para discussão desse Conselho, na CIB, na lógica
627 do Piso Variável. A Série Histórica passará a compor o Piso Variável no orçamento de
628 2016. A quarta ação é o cofinanciamento dos serviços e benefícios para os municípios
629 na execução da proteção especial. Estava previsto na LOA um valor orçado de
630 R\$16.338.291.00 (dezesesseis milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa
631 e um reais); Uma meta física de 147(cento e quarenta e sete) unidades cofinanciadas.
632 Lembrando que essas unidades correspondem também aos serviços da chamada
633 Série Histórica e também serviços de execução direta e indireta do Estado, por meio
634 de convênio, e os serviços cofinanciados em decorrência do termo de aceite feito com
635 o governo federal. Nessa ação orçamentária teve uma suplementação no valor de R\$
636 1.491.912,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e doze reais),

637 referente a Fonte 56, que é a fonte de recursos federais, para pagar os recursos de
638 CREAS regional no exercício de 2015. Em relação à execução financeira, a gente teve
639 no terceiro trimestre um valor de execução orçamentária de R\$3.700.133.94 (três
640 milhões, setecentos mil, cento e trinta e três reais e noventa e quatro centavos). A
641 execução financeira foi de R\$3.238.775.29 (três milhões, duzentos e trinta e oito mil,
642 setecentos e setenta e cinco reais e vinte e nove centavos). Um valor pago de
643 R\$3.056.413.81 (três milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e treze reais e
644 oitenta e um centavos). No quarto trimestre a gente teve uma execução de
645 R\$6.597.408.57 (seis milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oito
646 reais e cinquenta sete centavos). A Financeira é de R\$7.171.829.41 (sete milhões,
647 cento e setenta e um mil, oitocentos e vinte nove reais e quarenta e um centavos), e
648 pagos, R\$3.413.229.20 (três milhões, quatrocentos e treze mil, duzentos e nove reais
649 e vinte centavos). Isso representa um total na execução de R\$ 13.246.522.89 (treze
650 milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e
651 nove centavos), que corresponde um acumulado de 81%. E aí, aqui também na Série
652 Histórica, na proteção especial houve uma diferença entre o valor previsto e o valor
653 executado de acordo com a resolução nº 6 da CIB, que regulou os pagamentos de
654 janeiro a junho. De julho a dezembro vai ser trazido para a discussão. Um ponto
655 também importante a se destacar é em relação à proteção social especial, foi a
656 execução de duas emendas parlamentares que estão nas ações orçamentárias do
657 serviço de proteção social especial de alta complexidade e cofinanciamento dos
658 serviços para os municípios na execução de proteção social especial. Foi trazida para
659 o Conselho, para a CIB. O Conselho, no final do ano passado, teve uma proposta de
660 critérios de partilha para repasse desse recurso. Foi definido o repasse na forma de
661 incentivo à gestão, para entidade e para os municípios, dando uma execução de
662 R\$828.940.00 (oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta reais) da primeira
663 ação que eu falei, e de R\$585.746.98 (quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e
664 quarenta e seis reais e noventa e oito centavos) na segunda ação que eu falei. A
665 próxima ação orçamentária é o cofinanciamento do Piso Mineiro de Assistência Social,
666 de um valor orçado na LOA de R\$58.255.024,00 (cinquenta e oito milhões duzentos
667 e cinquenta e cinco mil e vinte e quatro reais). Uma meta física de 853 oitocentos e
668 cinquenta e três municípios cofinanciados. O valor executado no terceiro trimestre a
669 gente tem R\$13.511.423,40 (treze milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e
670 vinte e três reais e quarenta centavos) de execução orçamentária. Financeira é de
671 R\$3.512.422,80 (três milhões, quinhentos e doze mil, quatrocentos e vinte e dois reais
672 e oitenta centavos). Valor pago é de R\$3.529.368,00 (três milhões quinhentos e nove
673 mil e trezentos e sessenta e oito reais). No quarto trimestre, uma execução
674 orçamentária de R\$18.107.450,20 (dezoito milhões, cento e sete mil, quatrocentos e
675 cinquenta reais e vinte centavos). Financeira é R\$18.107.450,80 (dezoito milhões,
676 cento e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta centavos) e pago,
677 R\$18.017.284,60 (dezoito milhões, dezessete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e
678 sessenta centavos). No total do ano, o valor acumulado de execução foi de
679 R\$54.137.912.060 (cinquenta e quatro milhões cento de trinta e sete mil, novecentos
680 e doze reais e sessenta centavos), que representa um acumulado de 92,93%. Aí só
681 um destaque também. Foi feito o pagamento das doze parcelas do Piso Mineiro de
682 Assistência Social no exercício de 2015. Foi feito um esforço, para que fossem
683 adiantadas as parcelas de dezembro. O governo combinou com os municípios no mês
684 presente referente ao mês anterior. Então, janeiro recebe em fevereiro, fevereiro
685 recebe em março e assim por diante. A de dezembro seria feita em janeiro, foi feito
686 um esforço para adiantar esse pagamento e ele caiu no próprio mês de dezembro. A
687 outra ação orçamentária é a gestão, monitoramento, avaliação do SUAS. Tinha um
688 valor orçado na LOA de novecentos e três mil, e uma meta de oitocentos e cinquenta
689 e três municípios apoiados. Nessa ação orçamentária houve uma suplementação de

690 duzentos mil reais, também para cobrir despesas referentes às conferências
691 regionais. No terceiro trimestre houve uma execução orçamentária de R\$262.771,00
692 (duzentos e sessenta e dois mil setecentos e setenta e um reais). Financeira é de
693 R\$128.576,85 (cento e vinte e oito mil quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e
694 cinco centavos). Valor pago, R\$131.804,53 (cento e trinta e um mil oitocentos e quatro
695 reais e cinquenta e três centavos). No quarto trimestre a execução orçamentária foi
696 de R\$204.212,37(duzentos e quatro mil duzentos e doze reais e trinta e sete
697 centavos). Financeira é de R\$343.079,80 (trezentos e quarenta e três mil setenta e
698 nove reais e oitenta centavos). Pago R\$305.480,25 (trezentos e cinco mil
699 quatrocentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos). Deu um acumulado no total do
700 exercício de 2015 de R\$812.065,94 (oitocentos e dezoito mil, sessenta e cinco reais
701 e noventa e quatro centavos), que representa 74,22% do orçamento. A próxima ação
702 não é uma ação orçamentária, mas corresponde aos valores constantes na conta do
703 IGD, que foi transferido do governo federal para o governo do Estado, referente ao
704 IGD SUAS, IGD do programa bolsa família e CAPACITA SUAS. Esse recurso está
705 distribuído nas ações orçamentárias que eu mencionei, onde está escrito Fonte 56.
706 Em relação ao índice do programa do bolsa família, a gente teve um valor creditado
707 no terceiro trimestre pelo governo federal de R\$457.298,53 (quatrocentos e cinquenta
708 e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos). Tinha um
709 saldo no trimestre anterior de R\$3.281.152,73 (três milhões, duzentos e oitenta e um
710 mil, cento e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos). Um rendimento no
711 período de R\$72.144,85 (setenta e dois mil cento e quarenta e quatro reais e oitenta
712 e cinco centavos). Despesas realizadas de R\$102.902,73 (cento e dois mil novecentos
713 e dois reais e setenta e três centavos). Fechando no terceiro trimestre com o saldo de
714 três R\$3.707.673,38 (três milhões setecentos e sete mil seiscentos e sessenta e três
715 reais e trinta e oito centavos). No quarto trimestre, o valor creditado pelo governo
716 federal foi de R\$439.431,25 (quatrocentos e trinta e nove mil quatrocentos e trinta e
717 um reais e vinte e cinco centavos). O saldo no trimestre anterior eu já falei, e
718 rendimentos no período foi R\$64.155,94 (sessenta e quatro mil cento e sessenta e
719 cinco reais e noventa e quatro centavos). Houve um depósito nos valores de
720 R\$194.834,79 (cento e noventa e quatro mil oitocentos e trinta e quatro reais e setenta
721 e nove centavos). Foi um pagamento que foi feito e devolvido pelo banco, prestações
722 de contas de viagens, diárias; As despesas realizadas foram de R\$1.784.223,47(um
723 milhão, setecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e vinte três reais e quarenta e sete
724 centavos), fechando o exercício com o saldo de R\$2.621.601,89 (dois milhões
725 seiscentos e vinte e dois mil seiscentos e um reais e oitenta e nove centavos). Como
726 despesas realizadas a gente destaca o pagamento do convênio com a AMM,
727 pagamento do contrato com as escolas satélites, realização das conferências
728 regionais, locação do Minascentro, e ECAD. Uma parte dessa execução diz respeito
729 à reprogramação dos saldos que havia sido feita no início do exercício de 2015. O
730 restante desse saldo, a idéia é que seja utilizado para as ações do Qualifica SUAS
731 que tiveram início em 2015, elas vão ter continuidade agora no exercício de 2016. A
732 expectativa é de conseguir gastar esse saldo em breve. Em relação ao IGD SUAS a
733 gente não teve valor creditado no terceiro trimestre. O saldo anterior era de
734 R\$463.173,24 (quatrocentos mil cento e sessenta e três reais e vinte e quatro
735 centavos). Rendimentos no período foram de R\$12.332,75 (doze mil. trezentos trinta
736 e dois reais e setenta e cinco centavos). Depostos no valor de R\$8.531, 94(oito mil
737 quinhentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos); Uma despesa realizada
738 de R\$196.488,33 (cento e noventa e seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta
739 e três centavos). Fechando o saldo no terceiro trimestre em R\$287.410,60 (duzentos
740 e oitenta e sete mil quatrocentos e dez reais e sessenta centavos). No quarto trimestre
741 foi creditado o valor pelo governo federal de R\$277.150,15 (duzentos e sessenta e
742 sete mil cento e cinquenta reais e quinze centavos); O saldo eu já falei. Rendimentos

743 de R\$5.918,54 (cinco mil novecentos e dezoito reais e noventa e sete centavos;
744 Depósitos nos valores de vinte e cinco mil, novecentos e quatorze reais e cinqüenta e
745 quatro centavos). Uma despesa realizada de R\$334.964,66 (trezentos e trinta e quatro
746 mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), fechando o
747 exercício de 2015 com o saldo de R\$251.419,60 (duzentos e cinquenta e um mil
748 quatrocentos e dezenove reais e sessenta centavos). Nesse período a execução foi
749 em despesas com viagens, diárias, tanto da subsecretaria para realizar as ações de
750 apoio técnico que já tiveram início no ano passado, quanto dos conselheiros, lanches
751 para as reuniões que foram realizadas, pagamentos de estagiários, tanto da
752 subsecretaria como do Conselho, desgravação de reuniões do Conselho e da CIB,
753 pagamento de passagem aérea para os conselheiros participarem da conferência
754 nacional. Em relação ao CAPACITA SUAS, que é a outra conta que a gente tem com
755 o governo federal. Em relação ao terceiro trimestre do saldo anterior, era de
756 R\$1.604.620,42 (um milhão, seiscentos e quatro mil, seiscentos e vinte reais e
757 quarenta e dois centavos); Um rendimento de R\$34.294,27 (trinta e quatro mil
758 duzentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos). Não houve depósito no
759 período nem despesa realizada, fechando o terceiro trimestre com o saldo de
760 R\$1.638.914,79 (um milhão seiscentos e trinta e oito mil novecentos e quatorze reais
761 e sessenta e nove centavos). No próximo trimestre verificamos que houve um
762 rendimento de R\$32.669,51 (trinta e dois mil seiscentos e noventa e nove reais e
763 cinquenta e um centavos). Não houve depósitos nem despesas realizadas nesse
764 período, fechando o ano de 2015 com um saldo de R\$1.671.614,20 (um milhão,
765 seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e quatorze reais e vinte centavos). Esse
766 recurso, conforme já reprogramado, é para a execução do CAPACITA SUAS. A gente
767 explicou aqui ontem que não foi possível realizar a contratação para iniciar o
768 CAPACITA SUAS no exercício de 2015, apesar dos procedimentos licitatórios terem
769 sido iniciados. A contratação foi realizada agora no exercício de 2016 e em breve vai
770 ter a execução. Bom, fechando. A indicação da comissão é pela aprovação da
771 prestação de conta do terceiro e do quarto trimestre de 2015. Vamos colocar em
772 discussão agora presidente? **MARIA:** Por favor, Walter. **WALTER:** É só um
773 esclarecimento. Qual é a origem dos depósitos? Federal? **ISABELA:** Dessas contas
774 do governo federal? (VOZES AO FUNDO) O senhor está perguntando destas contas
775 que eu mostrei agora no final? **WALTER:** Anteriormente. Qual é a origem dele?
776 **ISABELA:** A origem dele é prestação de contas de diária, quando o conselheiro, o
777 servidor da subsecretaria faz viagens e não gasta todo o recurso, tem que fazer a
778 devolução. São acertos de diárias. Teve um caso aqui que foi um pagamento realizado
779 de uma despesa da conferência regional que o banco devolveu. Depois foi feito o
780 pagamento de novo. É coisa de tramitação bancária mesmo. O banco devolveu e o
781 pagamento foi feito de novo. **WALTER:** Muito obrigado. **MARIA:** Diante da discussão
782 de ontem e da apresentação da Isabela novamente hoje, está em votação a prestação
783 de conta orçamentária financeira que está sendo apresentada pela comissão de
784 orçamento e financiamento. Algum conselheiro tem objeção? Algo ao contrário? Então
785 considera aprovada, por unanimidade, a prestação de conta orçamentária e
786 financeira. **ISABELA:** Passando para os outros pontos de pauta da comissão. Na
787 verdade, um tem mais caráter de proposta, os outros dois são a título de
788 conhecimento. Na verdade são todos para conhecimento, onde eu gostaria de pedir
789 uma ajuda dos conselheiros. O primeiro ponto que a gente discutiu é que a comissão
790 vai elaborar uma proposta de novo instrumental para apresentação da prestação de
791 contas, pela SEDESE, que depois vai ser apresentado aqui para apreciação dos
792 conselheiros. A ideia é que o instrumento tenha uma leitura mais fácil, uma linguagem
793 de mais fácil entendimento para a análise dos conselheiros. O outro ponto é uma
794 proposta de um glossário, que também vai compor essa prestação de contas. Então
795 alguns conceitos que não tem muito como fugir a ideia, é que a gente coloque em um

796 glossário que fique a mão do conselheiro durante a análise da prestação de contas.
797 Estamos também com essa intenção, de tentar ajudar. O conselheiro Leonardo
798 Ladeira vai nos ajudar na elaboração. E o outro ponto é que a gente está fazendo uma
799 discussão de uma proposta para apoiar os Conselhos Municipais, no que tange a
800 apreciação da prestação de contas. É recorrente tanto aqui no Conselho, enquanto lá
801 na subsecretaria, dúvidas sobre quais documentos tem que ser analisados, como que
802 deve ser feita essa prestação de contas. É um intuito de uma ajuda mais prática,
803 digamos assim. A ideia é que esse conteúdo acompanhe o telepresencial que a gente
804 incluiu no nosso planejamento, mas que também tenha um documento escrito, que
805 possa ser enviado para os Conselhos Municipais. Nesse ponto a gente queria pedir
806 contribuições dos conselheiros aqui presentes, sobre experiências de quais são as
807 dúvidas mais frequentes, as dificuldades que são enfrentadas na prestação de contas.
808 E também, quem tiver uma boa prática, um bom instrumento que funcione bem no
809 município, como que é feito no Conselho Municipal, se quiser compartilhar com a
810 gente, pode nos ajudar a pensar nessas orientações. É isso presidente. **SILVANA:**
811 Em relação à proposta que a Isabela faz, eu acho que a gente pode buscar casar com
812 a proposta que a gente tirou ontem na comissão de apoio, até para o fortalecimento
813 das URCMAS. A gente vai enviar um questionário solicitando as dificuldades dos
814 Conselhos, das URCMAS, para que a gente possa elaborar algumas orientações,
815 devido à dificuldade da gente em atender todos os conselhos. A gente vai fortalecer a
816 URCMAS com essa proposta. Se essa é uma dificuldade o entendimento na prestação
817 de contas, podemos enviar também para as URCMAS, até para fortalecer, para que
818 elas busquem essas informações junto aos Conselhos. **MARIA:** Sim. Eu vou passar
819 para o Ronaldo, mas eu quero pedir que quando alguém estiver falando, vamos tentar
820 ouvir. Durante a fala dela nós não estávamos entendendo nada, porque as conversas
821 estavam conseguindo ser maior que a fala no microfone. Todo mundo pode perguntar,
822 aí a gente esclarece todo mundo. **RONALDO:** Na verdade, o coordenador da
823 comissão é o senhor Walter. A gente nem trouxe nada para deliberar aqui. A gente
824 está com esse processo em construção. Não foi deliberado ainda como vai se dar
825 essa operacionalização, até porque a gente não chegou às conclusões finais. Eu não
826 entendi Silvana, acabou antecipando o que viria para apresentar para a plenária. Hoje
827 a gente já havia colocado que a comissão de apoio não teria nada para colocar para
828 deliberação em plenária, nenhum parecer. Estamos ainda construindo, ficamos de
829 trazer qualquer proposta na próxima, até porque houve outras discussões com os
830 presidentes das URCMAS, não é isso coordenador? A gente não fechou nada sobre
831 isso. Talvez ela na ansiedade de colaborar com o que a Isabela traz, mas não foi ainda
832 a proposta fechada da comissão de apoio. **MARIA:** Esclarecida Silvana? Vou passar
833 para a Simone. **SIMONE:** Eu só quero lembrar a comissão que a gente tem um
834 questionário específico no Censo SUAS dos Conselhos, várias perguntas são feitas,
835 com várias informações. Já tem até Conselho, que já foi apresentado aqui. Talvez seja
836 importante que essa comissão retome. Coloco a nossa equipe de divisão de vigilância
837 à disposição da comissão, para que o Conselho tenha clareza das informações que a
838 gente já tem de todos os Conselhos Municipais de MG. **WALTER:** Nós queremos sim.
839 Que nos sejam repassadas essas informações, que já são subsídios para a gente
840 tratar de outras situações que chegaram até nós. Muito obrigado. **HERMELLIS:** Eu
841 quero parabenizar a comissão e essas propostas de melhorar as prestações de
842 contas. Quero fazer uma observação. Eu ouvi duas falas aqui ontem, na reunião
843 conjunta com a comissão de orçamento, em relação ao glossário, da gente não estar
844 reproduzindo a questão de encaixar o modelo padrão em tudo. A gente fala aqui no
845 discurso que nem todos são obrigados a saber de tudo. Acredito sim que tem que ter
846 um glossário mesmo para gente saber dos termos, mas nem todo mundo, mesmo com
847 glossário, vai entender. Então, é da gente reproduzir uma coisa encaixada. Temos
848 que pensar e observar isso também. É apenas uma observação mesmo que eu faço.

849 Eu parabenizo a comissão, mas como todos os conselheiros vão contribuir também
850 com essa proposta, temos que observar essa questão. Quem está lá na ponta, e como
851 a prestação de contas ela é aberta, nem todo mundo é obrigado a saber os termos
852 técnicos, mesmo tendo um glossário, tendo uma tradução mais fidedigna do que é
853 realmente na prática. **RONALDO:** Eu parabenizo também a Isabela. Na verdade seria
854 só um instrumental mais didático para apresentação e para entendimento desse
855 colegiado. Seria só isso. **ISABELA:** Eu queria só reforçar. A gente sabe que o tema é
856 complexo mesmo. A ideia é que o instrumental consiga facilitar um pouco, mas a gente
857 não tem a ilusão de que ele vai conseguir dar conta de traduzir tudo. Não tem jeito.
858 Isso não tem como o instrumento garantir, muito menos o glossário. Então é só para
859 reforçar. Independente da idéia, vamos tentar ajudar, seja de qualquer forma. A
860 SEDESE, eu, ou outra pessoa que estiver aqui apresentando a prestação de conta,
861 vamos sempre estar à disposição para tirar qualquer dúvida, esclarecer qualquer
862 conceito que seja necessário, independente de ter glossário, do formato que ficar essa
863 prestação de contas. **MARIA:** Ok. Diante dos esclarecimentos, da discussão, os
864 conselheiros têm algo contrário nos últimos pontos apresentados pela Isabela? Então
865 considera-se aprovados os encaminhamentos e as orientações. Eu queria dizer que
866 independente da prestação de conta, ou de qualquer outra situação de discussão, que
867 acho que nós enquanto Conselho só temos uma preocupação: garantir a melhor
868 forma, a melhor estratégia, para que tudo que foi discutido seja melhor compreendido.
869 Isso vale para a prestação de contas e para qualquer outra metodologia que a gente
870 discuta e apresente neste Conselho. Eu queria passar agora para o próximo ponto de
871 pauta, que é a relatoria da PCH Mata Velha. **SANDRA:** Ontem eu também participei
872 da apresentação. Quando você fala da preocupação quando a gente vê uma
873 prestação de contas do ano de 2015. Eu falava também da necessidade da gente
874 aprimorar no aspecto político do acompanhamento. Na hora que a gente está
875 defendendo ou criticando para toda banda aonde a gente vai, é trazer a série histórica,
876 quando que foi colocada no orçamento, que aí a gente vê a intencionalidade do
877 governo, depois a gente vai para a execução, o que executou. Eu, pelo menos, fiquei
878 muito feliz de ver a porcentagem da execução que teve o orçamento. Quando a gente
879 vai defender ou criticar, tem que ter propriedade, porque a gente faz parte do governo,
880 estamos aqui aprovando ou não. Eu tive uma experiência no Conselho Municipal
881 assim: “Eu quero saber da série histórica dos últimos cinco anos, traz aí para eu ver o
882 que cresceu. Faz aí. Eu quero saber como que foi lá na Câmara, o quê que cortou. A
883 gente quer é saber disso”. É isso que vai qualificando a gente e dando mais
884 entendimento para gente sair na defesa ou crítica. **MARIA:** Muito bem Sandra. Volney,
885 por favor. **VOLNEY:** Como representante dos trabalhadores desse Conselho, eu
886 quero ressaltar, eu quero agradecer a trabalhadora Rosalice Tassar deste Conselho.
887 É uma pessoa enquanto técnica de um valor imensurável, pelo conhecimento técnico,
888 pela disponibilidade em dar suporte a nós conselheiros na tomada de decisão. Rosa,
889 muito obrigado pela sua disponibilidade, pelo seu conhecimento. Eu acho que o seu
890 trabalho dá uma garantia muito grande para gente tomar a decisão nos nossos
891 pareceres. Muito obrigado, viu? Justificativa da solicitação: Após a apresentação da
892 relatoria do processo de comprovação de implantação do PAS/Barragem por Geisiane
893 Lima Soares, foi solicitado vista por este conselheiro para verificação da situação do
894 atingido João Batista Almeida, trabalhador e sua esposa Fabiana Barbosa dos Santos,
895 uma vez que os demais atingidos tiveram os seus direitos garantidos durante a
896 implementação do PAS/Barragem. O Sr. João Batista, trinta anos, é trabalhador e
897 residente na propriedade do Sr. Délcio Gerado de Queiroz com sua família, composta
898 por ele, sua esposa Fabiana Barbosa dos Santos, vinte e cinco anos, gestante de três
899 meses, e seu filho João Victor Almeida dos Santos, oito anos. Durante a visita técnica
900 do CEAS, em novembro de 2015, o proprietário havia afirmado que ele continuaria
901 trabalhando no local, e sua casa seria relocada para outra parte da propriedade.

902 Porém, essa situação foi alterada, conforme o verificado durante a visita de fevereiro.
903 Segundo informações do trabalhador João Batista e sua esposa Fabiana, o
904 proprietário decidiu não mais investir na área remanescente da propriedade,
905 considerando a dificuldade de administrar a fazenda morando em Patos de Minas, e
906 não valer mais a pena o investimento, depois que vendeu parte da propriedade, um
907 total de quatrocentos e setenta e seis hectares. A área negociada é de cento e oitenta
908 e cinco hectares, o que equivale a 29% da propriedade. Assim, foi solicitado ao
909 empreendedor um plano de negociação para a família de trabalhadores, que passam
910 então para a condição de atingidos pela construção da barragem. Em resposta à
911 solicitação datada de 10/02/2016, por meio da carta 037/16, o empreendedor se
912 compromete a buscar contato com o proprietário, Sr. Délcio Geraldo. Caso seja
913 decisão final da demissão do Sr. João Batista, a PCH Mata Velha passa a considerar
914 essa família como atingida direta do empreendimento, sendo, portanto, passível do
915 benefício social. Nesse caso, o empreendedor será responsável por indenização e
916 realocação com garantia de moradia e sobrevivência para a família do Sr. João
917 Batista, com direito a receber um imóvel rural com tamanho mínimo de três hectares,
918 com residência e que tenha boas condições de habitação para início da produção
919 agrícola. Devido à complexidade do caso, sendo necessário o acompanhamento
920 dessas pessoas, negociação de terras, aquisição e regularização fundiária, a PCH
921 Mata Velha solicitou um prazo de seis meses para disponibilizar a área e realizar a
922 mudança da família. Durante a 208ª plenária do CEAS, ocorrida no dia 19/02,
923 houveram vários questionamentos que levaram o presente conselheiro a solicitar
924 vistas ao processo. Para emissão do parecer, o conselheiro realizou visita a família
925 atingida no município de Unaí, acompanhado da técnica do CEAS, Sr.^a Rosalice
926 Tassar. Estiveram pessoalmente com o Sr. João Batista Almeida e sua esposa Sr.^a
927 Fabiana Barbosa dos Santos, na cidade de Unaí MG, dia 10/03/2016. Eu quero abrir
928 uma aspa aqui. Nesse encontro que eu tive com o atingido e a esposa dele, eles me
929 relatam: “A gente fica dentro dos matos, não sabem de nada”. A esposa complementa:
930 “É difícil! A gente não sabe a quem recorrer”. Mais uma vez eu quero destacar que as
931 pessoas da zona rural continuam descobertas pelo serviço de assistência social.
932 Quando eu fiz essa visita, e faço outras visitas no papel de conselheiro, eu procuro
933 não ficar estático. Nessas conversas eu soube lá em Unaí, eu gostaria que esse
934 Conselho também verificasse e confirmasse essa informação, de que a cidade fechou
935 dois CRAS. Eu não sei se procede, mas que esse Conselho solicitasse ao CMAS/Unaí
936 a verificação dessa informação. Isso é muito preocupante. Os mesmos relataram que
937 exerceram espontaneamente, e com liberdade, a escolha dentre diversos terrenos
938 mostrados para que o empreendedor fizesse a aquisição. Eu questionei durante a
939 visita aspectos com relação ao imóvel escolhido, com acesso a escola para a criança,
940 transporte, serviços públicos, água, condições do imóvel, localização dos piquetes de
941 divisa, energia elétrica, dependência de currais, chiqueiro. Os mesmos afirmaram que
942 foram contemplados e ficaram satisfeitos, não tendo a reclamar. Houve a aquisição
943 de um imóvel no município de Cabeceira Grande/MG, com o total de oito hectares,
944 denominada “fazenda São Bento”. Na data da visita houve o registro. Eu estive no
945 cartório com o empreendedor e com os atingidos. Na data da visita houve o registro
946 do contrato de promessa de compra e venda no Cartório de Segundo Ofício de Notas
947 na cidade de Unaí/MG, garantindo assim a compra do imóvel até que a escritura seja
948 lavrada, uma vez que a escritura da Mata Velha Energética é situada na cidade de
949 SP. Houve ainda o compromisso do representante legal do empreendedor, Sr. Diego
950 Silva, analista de implantação de programas sócios ambientais, em fazer a mudança
951 do Sr. João Batista Almeida e esposa, bem como o fornecimento básico e preparação
952 de três hectares para o plantio da referida propriedade. Então agora eu gostaria de
953 apresentar para vocês o imóvel que foi adquirido. Então lá está a casa. Essas são as
954 dependências internas do imóvel. Esse imóvel foi de um militar. Ele está indo para o

955 Estado de Goiás. Essas são as varandas internas; Área de pastagem; Lá são os
956 reservatórios de caixa d'água. Ali também é o local para os gados. Contexto do
957 PAS/Barragem. O PAS da PCH Mata Velha foi protocolado no CEAS em 29/05/2003,
958 pelo empreendedor à época SIPLAN/SA. Após análise do CEAS, foi publicada a
959 resolução 28/2003, de 20/08/2003, que aprovou o PAS da PCH Mata Velha. A
960 construção da obra só se iniciou em janeiro de 2014 com previsão de duração de dois
961 anos. Devido ao espaço entre a aprovação do PAS/Barragem e o início de sua
962 implantação, janeiro de 2014, o CEAS solicitou adaptação do documento ao disposto
963 da resolução 317/2010, com atualização do diagnóstico de todas as propriedades e
964 famílias atingidas. A avaliação da atualização foi realizada por meio de análise técnica
965 e documental, visita aos municípios de Unaí e Cabeceira Grande, no período de 01 a
966 04 de julho de 2014, e reunião ocorrida no dia 02/07/2014, entre os representantes
967 dos CMAS dos municípios de Unaí e Cabeceira Grande, do empreendedor e a técnica
968 da secretaria executiva do CEAS, Sr.^a Rosalice Tassar. Durante a construção da obra
969 foram protocolados dois relatórios de atividades, em 31/07/2014 e 04/02/2015. O
970 relatório final de comprovação da implantação do PAS, 04/08/2015. A PCH Mata
971 Velha foi de responsabilidade da CPFL Renováveis. Foi instalada no curso do Rio
972 Preto, com previsão para gerar vinte e quatro megawatts de energia, impactando
973 dezessete estabelecimentos que estão na área diretamente afetada, sendo nove
974 propriedades na margem direita do Rio Preto, localizadas em Unaí, e oito
975 propriedades na margem esquerda no município de Cabeceira Grande, todas na zona
976 rural. Essas áreas pertencem a dezesseis proprietários, sendo que um possui duas
977 propriedades. Nas dezessete propriedades a modalidade de negociação foi apenas
978 em indenização em dinheiro pelas áreas atingidas, todas já concluídas e pagas. As
979 áreas negociadas foram entre 1,98 hectares a 191 hectares. A situação das dezessete
980 propriedades em porcentagem de área negociada: 10 propriedades: área negociada
981 de 0.30 a 9%; 3 de 10% a 15%; 3 de 20 a 30%; 1 acima de 50%. No PAS/Barragem
982 da PCH Mata Velha de 2003, constou a previsão de contratação de 350 trabalhadores,
983 com priorização da mão de obra local para as funções não especializadas, conforme
984 observado no relatório final, no período da construção da usina que ocorreu entre
985 janeiro/2014 e junho/2015, 1 ano em 5 meses. **PARTE 3 VOLNEY:** É uma série de
986 desconhecimento do que a política pode oferecer. A Rosa esclareceu isso. Eu achei
987 muito oportuno isso aí. Sobre os programas propostos no PAS/Barragem, os atingidos
988 manifestaram sobre a execução de todos, mesmo em relação àqueles que eles não
989 utilizaram: programas de assistência técnica; programa de mobilização de mão-de-
990 obra; posto de atendimento social. Parecer final. Bom, como nós estivemos lá há duas
991 semanas, o empreendedor me passou uma cópia do contrato de compra e venda do
992 imóvel. Eu trouxe a cópia desse contrato. A escritura para ser lavrada ela precisava ir
993 para SP, uma vez que o representante não responderia pela empresa, pela assinatura
994 de escritura. Hoje foi protocolada aqui no CEAS a escritura, não é Rosa? Me passa,
995 por favor, a carta de protocolo? “Em complementação a carta 37 do dia 10/02, e em
996 atendimento a solicitação quer foi feita por e-mail em 25/02 pelo CEAS, referente à
997 situação de vulnerabilidade dos moradores João Batista de Almeida, Fabiana Barbosa
998 dos Santos, e filhos. Nós mandamos um e-mail para o empreendedor antes da minha
999 visita, aonde eu tinha lido o processo e feito essas solicitações para que eles
1000 pudessem trabalhar até a minha ida ao município de Unaí. A PCH Mata Velha
1001 considera essa família como atingida direta do empreendimento, sendo, portanto,
1002 passíveis de benefício social. Nesse caso, o empreendedor será responsável pela
1003 indenização e realocação com garantia de moradia, sobretudo, vivência para a família
1004 do Sr. João Batista, com o direito de receber um imóvel rural, no tamanho mínimo de
1005 três hectares, com residência que tenha boas condições de habitação e insumos para
1006 início da produção agrícola. Segue em anexo cópia do contrato de promessa de
1007 compra e venda e da procuração dos representantes da empresa, garantindo a

1008 compra de um imóvel rural no tamanho de oito hectares com casa, depósito, área de
1009 pastagem, cisterna de água e cerca já implantada. O Sr. João Batista solicitou um
1010 prazo de até três meses para se organizar e mudar para o imóvel adquirido. Através
1011 dessa, garantimos que quando estiverem prontos para a mudança, a Mata Velha
1012 arcará com todos os custos envolvendo no transporte dos seus pertences e seus
1013 animais. Informamos que esse imóvel foi escolhido pelo Sr. João Batista e sua esposa.
1014 A escritura do bem, em nome do beneficiário, será lavrada no máximo em quarenta
1015 dias. Vale informar que será incluída na mesma uma cláusula impedindo a
1016 comercialização do imóvel em até dez anos, para evitar que façam mau uso do
1017 dinheiro. Nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos”. Parecer final:
1018 Diante de todo o exposto, a relatoria indica pela aprovação do relatório final de
1019 execução do PAS/Barragem da PCH Mata Velha, estando de acordo com o disposto
1020 na resolução CEAS 498/2014. Estou à disposição para quaisquer dúvidas e
1021 questionamentos. **ROSILENE:** Volney é só um esclarecimento. Nós até discutimos na
1022 reunião passada sobre ter um Posto, e ao mesmo tempo não faz esse
1023 acompanhamento. A gente precisa ampliar essa discussão. Lá no Posto não tem um
1024 profissional que faz o acompanhamento dessas famílias? Porque essas famílias estão
1025 sem nenhuma informação dos seus direitos. O profissional não traz essa informação?
1026 **VOLNEY:** Rosa faça o favor. Eu quero ajuda da técnica. Por gentileza. **ROSA:** Bom
1027 dia. Meu nome é Rosa. Eu sou assistente social, responsável pelo acompanhamento
1028 desses planos. O posto existiu, houve o acompanhamento do assistente social. O que
1029 acontece? Ela não tinha o conhecimento do benefício eventual. No município de Unaí
1030 é disponibilizado. Não é que eles não tinham conhecimento de todos os direitos. Eles
1031 não sabiam que poderiam utilizar esse benefício eventual. Ela tinha comentado: “Eu
1032 não sei se estou grávida. Eu tenho que comprar meu enxoval. Não sei como fazer
1033 isso”. Independente de hoje eles terem essa propriedade, eles continuam ganhando
1034 um salário mínimo. Orientei para eles procurarem a assistência social de Unaí, eles
1035 vão fazer o estudo do caso de vocês e você pode entrar no benefício eventual para
1036 questão de natalidade. **ROSILENE:** É a questão mesmo de quem é esse profissional
1037 que está lá. Se ele está lá, é para fazer essa intermediação com o município dando
1038 essa orientação. É preciso fazer essa reflexão porque pode estar acontecendo em
1039 outros lugares. O profissional não precisa saber de tudo, mas ele pode orientar onde
1040 procurar. **MARTA ELISABETE:** Eu só quero fazer um comentário sobre disso. Unaí é
1041 um caso a parte. Depois, se você quiser, eu quero conversar com você. Nem a saúde
1042 pública eles fazem. Ali é outra coisa, não é querida? Nós sabemos. Eu te conto em
1043 detalhes. **MARIA:** Alguém tem mais questionamentos? **SOYLA:** A respeito do que foi
1044 levantado pelo conselheiro Volney sobre os CRAS. Essa denúncia chegou até a
1045 comissão de apoio ao CMAS. A gente está apurando os fatos. No momento a gente
1046 está ouvindo a outra parte. Depois que forem levantadas todas as questões e a gente
1047 tiver isso, a gente vai trazer para mesa, certamente. A gente tem conhecimento que
1048 esse fato de Unaí já foi levado tanto para o CRESS quanto para o CNAS, CEAS e MP.
1049 Eu acho que foi para várias instituições. Eu gostaria de dar esse respaldo para vocês.
1050 **VOLNEY:** Pois é gente. Mediante essa fala, eu convido os conselheiros para que
1051 quando nós fizermos essas visitas representando o CEAS, que a gente tenha esse
1052 dinamismo para buscar, para aproveitar a viagem, saber o que está acontecendo,
1053 conversar com outras pessoas. Eu acho que isso é que faz a diferença. É isso que faz
1054 a política caminhar. **LUIZ GEORGE:** você não teve apoio da monitoria? **VOLNEY:**
1055 Porque o empreendedor para solucionar o problema encontrou esse terreno de oito
1056 hectares, comprou e solucionou o problema. O mínimo seria três hectares. Ele
1057 encontrou um terreno de oito que atendia a família, eles fecharam, bateram o martelo.
1058 O atingido teve um lucro muito grande. Ele recebeu oito hectares. **LUIZ GEORGE:**
1059 Obrigado. **MARIA:** Mais alguém para tirar dúvida? Por favor, Wilson. **WILSON:** Eu
1060 queria só elogiar o trabalho, a princípio, da relatora Geisiane. E agora elogiar o

1061 trabalho do Volney. A cada dia eu fico mais orgulhoso de pertencer a este Conselho,
1062 de perceber as pessoas que realmente se envolvem com os processos e que buscam
1063 mesmo transformar esse mundo em um lugar melhor para se viver. É isso. **MARIA:**
1064 Mais alguém? Encaminhando então. Eu quero parabenizá-lo Volney. A discussão que
1065 a gente fez na comissão de normas e na plenária passada foi muito importante para
1066 que esse processo chegasse em um nível onde já está. Antes de colocar em votação,
1067 eu queria dialogar com vocês. De acordo com que o Volney leu, tem algumas
1068 situações que estão ainda em processo, em andamento. Por exemplo, o registro, a
1069 escritura em cartório. Ainda tem um processo para se dar, o deslocamento do atingido,
1070 etc. Eu queria o nosso compromisso de enquanto conselheiro, do empreendedor, do
1071 Volney, que foi o relator do processo, de que o não cumprimento disso que está
1072 pendente, a gente adia a decisão qualquer que a gente tenha que tomar ou venha a
1073 tomar. Certo? Vocês compreenderam? Estou falando isso baseado no parecer da
1074 última plenária. Na plenária passada a gente trouxe que precisaria fazer esses
1075 encaminhamentos que o Volney acabou de relatar. Esses encaminhamentos estão
1076 sendo feitos, porém, com algumas situações ainda em processo. Está certo? Porque
1077 a gente tem uma resolução que tem a orientação de cumprimento. Mais alguma fala
1078 sobre o Volney? Podemos colocar em votação? É nominal, não é? Por favor.
1079 **WILSON:** Pela aprovação. **RODRIGO:** Pela aprovação. **PÁSCOA:** Pela aprovação.
1080 **ROSILENE:** Pela aprovação. **SOYLA:** Pela aprovação. **SIMONE:** Pela aprovação.
1081 **MARIA:** Com o relator e pela aprovação. **RONALDO:** Pela aprovação. **HERMELLIS:**
1082 Pela aprovação. **LEONARDO COURY:** Pela aprovação. **LEONARDO LADEIRA:** Pela
1083 aprovação. **MAÍRA:** Pela aprovação. **WALTER:** Pela aprovação. **JOSIANY:** Pela
1084 aprovação. **LUIZ GEORGE:** Pela aprovação. **MARTA ELISABETE:** Pela aprovação.
1085 **SILVANA:** Pela aprovação. **MARIA:** Então a gente considera aprovado por
1086 unanimidade. Volney, você está com a palavra de novo por conta do próximo ponto
1087 de pauta. Já aproveita agora. **VOLNEY:** O ponto de pauta é o INFOSEDESE, não é
1088 isso? Bom, gente. Na última plenária eu tinha solicitado deste Conselho para que o
1089 Estado nos apresentasse as ações que estão sendo desenvolvidas lá em Bento
1090 Rodrigues, Mariana e os demais municípios. Então, pelo ponto de pauta, a Simone
1091 disse que talvez trouxesse né Simone? Eu vi que não trouxeram. Então eu queria
1092 pedir mais uma vez para que isso seja apresentado neste Conselho na próxima
1093 plenária. Eu estava lendo o INFOSEDESE, nº47, do dia 03 de março. Tem a
1094 informação que a SEDESE respondeu a 100% das demandas encaminhadas pelos
1095 cidadãos para a Ouvidoria Geral do Estado. Eu acho, sabe Simone, muito oportuno a
1096 gente saber o que o cidadão está levando para a ouvidoria do Estado com relação à
1097 SEDESE. Que tipo de demanda, que tipo de denúncia. Normalmente quando nós
1098 denunciemos a uma ouvidoria, nós já tentamos resolver os problemas em outros
1099 espaços. Se aquele espaço não respondeu para gente, então a gente vai para a
1100 ouvidoria. Então eu vi essa informação no INFOSEDESE. Eu gostaria que o Estado,
1101 se os demais conselheiros concordarem, desse uma posição. O que está chegando
1102 de denúncia na Ouvidoria Geral do Estado? É um levantamento para que a gente
1103 possa colaborar na solução desse problema. Isso me chamou muita atenção nesse
1104 informativo. **MARIA:** Antes da Isabela, a analista da SEDESE quer falar. Você quer
1105 falar primeiro? **LUIZANA:** Bom, gente. Meu nome é Luizana. Eu trabalho na
1106 assessoria de comunicação da SEDESE. Eu que fiz essa matéria. Isso foi uma
1107 convocação da ouvidoria. Primeiro eles agradeceram a SEDESE por sempre
1108 responder as demandas. Na verdade, não são só denúncias. A grande maioria não é
1109 denúncia. As denúncias são uma minoria. Lá tem os números todos, eu acho que até
1110 o quadro do que é denúncia e o que não é. A maioria são perguntas, questionamentos,
1111 e a SEDESE responde prontamente. A ouvidoria convidou a SEDESE para uma
1112 reunião até para aproximar mais e para ampliar a quantidade de servidores da
1113 SEDESE que respondem a esses questionamentos. Eu tenho a impressão que a

1114 SEDESE não tem problema em repassar isso, muito menos a ouvidoria. Eu acho que
1115 o interesse é ser transparente. Eu só queria esclarecer isso. Não é uma maioria de
1116 denúncias, as denúncias são minorias mesmo. Menos de 5%. Eu tenho esses
1117 números e posso facilitar esse acesso, se vocês quiserem. **VOLNEY:** Na leitura da
1118 matéria eu tive a compreensão que seriam denúncias. Então isso me preocupou.
1119 **LUZIANA:** Eu até te convido a ler de novo. Isso está muito claro lá. A gente pode
1120 conversar sobre isso depois, tá? Obrigada. **VOLNEY:** Tá. **MARIA:** Mesmo assim você
1121 quer falar Isabela? Por favor. **ISABELA:** Eu queria só esclarecer. Isso já foi solicitado
1122 por você em momentos anteriores e está na prestação de contas. Lá na prestação de
1123 contas, na parte da gestão monitoramento e avaliação, porque não dá para trazer
1124 tudo. Mas lá na prestação de contas tem todas as demandas referentes a assistência
1125 social do exercício de 2015, qual era o conteúdo delas e se foram solucionadas. É
1126 isso o que eu gostaria de ressaltar. A maioria das que chegam é como a Luziana falou,
1127 são perguntas mesmo, são dúvidas. A maioria da SEDESE é referente ao trabalho da
1128 assistência social. Tem os números lá, são menos do que em relação às outras.
1129 Chegou muita dúvida em relação ao concurso público, previsão para nomeação.
1130 Algumas questões desse tipo. Se eu não me engano, foram uma ou duas só, sobre
1131 alguma situação de CRAS. Mas tem lá na prestação de contas. Você já tinha pedido,
1132 eu não ressaltai ontem, mas está lá. **MARIA:** Esclarecido, Volney? **VOLNEY:** Está
1133 esclarecido sim. **MARIA:** Ótimo. **SIMONE:** Eu queria esclarecer de que foram várias
1134 as pautas, várias as solicitações de pauta para esse pleno. Não sou eu quem decide
1135 sobre a pauta do pleno, quem decide é a presidência ampliada. Todos serão
1136 atendidos. Inclusive tem solicitação de pauta da Marta Elisabete, tem a sua
1137 solicitação. Nós estamos com tanta pauta, viu Volney! Nós vamos atender. Não se
1138 preocupe. Nós vamos atender todas as pautas solicitadas pelos conselheiros. **MARIA:**
1139 Ok. O Volney disse que já está esclarecido. Eu quero dizer que o fato dele fazer a
1140 solicitação de esclarecimento foi bom e importante. Por mais que a gente veja o
1141 informativo, a gente não observa essas coisas. Como a jornalista trouxe a resposta
1142 nesse sentido, foi bom para gente perceber que se a SEDESE dá esse retorno, porque
1143 não os outros órgãos também não podem dar? Vocês estão entendendo? O fato de
1144 dar o retorno é importante porque é um canal de comunicação. Isso é importante,
1145 inclusive para nós conselheiros. Vejam bem. Agora na parte da manhã encerramos o
1146 nosso ponto de pauta, considerando que na parte da manhã ficou a posse da
1147 companheira Magda Lúcia Diniz, que está aqui agora, nesse momento, como
1148 suplente. Você quer usar da fala, Magda? **MAGDA:** Eu queria dizer que tenho imenso
1149 prazer em estar participando desse grupo. É bem novo para mim, ainda vou ficar
1150 conhecendo primeiro. Eu sou pelos direitos humanos, tenho uma história na saúde
1151 mental, que se equipara muito com a assistência social. Eu acho que a gente é bem
1152 parecido. Estou à disposição. Sou suplente da Marta. Eu acho que vou vir bastante,
1153 porque a Marta é mais ocupada, mas ela se empenha bem. Agradeço o convite e
1154 muito obrigada. **MARIA:** Podemos considerar empossada? (APLAUSOS) Ela é da
1155 SES. Calma aí! Não se encerrou a parte da manhã. Estou vendo gente guardando o
1156 caderninho. Nós temos ainda um tempinho porque o nosso almoço está previsto para
1157 o meio-dia. Nós temos a distribuição do processo de usina. Então vamos matando
1158 esses pontos que são mais simples. Quem é o nosso...? É o Leonardo, que é da
1159 SEDA, que está com processo da PCH Boa Vista. Está ok? Então, Leonardo, agora o
1160 trabalho é com você. Ainda tem a Isabela, que de manhã pediu que fosse incluída a
1161 pauta sobre a PCH Fumaça. É algo simples? Da para gente fechar nesses minutos
1162 que restam? **ISABELA:** Eu tenho que fazer um relato. Eu gostaria de ler a conclusão
1163 do relatório que a gente fez. Eu acho que não é extenso não. **MARIA:** A gente tem
1164 dezesseis minutos. **ISABELA:** Eu acho que dá. **MARIA:** Por favor. **ISABELA:** Então
1165 vamos lá. Esse ponto de pauta a gente pediu para incluir, porque chegou um ofício do
1166 MP direcionado ao Conselho, solicitando o envio de um relatório sobre os danos ainda

1167 pendentes relativos ao empreendimento da PCH Fumaça. Eu vou fazer um breve
1168 histórico e depois vou passar para o conteúdo do relatório. O relatório já estava pronto.
1169 Esse ofício chegou à data de 09 de março, mas o Conselho já tinha se adiantado, feito
1170 um GT, já tinha feito visitas. A gente já tinha produzido um relatório aguardando a
1171 solicitação do MP. A PCH Fumaça é um empreendimento que começou no ano de
1172 2001, na região de Diogo Vasconcelos, Mariana. O empreendimento que foi feito lá é
1173 uma pequena central hidrelétrica. No ano de 2001 foi feita aqui a apresentação do
1174 PAS, aprovado pelo Conselho e no ano de 2003 foi aprovado pelo Conselho a
1175 implantação desse PAS. Porém, depois disso, teve um processo que aconteceu e não
1176 chegou ao conhecimento do Conselho na época, que foi a manifestação dos atingidos.
1177 Na verdade, não tinham sido cumpridas todas as condicionantes, tudo que tinha sido
1178 acertado para o empreendedor fazer para reparação dos danos da população
1179 atingida. Aí é só para mostrar as comunidades que a gente visitou. O empreendimento
1180 atingiu algumas comunidades do município de Diogo de Vasconcelos e de Mariana.
1181 A gente tentou concentrar a visita nas comunidades que a gente sabia que foram mais
1182 diretamente atingidas, que tiveram pessoas reassentadas ou que na época eram
1183 trabalhadores, meeiros, que faziam algum tipo de exploração da terra. A gente fez
1184 uma visita sem agendamento, porque a ideia era chegar um pouco de surpresa para
1185 conversar com a população. Fomos conversando aleatoriamente, fazendo visitas nas
1186 casas, conversando com os moradores que mostraram abertura para conversar com
1187 a gente. Foi bastante tranquilo. Antes da visita, isso é um ponto importante, quando a
1188 gente chegou, a primeira coisa que gente fez junto com Rosa que nos acompanhou,
1189 foi uma reunião com os CMAS de Mariana e Diogo de Vasconcelos, para termos
1190 notícias de como essas demandas estavam chegando aos Conselhos. Eles
1191 informaram que não tinham notícias de casos de violação de direitos nessas
1192 comunidades. Eles faziam o acompanhamento dessas comunidades, a política de
1193 assistência social, mas nunca tinham chegado formalmente ao Conselho Municipal
1194 nenhuma denúncia nesse sentido. Na leitura dos representantes que estavam lá, a
1195 maioria dos conselheiros que participaram era de representantes governamentais,
1196 tanto de Mariana, quanto de Diogo de Vasconcelos. As demandas mais recorrentes
1197 eram relativas à questão de habitação, reforma de casa, alguns casos de cestas
1198 básicas. O que eles observaram eram alguns casos de alcoolismo nessas
1199 comunidades, mas eles não podiam avaliar se era em decorrência do
1200 empreendimento. A gente convidou o pessoal dos Conselhos para nos acompanhar
1201 nas visitas, mas ninguém pôde acompanhar e a gente fez as visitas em seguida. A
1202 gente fez a visita nas comunidades de Mainart, que é no município de Mariana, na
1203 comunidade Miguel Rodrigues, que é de Diogo de Vasconcelos, uma visita na fazenda
1204 Guaiana ou Reassentamento 29 de outubro, no município de Diogo de Vasconcelos
1205 e na comunidade de Barro Branco, no município de Mariana. A gente conversou entre
1206 cinco e quatro pessoas nessas comunidades. Só na fazenda Guaiana que foram
1207 somente com duas pessoas, porque lá é uma comunidade mais rural. Barro Branco,
1208 Mainart e Miguel Rodrigues têm características mais urbanas. São comunidades
1209 pequenas, mas que tem ruas asfaltadas, escolas, tem posto de saúde. Na visita nos
1210 pareceu uma qualidade de vida boa, tem algumas questões que a gente vai pontuar
1211 aqui. De forma geral, as comunidades parecem boas. O reassentamento de 29 de
1212 outubro é mais rural. São propriedades rurais mais simples, mais distantes umas das
1213 outras, então só conseguimos conversar com duas pessoas. Algumas não tinham
1214 ninguém em casa no momento da visita. O conteúdo do relatório em si traz um pouco
1215 dessa retrospectiva e traz uma análise detalhada do perfil das pessoas que a gente
1216 entrevistou e que a gente conversou. Está um pouco no sentido dos outros relatórios
1217 que já foram apresentados, escolaridade, perfil de renda, se recebe bolsa família,
1218 algum outro benefício. Consta tudo no relatório. A gente vai focar aqui no ponto que
1219 nos foi pedido pelo MP, que é em relação às pendências das condicionantes que

1220 tinham sido colocadas pelo empreendimento. A gente foi pegando cada condicionante
1221 e qual que foi o status da realização. A primeira condicionante: É a reposição de pedra
1222 sabão. Isso apareceu muito nas entrevistas. Os moradores faziam exploração de uma
1223 jazida de pedra sabão. Era de uso livre dos moradores. Eles faziam a extração da
1224 pedra sabão, produziam artesanato e vendiam nos municípios do entorno. Essa jazida
1225 foi alagada pelo empreendimento, então eles ficaram sem ter onde acessar a matéria
1226 prima do trabalho deles. Muitos dependiam diretamente da exploração da pedra
1227 sabão. Uma das condicionantes no PAS foi a reposição da pedra sabão. Essa
1228 condicionante é um pouco complicada, digamos assim. A Rosa até pesquisou na
1229 época para gente tentar imaginar o que é uma jazida e como poderia ser feita a
1230 reposição dessa pedra sabão. Foi um compromisso assumido pelo empreendedor
1231 com os moradores, inclusive, que mantiveram os investimentos que eles tinham feito
1232 de maquinário, instrumento, esperando a reposição dessa pedra sabão e não foi feito.
1233 Isso foi comum com todos os entrevistados que a gente conversou sobre a pedra
1234 sabão. A outra condicionante que a gente observou foi a realização dos
1235 reassentamentos, em especial, na fazenda Guaiana. Foram as pessoas que tiveram
1236 que sair de lá e mudar as suas casas de lugar. Em algumas propriedades em que a
1237 casa só mudou dentro do próprio terreno, uma parte foi alagada e reconstruiu a casa
1238 para cima. A gente observou que os reassentados da fazenda Guaiana ainda não
1239 receberam as escrituras de suas terras, o que tem gerado dificuldade para os
1240 atingidos, grande maioria agricultores, acessarem programas de incentivo e
1241 aposentadoria do governo federal. De maneira geral, as condições das habitações
1242 são boas, no entanto, não há rede de esgoto. Por ser zona rural as famílias estão
1243 distantes dos serviços públicos e tem dificuldades de deslocamento. Outro dado é que
1244 as estradas não possuem muro de proteção e falta manutenção de qualidade pela
1245 prefeitura municipal. Esse foi um ponto ressaltado por eles, porque já aconteceram
1246 alguns acidentes na estrada. Abriu a estrada de terra, mas não o muro de proteção; a
1247 estrada passa ao lado da barragem. Outro ponto: finalização das indenizações. Os
1248 moradores tinham direito a uma indenização em dinheiro, de acordo com os critérios
1249 estabelecidos (alguns permutaram terra por terra) mas esses aqui foi dinheiro. A
1250 grande maioria dos entrevistados, exceto dois casos, recebeu pelo menos a
1251 indenização pela parcela do terreno que foi submerso pela represa e pela produção.
1252 No entanto, três entrevistados informaram não terem sido incluídos no processo de
1253 negociação e dois entrevistados declararam não terem recebido a indenização
1254 completa relativa a todos os pontos que tinham direito. O outro ponto da
1255 condicionante: ação da implementação de todas as medidas definidas no processo de
1256 negociação entre empreendedor e as entidades representativas dos interesses dos
1257 atingidos pela UHE Fumaça. É aquele processo de intermediação que eu falei no
1258 início. A gente colocou que, como o CEAS não participou do processo de mediação e
1259 não teve acesso aos documentos que comprove o acordado nesse processo, não
1260 temos condições de avaliar o seu cumprimento. O que foi percebido durante as
1261 entrevistas é que os moradores relataram que de forma geral a mediação levou os
1262 pontos compreendidos nas condicionantes e no PAS, e trouxe contribuições, apoiando
1263 que algumas pendências fossem cumpridas. Os atingidos que participaram do
1264 processo na época, informaram que não tiveram acesso aos documentos, de forma
1265 que hoje enfrentam dificuldades para identificar e cobrar as pendências. Esse aqui foi
1266 um grande ponto do problema. A mediação de fato aconteceu pelo o que a gente
1267 conversou, só que ninguém tem o registro desse processo de mediação. É um grande
1268 problema. Foi feito contato com a pessoa da Secretaria de Meio Ambiente que fez o
1269 processo a época. Ela informou que o computador dela estragou e ela perdeu tudo.
1270 Isso é uma grande dificuldade, porque tem alguns pontos que não estavam explícitos
1271 nas condicionantes ou que foram adequados nesse processo de mediação e hoje não
1272 tem registro. Existe a expectativa pelos moradores, só que não teve como verificar

1273 porque não temos esse antes e o depois. Então, no nosso relato, está explicando essa
1274 questão, Outro ponto de condicionante: proceder monitoramento contínuo dos
1275 conjuntos das novas condições. Com base no resultado desse monitoramento, poderá
1276 ser indicada pela FEAM/COPAM, a qualquer tempo, a adoção de outras medidas
1277 mitigadoras e compensatórias de impactos, inclusive a relocação do povoado. A
1278 condição de vida dos moradores do povoado de Mainart é boa de forma geral. Não
1279 houve tempo para que grupo pudesse realizar uma análise mais profunda. No
1280 povoado há escola, posto de saúde, calçamento, pequeno comércio, energia elétrica
1281 e abastecimento de água. Não há rede de esgoto. A comunidade se localiza próxima
1282 ao rio. Os moradores relataram que o rio já teve cheias que atingiram casas, mas não
1283 ficou claro nos relatos se houve piora das cheias após a instalação da represa. Alguns
1284 informaram que sim e outros que não. Isso também foi um ponto que a gente observou
1285 porque constavam as denúncias, em alguns documentos que a gente recebeu. A
1286 gente perguntou para os moradores como era isso, teve gente que falou que acontece
1287 mesmo, mas tem muitos anos que não. Então a gente não pode colocar uma posição
1288 mais firme em relação a esse ponto. Em relação à outra condicionante era: apresentar
1289 resultados de nova vistoria a todas as edificações situadas nas vias principais de Barro
1290 Branco, responsabilizando-se pela reparação de todos os danos atribuídos pelos os
1291 moradores ao incremento do prazo das obras da UHE; adotar o mesmo procedimento
1292 em caso de reclamações de moradores em ruas próximas daquela via, uma vez que
1293 os efeitos pode-se estender para além da via utilizada; apresentar cronograma de
1294 execução da realização dos reparos necessários, a qual deve ter início no máximo
1295 trinta dias logo após o plano de reativação, dinamização sustentável no entorno do
1296 reservatório. A gente observou que a condição de vida dos moradores no povoado de
1297 Barro Branco é boa, de forma geral. Não houve tempo para que o grupo pudesse
1298 realizar uma análise mais profunda. No povoado há escola, posto de saúde,
1299 calçamento, energia elétrica, pequenos comércios, abastecimento de água. Não há
1300 esgoto. Os danos gerados pelo tráfego intenso de veículos ocorreram nos anos iniciais
1301 do empreendimento. Apenas um morador relatou que teve danos em sua casa e que
1302 não foram reparados. Os outros que a gente conversou, relataram que houve o reparo.
1303 Em relação à outra condicionante: plano de reativação e dinamização sustentável no
1304 entorno do reservatório. Foram realizadas ações de reativação e dinamização
1305 sustentável, como curso de criação de peixes, abelhas, distribuição de sementes. No
1306 entanto, essas ações tiveram pequena abrangência e pouca efetividade. Nem todas
1307 as comunidades foram contempladas diretamente pelas atividades. Os que
1308 participaram não identificaram melhorias e aplicabilidade do conteúdo aprendido. Não
1309 houve fornecimento de material, ou matéria prima, que possibilitasse aos atingidos
1310 dar continuidade ao desenvolvimento da atividade. A principal questão que apareceu
1311 foi essa. Eles até fizeram o curso, gostaram, mas não conseguiram aplicar, e não
1312 receberam os insumos necessários para poder aplicar. Programa de recomposição
1313 da infraestrutura econômica e educação: Foram realizadas as ações de recomposição
1314 da infraestrutura econômica, como curso de artesanato. Essas ações tiveram pequena
1315 abrangência e pouca efetividade. Nem todas as comunidades fora contempladas
1316 diretamente pelas atividades, e os que participaram não identificaram melhorias ou
1317 aplicabilidade do conteúdo aprendido. Não houve fornecimento de material de matéria
1318 prima, que possibilitasse os atingidos a dar continuidade ao desenvolvimento da
1319 atividade. Então é o mesmo caso. Houve alguns outros pontos que a gente observou
1320 e a gente acrescentou para além do que está diretamente relacionada às
1321 condicionantes, mas que a gente achou que era pertinente. Em relação às
1322 indenizações pelo empreendedor, as entrevistas apontaram que na grande maioria
1323 dos casos houve negociação e o pagamento pela a indenização devida, de acordo
1324 com os termos e critérios estabelecidos a época. A pendência existente é relacionada
1325 à escritura das terras das famílias reassentadas e a reposição da pedra sabão. A

1326 amostragem dos entrevistados apontou que as famílias reassentadas ainda não
1327 receberam escrituras das terras. A falta de escritura está gerando dificuldades para
1328 as famílias acessarem programas voltados para agricultores familiares, como
1329 PRONAF e empréstimos para investimento nas terras. Ainda, apontou que as famílias
1330 chegaram assinar o documento de comodato junto com o empreendedor na validade
1331 de três anos, porém venceram os prazos e não receberam a propriedade da terra.
1332 Isso porque com o comodato eles poderiam ter acesso a alguma parte do programa.
1333 Outro ponto a ser destacado é que as vias abertas pelo empreendedor não possuem
1334 o muro de proteção. A falta dessa proteção tem contribuído para agravamento de
1335 acidentes com veículos. Já houve casos de mortes devido à queda de carro no rio.
1336 Temos ainda que, vários entrevistados relataram problemas gerados pela falta de
1337 esgotamento sanitário, com a poluição de nascentes e rios, principalmente na
1338 comunidade de Magalhães. Foi identificado que o empreendedor construiu uma
1339 escola próximo à comunidade de Magalhães, que se encontra desativada hoje.
1340 Notamos que o MAB realiza visitas e ações continuadas com as comunidades
1341 atingidas. Além disso, os entrevistados relataram umas questões que são relativas a
1342 atuação do poder público municipal, tais como: falta de manutenção das estradas e
1343 dificuldade de acesso aos serviços públicos. Esses pontos são principalmente da
1344 comunidade rural, que tem bastante dificuldade de acessar. Tem uma parte que é de
1345 responsabilidade do próprio poder público, como por exemplo, os CRAS fazem visitas,
1346 mas poderiam ser mais intensificadas, e por aí vai. O nosso ponto de sugestão no final
1347 do relatório: “Assim, sugere-se ao CEAS, como órgão de controle social responsável
1348 por garantir os direitos socioassistenciais da população atingida por barragens, para
1349 indicar ações com o objetivo de superar as situações pendentes entre as comunidades
1350 atingidas pela PCH Fumaça. É necessário solicitar ao novo empreendedor, MAINART
1351 Energia Elétrica, um diagnóstico atualizado das famílias atingidas, comparando o
1352 diagnóstico realizado no início das negociações em 2001 com a vida atual dos
1353 atingidos, com avaliação técnica da qualidade de vida dos atingidos. E com essas
1354 informações, o CEAS poderá ter mais subsídios para manifestar oficialmente à
1355 Procuradoria da República do município de Viçosa, quando for solicitado pelo próprio
1356 denunciante”. Pronto. **MARIA:** Alguém tem algum pedido de esclarecimento?
1357 **VOLNEY:** Só destacando o que a Isabela esqueceu. Essa solicitação, ela é do MP
1358 Federal, uma vez que houve a denúncia na Secretaria de Direitos Humanos da
1359 Presidência da República. Não é do MP Estadual, sim Federal. **MARIA:** Muito bem.
1360 Diante do que a Isabela leu e do relatório, algum conselheiro tem algo contrário?
1361 (VOZES AO FUNDO) Você tem contrário ou quer esclarecimentos? (VOZES AO
1362 FUNDO) **LUIZ GEORGE:** Isabela, você falou em comodato? **ISABELA:** Sim. Mas o
1363 que a gente ressaltou é a falta de escritura. A gente só informou que houve alguns
1364 moradores que não tinham recebido as escrituras, mas tinham o comodato. Isso foi
1365 um paliativo. Isso está no campo das observações. Durante o comodato eles
1366 conseguiram acesso há alguns benefícios, mas nem isso eles não tem. De fato, a
1367 tendência é da escritura. Isso a gente deixou claro aqui no ponto da condicionante.
1368 **MARIA:** Lembrando que o relatório está propondo justamente resolver esse problema.
1369 Então podemos considerar aprovado o encaminhamento do relatório lido agora pela
1370 Isabela? Então, por unanimidade, a gente vai seguir os procedimentos que a Isabela
1371 sugerir a partir da leitura e da análise. Podemos almoçar agora gente? A gente retorna
1372 então às 13h10min. **PARTE 4: MARIA:** A gente tem, então, a minuta de resolução nº
1373 549/2016, que dispõe sobre a criação do GT responsável para coordenar o processo
1374 de preenchimento de vacância relativo aos representantes da sociedade civil, para
1375 compor o CEAS. Está em condição de colocar em apresentação já? Podemos
1376 Rodrigo? Eu passo a palavra para o Rodrigo. Enquanto as meninas terminam ali, eu
1377 queria aproveitar a oportunidade. Na fala do Volney mais cedo quando ele estava
1378 fazendo a apresentação da relatoria da usina, ele trouxe aquela situação de que os

1379 atingidos não tinham muita informação sobre os seus benefícios. Eu queria fazer uma
1380 sugestão, se vocês concordarem, para talvez, não na próxima porque estamos com
1381 uma pauta cheia, mas na sequência das próximas plenárias, que a gente trouxesse o
1382 debate. Podemos fazer uma capacitação sobre os benefícios sociais que a gente tem
1383 e podemos orientar. Isso é tanto para o urbano, quanto para o rural. Poderia ser feito
1384 Simone através da SEDESE, você. O que é relacionado à questão do SUAS, a gente
1385 pode pegar alguém que seja mais especialista na área dos benefícios rurais, para
1386 gente dizer que, no caso, os atingidos são agricultores familiares, segurados
1387 especiais, o quê que existe de benefício direto para eles, para gente poder inclusive
1388 ter orientação, e quando estivermos nesses casos, conseguirmos dar uma orientação
1389 para os atingidos. Não só para os atingidos, mas em qualquer situação dessas de
1390 vulnerabilidade. Realmente, nós temos muitos casos de usuários do SUAS, de
1391 pessoas normais, que vivem em comunidades distantes e até mesmo no urbano. Às
1392 vezes eles vivem sem o direito deles, sem benefícios, porque não tem informação.
1393 Existem muitas situações como essa. Eu falo isso porque, como somos de
1394 movimentos sociais, nem sempre os movimentos sociais dão conta de fazer esse
1395 debate com as pessoas, ou estar dando conta de promover ações que atendam toda
1396 essa dimensão. Sem falar que nós temos uma grande parte da população,
1397 independente de nível social, que não está relacionada com nenhum movimento
1398 social, com nenhum partido político. Eles não se envolvem. A gente podia fazer isso,
1399 para que nos espaços onde a gente estiver poder orientar. **SIMONE:** Nós estamos
1400 construindo para os cursos de capacitação do Capacita SUAS temas específicos da
1401 realidade de Minas Gerais. Como a gente vai ofertar o curso da proteção básica esse
1402 ano, uma das coisas que a gente identificou é como os profissionais do SUAS estão
1403 com poucas informações acerca dos benefícios. Nós identificamos isso por dois
1404 motivos. Nos dados da pobreza rural, eles vão ser mostrados aqui, vocês vão ver, na
1405 parcela da população no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha existem idosos
1406 que estão em situação de pobreza justamente por não acessar os benefícios. Muitas
1407 das vezes os profissionais não estão informados acerca de que critério de renda não
1408 é mais o único critério de acesso para as pessoas com deficiências ao BPC. Essa é
1409 uma desinformação de grande parte dos nossos profissionais. Nós temos aqui em
1410 Minas bons profissionais, que militam tanto na previdência, quanto na assistência
1411 social. Obrigada. **SOYLA:** É importante dizer que somos muitas Minas Gerais, muita
1412 diversidade. Então, assim, pela a minha experiência no Noroeste de Minas Gerais, e
1413 em tudo que foi falado para os outros municípios, a gente tem observado uma
1414 dificuldade de montar um perfil da zona rural, por exemplo. Hoje, a assistência é uma
1415 solicitação quase geral do CRAS volante para atender a zona rural. Em Paracatu a
1416 gente desconhecia, infelizmente, a zona rural. De um mês para cá a gente conseguiu
1417 uma entidade que está atendendo a zona rural. A gente descobriu só no primeiro mês,
1418 se eu não me engano, duzentos e setenta famílias que não estavam cadastradas no
1419 CADÚNICO. São duzentos e setenta famílias que desconheciam e tinham o perfil de
1420 CADÚNICO. Então, assim, em Paracatu começou isso, beleza, mas os meus outros
1421 municípios lá em volta, que são pequenos, que a maioria das vezes são 70% da zona
1422 rural, eles não tem registro nenhum. O que a gente tem hoje de zona rural,
1423 provavelmente, a gente não consegue montar um perfil fechado. É complicado, não
1424 é? Eu queria falar isso. **MARIA:** Isso demonstra a importância de que vai ser o nosso
1425 processo de capacitação. Devolvo Rodrigo, para você. **RODRIGO:** Então vamos lá,
1426 gente. Minuta de resolução 549/2016 do CEAS. Ela vai dispor sobre a criação do GT
1427 responsável por coordenar o processo de preenchimento das vacâncias relativas aos
1428 representantes da sociedade civil para compor o CEAS. O Conselho Estadual de
1429 Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso das atribuições legais,
1430 conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1.993, pela Lei Estadual nº 12.262,
1431 de 23 de julho de 1.996 e pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social

1432 – CNAS n.º 33, de 12 de dezembro de 2012 (Norma Operacional Básica do Sistema
1433 Único de Assistência Social – NOB/SUAS), e considerando: o seu Regimento Interno,
1434 aprovado pela Resolução do CEAS n.º 358, de 10 de Maio de 2011; a Resolução do
1435 CEAS n.º 519 de 24 de junho de 2015, que “dispõe sobre o Processo Eleitoral da
1436 representação da sociedade civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social
1437 no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, Gestão 2015/2017”; que o
1438 Processo Eleitoral da representação da sociedade civil e dos Conselhos Municipais
1439 de Assistência Social ocorrido na 11ª Conferência Estadual de Assistência Social
1440 encerrou com vacância de suplentes; e a deliberação da 208ª e 209ª Plenária
1441 Ordinária, ocorrida no dia 19 de fevereiro de 2016; Resolve: Art.1º Fica criado o Grupo
1442 de Trabalho para coordenar o processo de preenchimento das vacâncias relativas aos
1443 representantes da sociedade civil para compor o Conselho Estadual de Assistência
1444 Social – CEAS. Art.2º Os membros do Grupo de Trabalho são os seguintes
1445 conselheiros estaduais representantes da sociedade civil: I - Josiany Vieira de Souza
1446 – da Associação Comunitária Quilombola de Santa Cruz – ACONEQUISTAC,
1447 representante das entidades de usuários da Assistência Social; II - Rodrigo dos
1448 Santos França – da Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte –
1449 ASSPROM-BH, representantes das entidades de Assistência Social; III - Luiz George
1450 Marcelino de Trindade – do Conselho Municipal de Assistência Social de Lagoa Santa
1451 – CMAS/Lagoa Santa, representante não governamental de Conselhos Municipais de
1452 Assistência Social (usuário); IV - Rosilene Aparecida Tavares – do Conselho Regional
1453 de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS/MG, representante as entidades
1454 representativas de trabalhadores da área de Assistência Social. Art.3º O Grupo de
1455 Trabalho coordenador do processo de preenchimento das vacâncias do CEAS
1456 terminará suas atividades quando as vacâncias do Conselho Estadual forem
1457 preenchidas ou por deliberação da Plenária do CEAS. Art.4º O Grupo de Trabalho
1458 coordenador do processo de preenchimento das vacâncias do CEAS possui as
1459 seguintes competências: I – Coordenar o Processo Eleitoral de vacância do CEAS do
1460 mandato de 2015 a 2017; II – Julgar os pedidos de registros de candidatura e os
1461 eventuais de impugnações, bem como os recursos; III – Elaborar e encaminhar todos
1462 os procedimentos para a realização do pleito de preenchimento de vacância; IV –
1463 Expedir ordens inerentes ao processo, orientações e zelar pelo cumprimento de
1464 normas e pelo bom andamento dos trabalhos; V – Encaminhar pela Secretaria
1465 Executiva para publicação no Diário Oficial do Estado todos os atos referentes ao
1466 processo de preenchimento das vacâncias do CEAS. Art. 5º Esta Resolução entra em
1467 vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, se a gente aprovar, o dia de hoje,
1468 março de 2016. Maria assina. Nossa presidente. Essa primeira minuta é sobre a
1469 criação do GT. Devolvo para você presidente. A gente continua, a gente aprova, como
1470 é que vai ser o rito? **MARIA:** Eu acho que é bom ler uma por uma, até porque alguém
1471 pode pedir um esclarecimento nessa. **RODRIGO:** Tá. Algum conselheiro ficou na
1472 dúvida? **WALTER:** É só uma questão de redação. Eu colocaria aqui nas
1473 competências: “se julgar os registros de candidaturas e eventuais impugnações”.
1474 Pode ser que seja impugnado posteriormente. **MARIA:** Sim. Muito bem. Tem mais
1475 alguma dúvida gente? Podemos considerar aprovada? Então, aprovada por
1476 unanimidade. Pode seguir Rodrigo. **RODRIGO:** Minuta de resolução 551/2016,
1477 CEAS–MG, que “Dispõe sobre o processo de preenchimento das vacâncias relativas
1478 aos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Estadual de
1479 Assistência Social – CEAS.” O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas
1480 Gerais – CEAS/MG, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei... Pode pular
1481 gente? Então vamos para o resolve. Resolve: Art.1º Aprovar o presente regulamento
1482 do processo de preenchimento das vacâncias relativas aos representantes da
1483 sociedade civil para compor o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS,
1484 doravante chamado de Processo Vacância. Capítulo I A identificação da sociedade

1485 civil. Art. 2º O Processo Eleitoral da representação da sociedade civil e dos Conselhos
1486 Municipais de Assistência Social ocorrido na 11ª Conferência Estadual de Assistência
1487 Social encerrou com vacância de suplentes: I – 2 (dois) representantes de usuários
1488 ou de organizações ou entidades de usuários de assistência social, de âmbito
1489 estadual; II – 4 (quatro) representantes de entidades e organizações de assistência
1490 social, de âmbito estadual; III – 1 (um) representante não governamental dos
1491 conselhos municipais de assistência social – CMAS – usuário. §1º O assento no CEAS
1492 é da entidade ou órgão eleito, cujo mandato é de dois anos. §2º A indicação do
1493 representante da entidade ou órgão é de sua livre escolha, desde que seja
1494 comprovado vínculo com a entidade, não podendo ter sido conselheiro do CEAS nos
1495 últimos dois mandatos consecutivos, como titular ou suplente. §3º A indicação do
1496 representante do conselho municipal é de livre deliberação do colegiado, não podendo
1497 ter sido conselheiro do CEAS nos últimos dois mandatos consecutivos, como titular
1498 ou suplente. §4º Entende-se por âmbito estadual, para fins dessa resolução, os
1499 representantes de usuários ou organizações ou entidades de usuários e as entidades
1500 e organizações de Assistência Social que comprovadamente desenvolvam suas
1501 atividades há no mínimo dois anos, em pelo menos dois municípios. §5º Serão
1502 consideradas representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas,
1503 projetos, serviços e benefícios da Política Nacional da Assistência Social – PNAS,
1504 organizadas sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos,
1505 sendo reconhecidos como legítimos as associações, os movimentos sociais, os
1506 fóruns, as redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição
1507 jurídica, política ou social conforme disposto no §1º do art. 1º da Resolução n.º 24/06
1508 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. §6º Serão consideradas
1509 entidades ou organizações de usuários de assistência social aquelas juridicamente
1510 constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos
1511 de indivíduos e de grupos vinculados à Política Nacional de Assistência Social –
1512 PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na entidade ou organização, mediante
1513 participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria
1514 participação ou de seu representante legal, quando for o caso, conforme disposto no
1515 §2º do art. 1º da Resolução n.º 24/06 do Conselho Nacional de Assistência Social –
1516 CNAS. §7º Serão consideradas entidades e organizações de assistência social,
1517 aquelas sem fins lucrativos, conforme disposto no art. 3º da Lei Orgânica de
1518 Assistência Social - LOAS: I – de atendimento: aquelas que, de forma continuada,
1519 permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e
1520 concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e
1521 indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal; II – de
1522 assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada,
1523 prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o
1524 fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e
1525 capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social; e III –
1526 de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e
1527 planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados
1528 prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção
1529 de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais,
1530 articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política
1531 de assistência social. Art.3º O foro próprio para a eleição dos representantes da
1532 sociedade civil, que visa preencher as vacâncias do CEAS ocorrerá no dia 18 de maio
1533 de 2016, na sede do CEAS, de 14 às 17 horas. Capítulo II Da coordenação do
1534 processo eleitoral. Art.4º A Coordenação do Processo Vacância será do Grupo de
1535 Trabalho criado pela Resolução 549/2016. Art.5º O CEAS é a instância recursal das
1536 decisões do Grupo de Trabalho. Capítulo II Da habilitação. Art.6º Poderão habilitar-se
1537 ao Processo Eleitoral, exclusivamente: I - Os representantes de usuários ou as

1538 organizações ou as entidades de usuários; II - Entidades e organizações de
1539 assistência social; e III - Conselhos Municipais de Assistência Social de Minas Gerais.
1540 Art.7º Os representantes, entidades, organizações e conselhos mencionados no artigo
1541 anterior que desejarem participar como eleitores e, ou candidatos, no Processo
1542 Eleitoral, deverão habilitar-se no período de 04 de abril a 22 de abril de 2016, de 8 às
1543 18 horas, nos dias úteis, junto à Secretaria Executiva do CEAS. §1º O pedido de
1544 habilitação, modelo anexo I, será assinado pelo representante legal da entidade ou
1545 organização, ou pelo presidente do CMAS, dirigido ao Grupo de Trabalho. Ele deverá
1546 ser encaminhado junto com os demais documentos, por e-mail:
1547 ceasmg@yahoo.com.br, ou protocolado na Secretaria Executiva do CEAS – Avenida
1548 Amazonas, 558 – 6º andar, nos dias úteis, dentro do período definido no “caput” deste
1549 artigo. §2º Deverá constar no requerimento de habilitação o nome do representante
1550 que comporá o CEAS caso a entidade, organização ou Conselho seja eleito. §3º
1551 Admitir-se-á requerimento de habilitação por procuração, no entanto, não se admitirá
1552 que mais de uma entidade ou Conselho seja representado pelo mesmo procurador
1553 para o Processo Vacância. §4º A Decisão sobre os requerimentos de habilitação será
1554 publicada no Diário Oficial do Estado. Art.8º As entidades e organizações de
1555 assistência social mencionadas no §7º do art. 2º deverão estar inscritas no Conselho
1556 Municipal de Assistência Social, conforme a Resolução do CNAS n.º 14/14. Art.9º Os
1557 documentos para a habilitação ao Processo Vacância são: I – para os representantes
1558 dos usuários de assistência social, definidos no § 5º do art. 2º desta Resolução: a)
1559 Requerimento de habilitação, modelo anexo I desta Resolução, devidamente
1560 preenchido e assinado; b) Declaração de reconhecimento de existência e atuação,
1561 expedida pelos conselhos ou órgão gestor da assistência social municipal, estadual,
1562 podendo ser assinado pelo secretário/a, coordenador (a) de CRAS ou CREAS,
1563 conforme anexo III desta Resolução; c) Formulário de designação da pessoa física a
1564 ser eleita, conforme anexo II desta resolução, comprovando sua vinculação com este
1565 grupo, movimento ou fórum; d) Cópia da Carteira de Identidade, CPF, e comprovante
1566 de residência da pessoa física a ser eleita ou o Número de Identificação Social – NIS.
1567 II – para organizações ou entidades de usuários de assistência social, definidas no
1568 §6º do art. 2º desta Resolução: a) Requerimento de habilitação, modelo anexo I desta
1569 Resolução, devidamente preenchido e assinado; b) Cópia da ata de eleição e de
1570 posse da atual Diretoria registrada em Cartório; c) Cópia do Estatuto Social da
1571 entidade ou organização (atos constitutivos), em vigor e registrado em Cartório; d)
1572 Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
1573 (CNPJ); e) Comprovação que a entidade tem em sua diretoria usuários; f) Formulário
1574 de designação da pessoa física a ser eleita, conforme anexo II desta Resolução,
1575 devidamente preenchido; g) Endereço completo, telefone, fax, e-mail da organização,
1576 pessoa de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil;
1577 h) Cópia da Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência da pessoa física
1578 a ser eleita. III – pelas entidades e organizações de assistência social, definidas no
1579 §7º do art. 2º: a) Requerimento de habilitação, modelo anexo I desta resolução,
1580 devidamente preenchido e assinado; b) Cópia autenticada do documento de Inscrição
1581 expedido por mais de um CMAS. c) Formulário de designação da pessoa física a ser
1582 eleita, conforme anexo II desta resolução, devidamente preenchido; d) Endereço
1583 completo, telefone, fax, e-mail da organização, pessoa de referência e outras
1584 informações importantes para contato em tempo hábil; e) Cópia da Carteira de
1585 Identidade, CPF e comprovante de residência da pessoa física a ser eleita. IV – para
1586 os CMAS: a) Formulário de solicitação de habilitação, indicando o seu representante
1587 a ser eleito, devidamente preenchido; b) Cópia das três últimas atas de plenárias do
1588 Conselho, que não poderão ser anteriores a janeiro de 2015; c) Cópia da ata que
1589 deliberou pelo representante para o CEAS; d) Apresentar-se devidamente atualizado
1590 no CADSUAS. Art.10. O formulário de solicitação de habilitação estará à disposição

1591 no site do CEAS www.social.mg.gov.br/ceas e deverá ser apresentado no ato da
1592 inscrição, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal ou seu
1593 procurador, no caso dos representantes dos usuários ou as organizações ou as
1594 entidades de usuários e entidades e organizações de assistência social, ou pelo
1595 presidente ou vice-presidente, no caso de Conselho. §1º No caso de indeferimento
1596 admitir-se-á recurso ao CEAS. §2º Os candidatos ao Processo Vacância poderão
1597 apresentar recurso ao CEAS no caso de discordância da habilitação de outras
1598 entidades e organizações ou Conselhos por descumprimento deste Regulamento, no
1599 prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da data da publicação do resultado
1600 da habilitação. §3º As decisões dos recursos quando não forem publicadas deverão
1601 ser comunicadas à parte interessada por e-mail ou via postal ou telegrama. Art.11. A
1602 documentação necessária para a habilitação, descrita no art. 9º acima, deverá ser
1603 encaminhada ao CEAS, conforme disposto no artigo 7ª desta Resolução. Art.12. O
1604 pedido de habilitação de candidatura será dirigido ao Grupo de Trabalho,
1605 especificando em qual categoria de representação se candidata. §1º As vagas serão
1606 em número de sete (07) suplentes, distribuídas da seguinte forma: I – Dois (02)
1607 representantes de usuários, ou de entidades ou de organizações de usuários da
1608 Assistência Social; II – Quatro (04) representantes de entidades e organizações de
1609 Assistência Social; III – Um (01) representante dos Conselhos Municipais de
1610 Assistência Social, sendo o mesmo representante de usuários de assistência social.
1611 §2º É vedado concorrer em mais de uma vaga no CEAS. Capítulo IV Do ato de eleição.
1612 Art.13. A eleição realizar-se-á no dia 18 de maio de 2016, na sede do CEAS, de 14 às
1613 17 horas, na presença do Grupo de Trabalho e de funcionários do CEAS designados
1614 para esse fim. §1º Para esse ato poderá ser solicitado o apoio da Secretaria de Estado
1615 de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE. §2º Como pré-requisito ao pleito,
1616 os candidatos deverão comparecer no dia 18/05/16, às 14 horas, na sede do CEAS,
1617 perante o Grupo de Trabalho e demais presentes para apresentar oralmente o
1618 trabalho desenvolvido pela entidade ou conselho e sobre a relação do representante
1619 com esses, com duração de 4 minutos e na ordem disposta no art. 2º. §3º Fica vedada,
1620 também, a duplicidade de representação do candidato. Art.14. A apuração dos votos
1621 será iniciada às 17 horas do dia 18 de maio, na presença do Grupo de Trabalho e dos
1622 demais presentes. §1º O Ministério Público será convidado a participar dessa
1623 apuração. §2º Serão considerados eleitos os mais votados em cada categoria de
1624 representação. §3º Em caso de empate, será considerada eleita o representante ou a
1625 entidade ou a organização ou o conselho que tiver a data de criação mais antiga,
1626 comprovada no período de habilitação. Caso, ainda, permaneça o empate, o eleito
1627 será o candidato mais idoso. §4º O Grupo de Trabalho lavrará Ata da votação e da
1628 apuração, comunicando o resultado aos presentes e encaminhando-o para
1629 publicação. Capítulo V Da posse. Art.15. Os representantes da sociedade civil e dos
1630 Conselhos Municipais de Assistência Social eleitos tomarão posse coletivamente na
1631 plenária ordinária, que ocorrerá no dia 17/06/16. §1º Aquele que, por motivo de força
1632 maior, não tomar posse nos termos do caput, deverá fazê-lo na Plenária subsequente.
1633 §2º Caso haja impedimento por parte do representante eleito em participar do CEAS,
1634 a representação, ou a organização, ou a entidade, ou o conselho deverá comunicar
1635 oficialmente o CEAS, indicando o substituto. Capítulo VI - Disposições gerais. Art.16.
1636 O Grupo de Trabalho poderá aplicar subsidiariamente o Código Eleitoral, naquilo que
1637 considerar cabível. Art.17. O Ministério Público Estadual será cientificado do Processo
1638 Eleitoral dos membros da sociedade civil e dos Conselhos Municipais para a
1639 composição do CEAS e convidado a participar do processo. Art.18. Os casos omissos
1640 neste regulamento serão decididos pelo Conselho Estadual de Assistência Social.
1641 Art.19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, a
1642 Maria assina. Os formulários nós já vamos apreciar ou não? Precisa não? Tá. Então
1643 vamos lá gente. O primeiro destaque é da Simone. **MARIA:** O primeiro que pediu

1644 destaque foi o Walter. Desculpa, é a Simone. **SIMONE:** Na verdade eu vou retirar o
1645 meu destaque. Eu fui esclarecida pela nossa secretária executiva. A minha dúvida era
1646 com relação a não poder ter sido conselheiro nos últimos dois mandatos. Está correto,
1647 tanto que está previsto na Lei Orgânica do Estado, critério usado da última eleição.
1648 Eu tinha outra dúvida se havia uma obrigatoriedade de eleição na conferência. Na
1649 verdade, a gente realizou na conferência o que a gente está fazendo agora. Então eu
1650 já fui esclarecida, obrigada. **MARIA:** O próximo. Walter, por favor. **WALTER:** No início
1651 do Art. 2º está falando dos representantes dos usuários ou organização ou entidade,
1652 fala-se: “usuários de assistência social no âmbito estadual”. Uma entidade que
1653 funciona só no município, ela está no âmbito estadual. Teria que esclarecer isso. Ela
1654 tem que atuar em mais de um município. **MARIA:** A proposta é que a entidade precisa
1655 ter no seu estatuto a atuação em nível de Estado. Não é uma escolha feita por nós, é
1656 uma decisão que está na lei. **WALTER:** Eu só estou questionando o termo “no âmbito
1657 do Estado”. Âmbito estadual pode ser geográfico só. **MARIA:** Entendi. **SIMONE:** Pode
1658 gente. Eu tive que entender isso também, viu Sr. Walter? Eu também tive que
1659 compreender. Nós estamos repetindo o mesmo formato, modelo, da eleição do CNAS,
1660 para vacância desse. Isso é um conceito. Nós podemos considerar no âmbito estadual
1661 aquelas que atuam no Estado. Você pode considerar de âmbito estadual aquela que
1662 atua em mais de um município. Isso é um conceito que nós criamos. A Consolação
1663 está vendo se está na lei. Eu não me lembro desse conceito na lei. Isso aqui a gente
1664 vai criando o conceito. O conceito que foi utilizado na última eleição foi esse.
1665 **WALTER:** Mas poderá ter questionamentos. **LUIZ GEORGE:** Rodrigo, esse Art. 12
1666 não está muito complexo, não? **MARIA:** Calma! Calma! Nós não terminamos de
1667 esclarecer ele. **LUIZ GEORGE:** Ainda não? Desculpa. **MARIA:** Sr. Walter. Uma das
1668 definições da plenária passada foi que utilizasse os mesmos critérios que a gente usou
1669 no período em que nos eleger durante a conferência. Pode haver questionamentos,
1670 mas a comissão eleitoral existe justamente para dar esclarecimentos. **WALTER:** Tá.
1671 Mais uma pergunta então. Não caberia uma explicação posteriormente? **MARIA:** Você
1672 fala dessa questão da área de atuação? **WALTER:** Na área de atuação. (VOZES AO
1673 FUNDO) Ah! Está certo. Muito obrigado. **MARIA:** Mais alguma dúvida Sr. Walter? O
1674 próximo inscrito é George. **LUIZ GEORGE:** Rodrigo, o Art. 12 não está um pouco
1675 complexo? **RODRIGO:** É. Tem que corrigir o português. **LUIZ GEORGE:** Vão ser só
1676 os suplentes? Não tem nenhum titular? **MARIA:** Não tem titular. **RODRIGO:** Não. É
1677 vaga de suplente. **LUIZ GEORGE:** Tá. E esse quatro? Que número é esse?
1678 **RODRIGO:** Não. Está errado. Foi um erro na hora de digitar. **LUIZ GEORGE:** Está
1679 certo. Obrigado. **MARIA:** É o que está dentro dos parênteses que vale. E só para
1680 reafirmar, porque o processo é só para suplente? Porque nós já fomos eleitos. Você
1681 entendeu Sr. George? Certo? Próximo. **VOLNEY:** Eu queria saber se essa resolução
1682 se restringe neste processo, ou se nós podemos colocar que ela poderá ter validação
1683 caso as vagas não sejam preenchidas? Ela se estingue? Tá. **MARIA:** Vocês
1684 entenderam a pergunta do Volney? Essa resolução ela é específica, tem data, prazo
1685 e tudo. Caso não preencha, é outro processo. Mais inscrito? **RODRIGO:** Apesar de
1686 fazer parte da comissão e já ter estudado bastante, em relação à vacância dos
1687 Conselhos, quanto à vinda a Belo Horizonte. Nós não colocamos nada relativo a essa
1688 vinda até Belo Horizonte. Nós vamos orientar? Como é que vai ser? Os Conselhos
1689 virão aqui, não é? No caso deles virem votar aqui. O custeio disso, a gente vai
1690 orientar? Eu acabei bobeando em relação a isso. Nós vamos orientar isso? Nós vamos
1691 colocar? **CONSOLAÇÃO:** A gente pode fazer uma orientação na divulgação do
1692 processo. Na verdade, a resolução vai falar isso. Então a gente na orientação dos
1693 encaminhamentos, a gente pode fazer isso. Pode fazer não, a gente faz. **MARIA:** A
1694 gente esclarece de quem é a responsabilidade dos custos. Eu acho que isso é
1695 importantíssimo, senão fica não sendo responsabilidade de ninguém. Eles têm até
1696 direito de questionar e exigir isso de nós. Muito bem Rodrigo. Mais alguém quer fazer

1697 uma sugestão? Já que todo mundo permaneceu em silêncio, podemos colocar em
1698 processo de votação? Tem algum conselheiro contrário à resolução? Então,
1699 considera-se aprovada, por unanimidade. Os conselheiros estão todos alegres porque
1700 daqui a pouco a gente encerra né? (RISOS) A gente segue aqui com o nosso próximo
1701 ponto de pauta, que é a discussão do combate a pobreza rural. A gente convida para
1702 sentar junto com a gente, a Tatiane Gomes. Ela é da equipe de projetos especiais da
1703 SEDESE e trabalha com o combate a pobreza. Uma salva de palmas para ela.
1704 (APLAUSOS) **TATIANE:** Obrigada. Boa tarde. Meu nome é Tatiane Gomes. Eu
1705 trabalho lá na SEDESE, na Assessoria de Projetos Especiais. A gente tem duas
1706 prioridades principais lá na PE que é desenvolver um programa voltado para a
1707 juventude nas áreas urbanas e um programa voltado para o combate a pobreza rural.
1708 Hoje estou aqui para apresentar essa proposta de pobreza rural. Essa proposta está
1709 em construção dentro da SEDESE. A ideia é que a gente faça uma articulação entre
1710 as áreas temáticas dentro da SEDESE, principalmente no trabalho e assistência
1711 social. Inicialmente, a gente está trabalhando com estratégia para alcançar povos e
1712 comunidades tradicionais e grupos tradicionais específicos. A gente pode observar
1713 que a extrema pobreza se manifesta de diversas formas: fome, desnutrição, pobreza
1714 monetária, falta de autonomia, privação no acesso aos direitos sociais, precariedade
1715 no trabalho. Então todos esses são fatores que caracterizam a pobreza e extrema
1716 pobreza. Nesse sentido, os esforços para dimensionar essas diferentes faces da
1717 pobreza, exige a construção de programas e ações, muita das vezes específicas, com
1718 focos em determinados públicos. A gente tem observado que em MG os territórios do
1719 Norte, Baixo e Médio Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce,
1720 eles ainda permanecem com altos índices de vulnerabilidade social. Essas regiões
1721 tem um percentual de população rural muito acima da média nacional, da média
1722 estadual. Essas áreas se caracterizam por dificuldades de acesso da população às
1723 políticas básicas: educação, assistência social, saúde. É mais difícil para essas
1724 populações terem acesso a essas políticas. Outros fatores que caracterizam pobreza
1725 rural: privação de acesso a área, privação do acesso a terra e ocorrência sistemática
1726 de secas. A convivência com o semiárido também é um fator determinante na pobreza
1727 rural. Essas regiões demandam um desenho mais específico das políticas públicas.
1728 Pode passar. Esses mapas, eles trazem um índice de vulnerabilidade social. Então,
1729 quanto mais vermelho maior é a vulnerabilidade social. A gente percebe que ela
1730 converge para aqueles territórios que eu falei. E na mesma forma, a taxa de população
1731 cadastrada no Programa Bolsa Família. São aquelas famílias que estão em situação
1732 de pobreza, de extrema pobreza e que tem acesso ao bolsa família. A gente observa
1733 também que há um percentual bem maior nessas regiões. Na caracterização que a
1734 gente trouxe, nós definimos como áreas prioritárias esses cinco territórios de
1735 desenvolvimento. Eles representam hoje duzentos e dezenove municípios,
1736 considerando os cincos territórios que eu falei: Norte, Baixo e Médio Jequitinhonha,
1737 Alto Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce. Nesses territórios nós temos cento e
1738 setenta e oito municípios com menos de vinte e mil habitantes. Para o diagnóstico
1739 inicial, nós estamos considerando os municípios como integralmente rurais. A
1740 dinâmica municipal muita das vezes gira em torno da questão do campo. Ainda que o
1741 município tenha uma área urbana delimitada, não há economia, cultura. Tudo gira em
1742 torno das questões do campo, por isso que nós estamos tratando eles, inicialmente,
1743 como municípios integralmente rurais. A gente tem nesses mais de vinte mil
1744 habitantes, quarenta e um municípios. As cento e setenta e oito, mais os quarenta e
1745 um, vão totalizar os duzentos e dezenove para essas regiões. No caso dessa
1746 proposta, para a pobreza rural, a gente está considerando uma atenção especial aos
1747 povos e comunidades tradicionais, os grupos populacionais específicos: quilombolas,
1748 indígenas, ribeirinhos, acampados, entre outros públicos. Pode passar. Aí é um pouco
1749 das definições que a gente está usando. No caso dos povos e comunidades

1750 tradicionais, nós temos três grupos principais: quilombolas, indígenas e ribeirinhos.
1751 Quilombolas: Grupos étnicos constituídos primordialmente por negros de áreas
1752 urbanas ou rurais, dotados de alta definição, permeado por relações específicas com:
1753 a terra, parentesco, território, ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias.
1754 Esse é um conceito que o Ministério de Desenvolvimento Agrário tem utilizado. No
1755 caso dos indígenas: indivíduos de origem e descendência pré-colombiana, que se
1756 identificam e são identificados como pertencentes a um grupo étnico, cujas
1757 características culturais distingam na sociedade nacional. Esse é o conceito da
1758 FUNAI. E para os ribeirinhos: são comunidades que vivem nas proximidades de rios,
1759 cujas fontes de subsistência são: a pesca, artesanato, caça e extrativismo. Esse é o
1760 conceito da Fundação Joaquim Nabuco. No caso dos grupos específicos, nós
1761 estamos considerando os reassentados: são os beneficiados do Programa Nacional
1762 de Reforma Agrária, que já tiveram a concessão do uso da terra; os pró-assentados:
1763 são os beneficiados pelo programa nacional que tem embargada a concessão do uso
1764 da terra; E os acampados: são famílias que ainda estão na luta para a conquista da
1765 terra. Pode passar. Aqui são as ações que já estão em curso ou em processo de
1766 conveniamento. Nós temos três que são convênios de entrada, e um é convênio de
1767 saída. São recursos que estão sendo capacitados no governo federal, a exceção da
1768 Cáritas, que é um recurso do governo estadual, que está indo para uma entidade
1769 executar o projeto. O primeiro ali é AMANS: Agência de Negócios dos
1770 Empreendimentos Solidários. O público alvo são os reassentamentos. A previsão de
1771 atendimento é quatro mil, novecentos e sessenta e cinco famílias. As principais ações
1772 que vão ser desenvolvidas: assessoramento aos empreendimentos solidários;
1773 fomento e transição agroecológica; estruturação de indústrias; apoio a
1774 comercialização, formação e capacitação. Essas as principais capacitações que estão
1775 previstas no âmbito desse convênio. É um recurso que foi capitado junto ao INCRA.
1776 O segundo convênio é a Cáritas. A Cáritas que vai executar esse convênio com o
1777 recurso repassado direto pelo governo estadual. O público alvo: acampamentos e pré-
1778 assentamentos, com meta de quatro mil famílias. As atividades principais: fomento da
1779 atividade produtiva; lavouras; hortas; criação de pequenos animais; cozinhas
1780 comunitárias; cultivo de mudas; assessoramento técnico; oficinas e feiras regionais;
1781 formação e capacitação. Esse convênio tem o foco específico em segurança
1782 alimentar. São dois convênios com focos em comunidades tradicionais. Em um os
1783 focos são: quilombolas, indígenas e ribeirinhos. O outro é com foco exclusivo aos
1784 quilombolas. A meta de atendimento são mil famílias. As ações são: assessoramento
1785 técnico, práticas de comercialização, estruturação dos centros multifuncionais de
1786 referência da agricultura solidária. Aqui já é entrando um pouco no outro foco, que é
1787 o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais. Dentro desse objetivo, uma das
1788 principais ações é a busca ativa dessa população específica para inclusão no cadastro
1789 único. O cadastro é uma via de acesso a diversas políticas, principalmente no âmbito
1790 federal e também um potencial para o governo estadual. É importante incluir essa
1791 população também no cadastro, com isso buscar efetivar acesso aos serviços,
1792 benefícios socioassistenciais e aposentadoria também. As expectativas com essa
1793 ação específica, no caso dos veículos, busca no foco de pobreza com ênfase no rural
1794 e comunidades onde serão desenvolvidos projetos de inclusão produtiva; orientação
1795 de informação sobre os seus direitos, tanto socioassistenciais, trabalhistas;
1796 acompanhamento das famílias em situação de desproteção; identificação daquelas
1797 em situação de risco; buscar respeito e a valorização no modo de vida da cultura;
1798 encaminhamento dessas demandas para outros setores. Pode passar. A pactuação
1799 que foi feita é para equipar os CRAS, com ou sem equipe veículos, objetivando
1800 integrar as ações da Subsecretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social. Os
1801 veículos foram adquiridos com recursos de emendas da Comissão de Participação
1802 Popular em 2015. As ações de inclusão produtiva foram constituídas em 2015,

1803 destinam-se aos povos, comunidades tradicionais e grupos populacionais específicos
1804 nos municípios do Estado. Então aqueles projetos se distribuem em setenta e dois
1805 municípios. A resolução que se discutiu na CIB propõe os critérios de elegibilidade e
1806 priorização dos municípios, para os quais serão doados os trinta e quatro veículos.
1807 Essa resolução explicita as responsabilidades do município referente à doação do
1808 veículo, principalmente, no sentido de cadastramento da inclusão desse público
1809 específico. Pode passar. No final, qual que é o objetivo que a gente almeja? É que
1810 esses povos e comunidades tradicionais e grupos específicos que vivem no meio
1811 rural, eles tenham acesso ao serviço e benefícios socioassistenciais e a inclusão
1812 produtiva. Então é isso. Obrigada. (APLAUSOS) **MARIA:** Foi boa a apresentação
1813 dela. Eu tenho algumas análises para fazer, que são bem interessantes. Eu quero
1814 fazer depois. Alguém quer pedir esclarecimento? **AIDÊ:** Gente boa tarde. Eu sou
1815 assessora dos programas especiais da SEDESE. Nessa assessoria nós estamos
1816 trabalhando com duas prioridades: pobreza rural, e a outra, juventude urbana,
1817 especialmente, favelas. Depois, oportunamente, a gente vai ter o prazer de conversar
1818 com vocês sobre isso. Eu queria só situar a apresentação, pois não sei o que foi
1819 colocado aqui. O que é importante frisar? A construção sobre a prioridade da pobreza
1820 rural ela está em curso, ela não está acabada. Ela é uma construção que necessita
1821 ser dialogada dentro do governo com os demais atores, mas também dentro do próprio
1822 governo. O que a gente não quis foi trazer aqui um processo de pactuação descolado
1823 de qual finalidade esse processo de pactuação vai servir. Então, na verdade, o
1824 primeiro ponto importante, é isso. A questão da pobreza rural, de forma intersetorial,
1825 ela ainda não está tratada no governo. Diferentemente da juventude que a gente já
1826 tem um avanço maior. O que nós achamos importante delimitar aqui? O que é papel
1827 da SEDESE em uma estratégia de enfrentamento a pobreza rural. É o foco de
1828 população que a gente considera prioritário nesse cenário da pobreza rural. Nós
1829 consideramos que é extremamente importante, que um ganho para nós da assistência
1830 social, ter ações dessa natureza, que sejam feitas por uma área do trabalho ou por
1831 uma área agrária, enfim, porque tem competência para desenvolver. Não
1832 necessariamente forçar que a assistência social seja obrigada a desenvolver esse tipo
1833 de iniciativa nos municípios. Eu acho que este projeto traz essa marca, mas a gente
1834 reconhece e sabe do desafio, que é fazer a inclusão socioassistencial desses grupos
1835 populacionais. Reconhecemos uma importância das equipes volantes, porque são
1836 áreas rurais despesas, distantes, e tal. Então é a importância dessas equipes
1837 volantes. Nós sabemos, os diagnósticos vão mostrando que o carro é o instrumento
1838 fundamental para que essa equipe possa de fato estar em campo. Então, assim, é
1839 uma primeira iniciativa. Ela é uma estratégia e direção que nós estamos pensando em
1840 criar. Ela pode ser pensada de uma forma maior para as estratégias da pobreza rural.
1841 Eu só queria explicar, para gente já partir para o debate entendendo esses pontos
1842 principais e iniciais. **MARIA:** Volney, por favor. O Volney fala e durante a fala dele
1843 vamos inscrevendo os outros. **VOLNEY:** Eu observei em uma das lâminas as ações
1844 de inclusão produtiva. Então tem alguns convênios. Qual é o orçamento hoje? Já
1845 estão dentro do orçamento do Estado essas ações para inclusão produtiva? Essa é a
1846 minha primeira pergunta. E depois, quando você coloca a questão dos reassentados,
1847 tem orçamento para isso? Ele já está no planejamento? A minha terceira pergunta é:
1848 Hoje a gente enfrenta a questão de atingidos por barragens, o Pró-Assiste. O Pró-
1849 Assiste foi implementado no governo anterior. Eu acho que seria interessante pegar o
1850 Pró-Assiste para gente fazer essa ação. **MARIA:** Eu vou deixar os outros fazerem as
1851 perguntas e aí você responde o pacote. **ROSILENE:** A questão do veículo. Eu queria
1852 saber que veículo é esse, se tem tração nas rodas... Então é importante pensar que
1853 não é só um veículo, é o tipo de veículo também. Tatiane, essa questão do
1854 CADÚNICO é uma dificuldade. Eu sou técnica de PS no município de Montes Claros,
1855 e tenho uma dificuldade grande para fazer o cadastramento. E tem outra. Estava

1856 conversando com a Simone, dizendo que muita das vezes a família está perdendo o
1857 bolsa família por questão da renda. É uma discussão que a gente faz. O BPC é da
1858 pessoa. O bolsa família é da família. Se tem uma mãe que está com uma criança, aí
1859 recebe o BPC e o bolsa família seria para dar condições para estudar e alimentar,
1860 claro que ela não vai, dependendo da renda, fazer o cadastro no BPC. Temos que
1861 pensar nessas situações para essa questão de vulnerabilidade, fazer busca ativa para
1862 que isso seja realizado. **LEONARDO:** Eu até peço desculpas. É um trem que mexe
1863 bastante comigo, ainda mais nesses dias que a gente está tão mexido já. Eu já tinha
1864 ouvido falar, estava procurando saber o que estava acontecendo sobre pobreza rural.
1865 Eu vi hoje aqui pela primeira vez. Eu quero dar parabéns. Maravilhoso! Eu acho que
1866 esse é o caminho. Eu estava em uma tentativa de projeto no ano passado. Eu sou
1867 servidor, já estou há oito anos no governo. A gente rodou o Estado inteiro. A
1868 mensagem que eu trouxe rodando o Estado é a tentativa muito pouco ousada, porque
1869 não era um governo que acreditava muito nisso. Eu percebi que o grande problema
1870 de Minas é a área rural. É ela que necessita de atenção e o governo dava zero
1871 atenção. Não existia nenhum programa para área rural em Minas. Esse governo está
1872 começando muito ruim, a crise está muito feia, não está pagando o servidor direito,
1873 não sabe aonde vai chegar. Eu trabalho na SEPLAG enxergando um pouco de tudo.
1874 Estou muito desanimado com a maior parte do todo, mas SEDESE, desenvolvimento
1875 agrário, direitos humanos, estão conseguindo caminhar em uma transformação muito
1876 importante para MG. Eu desejo muita sorte para esse projeto e para vocês. Desejo
1877 que vocês consigam trabalhar integrando esses setores. Eu sei como é a dificuldade
1878 de trabalhar integrado. São muito boas essas forças de gente que acredita, de gente
1879 boa, que trabalha. Mas tem também que incluir a sociedade. Eu participei da
1880 conferência da juventude e o que fez a FETAEMG lá com os jovens rurais, foi um trem
1881 de chorar mesmo. Então é a capacidade que esse pessoal tem de saber o caminho,
1882 de saber o destino. Foi maravilhoso. Eu acho que a gente está com tudo na mão, com
1883 a faca e queijo nas mãos. O que o campo precisa não é muito o dinheiro, então não é
1884 dinheiro que vai barrar esse programa de fazer acontecer, é a vontade. Agora eu estou
1885 acreditando nessa vontade. Eu acho que esse caminho é muito bom, desejo muita
1886 sorte, mas tem que rever. Rever governo, rever sociedade, para virar um projeto
1887 grande. Grande igual os outros projetos sociais que deram certo. Esse programa de
1888 pobreza rural tem que ser prioridade nesse governo. Eu quero parabenizar. Não tenho
1889 nenhuma dúvida não. **MARIA:** Muito bem, Leonardo. A próxima é a Josiany.
1890 **JOSIANY:** Eu fico bem satisfeita (RISOS) Eu fico bem satisfeita com essa
1891 apresentação. Para a gente que é jovem, mora no campo, a gente têm os nossos
1892 anseios e os nossos objetivos. A gente percebe que cada vez mais a gente está
1893 perdendo a nossa juventude, perdendo o nosso espaço no meio rural, por falta de
1894 oportunidade, por falta de condições, de ter opção de escolha. A gente não tem opção
1895 de escolha. A escolha é “ir embora e ir embora”. E aí, chega nas grandes cidades,
1896 preenche as grandes favelas, dificultando a nossa sobrevivência e sem ter condições
1897 de viver a vida com dignidade. A gente vendo esses projetos nos dá condições de
1898 olhar para o campo e ter um pouco mais de esperança, diante dessa apresentação e
1899 das possibilidades que vai ajudar o povo do campo. Gente, a falta de conhecimento
1900 mesmo com a chegada do CRAS volante, é fato, o povo do campo não tem
1901 conhecimento. Ontem mesmo a gente estava discutindo mais ou menos nessa lógica.
1902 Eu vou querer participar um pouco da assistência social a partir do momento em que
1903 eu entenda o que é a assistência social, para quem essa política foi feita. A partir
1904 desse momento que entender e me encontrar dentro desse espaço. E que bom! Agora
1905 eu estou um pouco mais esperançosa em poder olhar para o meu município, de poder
1906 olhar para o meu campo e ver. Nós estamos no caminho certo pelo processo que a
1907 gente vem tendo e pelos jovens que ainda tem a resistência de manter, de permanecer
1908 ainda no campo. Se você sonha e acredita nessa coisa, é por aí que você vai começar

1909 se entender na expectativa de que pode melhorar. Isso para nós é muito importante,
1910 de trabalhar no campo, na própria lavoura, de poder viver livre, mas com dignidade,
1911 direito a estudo, direito a educação, direito a conhecimento, direito de estar nesses
1912 espaços que é nosso. Eu gostei demais da apresentação. Que esse olhar possa ser
1913 ampliado cada vez mais, e que nós, enquanto conselheiros, possamos abraçar. Eu
1914 vejo que o Conselho já tem essa sensibilidade de lidar com essas situações o tempo
1915 todo. A gente começa a perceber que em meio dessa turbulência ainda tem
1916 esperança. **MARIA:** Muito bem. (APLAUSOS). O próximo é o Leonardo, da SEDA.
1917 **PARTE 5: LEONARDO:** Eu também quero parabenizar. Acredito que a priorização do
1918 foco, em vista da diminuição de recursos, dificuldades de gestão, de orçamento, a
1919 gente tem que priorizar. Diferente dos últimos anos, que em MG, a priorização era na
1920 política, não na política pública. Duas considerações que eu acho que são
1921 fundamentais quando a gente vê no mapa, se alguém puder voltar, em qualquer um
1922 dos mapas, na verdade. Minas Gerais, do Triângulo ao Sul, praticamente tem uma
1923 realidade. Do Triângulo para o Espírito Santo, para Bahia, é outra realidade,
1924 principalmente na Zona da Mata. Há dez anos nos dados do IBGE vinculado ao IDH,
1925 a Zona da Mata tinha uma condição econômica, social totalmente diferente da Zona
1926 da Mata de hoje. A concentração de políticas públicas nos últimos anos de governo
1927 construíram uma série de sombreamentos de política no Norte de Minas, Vale do
1928 Jequitinhonha. Ele continua cada vez mais pobre, em vista do resto do Brasil, aonde
1929 essas políticas articuladas, dialogadas, construções intersetoriais muito próxima dos
1930 nossos conceitos, o Nordeste tem outra realidade. Em Minas Gerais, apesar de ser
1931 um Estado com uma economia muito agrária, ele é muito concentrada no Alto
1932 Paranaíba, Triângulo e Sul. A grande maioria dos agricultores que vivem do lado leste
1933 do Estado, vivenciam situações de pobreza terríveis. Há duas semanas eu estive na
1934 região do Vale do Jequitinhonha, aonde os agricultores familiares ao longo de quase
1935 uma década foram muito incentivados a uma lógica monoculturista. Alguns
1936 agricultores não tinham nem galinhas, nem horta, só pensavam em uma produção
1937 alimentar para o mercado. E aí, por uma praga, perdeu-se toda a produção e hoje
1938 passam fome. É até irônico. É aquela pessoa que alimenta, mas passa fome,
1939 justamente por uma escolha que é ser agricultor familiar. No âmbito de renda, a
1940 população agrária está totalmente sem possibilidade, se fosse essa a condicionante
1941 de sair da pobreza e de se superar, uma vez que, diferente do urbano que tem, está
1942 no bolsa família, consegue um salário para melhorar a sua renda, no próprio cadastro
1943 único talvez estaria fora. No âmbito agrário não é uma questão de emprego, é uma
1944 questão de um modo de produção que utiliza muito pouco o recurso financeiro e muita
1945 mão de obra, no qual esse êxito salarial, esse êxito de renda não é considerado. Eu
1946 queria novamente parabenizar a SEDESE. Quero dizer que nós também estamos à
1947 disposição. Temos algumas políticas que se fizer junto com a política de assistência
1948 social e a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, vão poder juntas construir
1949 um caminho para superar um desafio, que não é um desafio só do Governador e do
1950 Secretário. É um desafio de toda a sociedade, de imaginarmos um Estado menos
1951 desigual e mais justo aos cidadãos mineiros. **MARIA:** Muito bem. A nossa próxima
1952 inscrita é a Soyla. **SOYLA:** Eu achei muito interessante essa a sua fala, porque abraça
1953 a minha fala anterior, a respeito de um perfil não fechado. Infelizmente é o que o
1954 Leonardo falou mesmo. A gente pegou um Estado defasado. Anos atrás, eu não vou
1955 citar o partido político, tinha uma questão muito complicada: faltava carro, faltava casa,
1956 não tinha janela, não tinha nada, porque não se andava no noroeste. Eu estou há
1957 treze anos no noroeste de Minas Gerais, sou muito mineira. Volta lá no mapa e novo,
1958 eu reconheço o noroeste. A minha Paracatu querida é o amarelo embaixo do laranja,
1959 gente. É abaixo da linha. Apresento para vocês Paracatu. Mais aí você me fala: “Como
1960 Paracatu está de amarelo? Se você anda 120k/m vindo de Paracatu e tem zona rural
1961 ainda?” É porque não foi levantado ainda. Eu sei que vai ser levantado. Hoje, o

1962 noroeste de Minas é um dos territórios com mais números de reassentamentos
1963 agrários. Paracatu tem doze quilombos não reconhecidos na federação de
1964 comunidades remanescentes. Então, assim, a gente tem doze territórios ainda
1965 desconhecidos e de zona rural. São oito de zona rural e quatro de remanescente
1966 cultural. É complicado! Até Formoso, aquela pontinha vermelha lá encima, é noroeste
1967 de Minas Gerais ainda. Então esse noroeste está ali bastante rural. Agora que nós
1968 estamos descobrindo, conhecendo as Minas Gerais. Eu parableno por não ter um
1969 diagnóstico fechado. Eu acho que nunca na vida a gente vai ter diagnóstico fechado
1970 de nada, porque tudo muda. O ser humano muda. A sociedade muda, o território
1971 muda, graças a Deus! Obrigada. **SIMONE:** Eu quero cumprimentar as colegas lá da
1972 SEDESE. Particularmente cumprimentar a Aidê, que uma boa parte das pessoas aqui
1973 conhece. A Aidê foi diretora de proteção básica do MDS durante muitos anos. Então
1974 eu tive a honra e o prazer de constituir com ela uma equipe no Ministério, que
1975 colaborou com a implantação do SUAS no Brasil. Ela conhece muito bem o SUAS e
1976 conhece também a área da proteção básica do SUAS. É uma honra para mim, de
1977 novo, ter com ela uma equipe de trabalho. É mais do que uma equipe, nós temos um
1978 projeto para a assistência social brasileira. Eu queria aproveitar a oportunidade para
1979 colocar algumas questões aqui. A Aidê apresentou aqui um programa que, por
1980 enquanto, traz as ações importantes para a área da assistência social e para o
1981 trabalho, e também coloca os outros eixos que fazem parte do governo com outras
1982 secretarias, que é bastante importante para fortalecer as famílias mais pobres do
1983 Estado de Minas. No caso da assistência social, que é o nosso caso, eu acho que a
1984 assistência social, desde o início do SUAS, desde 2004, a gente tem passado por
1985 algumas etapas. Etapas não só na estruturação da política, mas também na conquista
1986 de patamares. Uma coisa importantíssima que eu considero é que a gente conseguiu
1987 um patamar muito importante, que eu acho que a assistência social tem que incorporar
1988 melhor, que é o patamar de que nenhum brasileiro deve ceder menos de um dólar por
1989 dia. Isso parece pouco, parece um absurdo, mas é a tal da linha da pobreza, sobre a
1990 qual nenhum ser humano deve viver. Isso é um patamar de civilidade que nos custou
1991 muito também, de compreensão da sociedade. Nem sempre uma compreensão
1992 correta, porque, a sociedade, ela acha que as pessoas devem adquirir renda pelo
1993 trabalho, não compreendendo muita das vezes que a maioria das pessoas trabalham
1994 e não conseguem ganhar um dólar por dia. É isso o que nós estamos debatendo aqui.
1995 Eu acho que essa questão é fundamental do não direito a renda. A assistência social
1996 foi conquistando esses patamares. Nós tivemos uma primeira fase de implantação da
1997 assistência, onde a gente foi definir o campo da assistência social. E definir quais as
1998 ofertas estatais, quais os direitos de apropriação. Nós passamos por uma segunda
1999 fase porque o plano decenal termina agora. Nós fizemos um planejamento para dez
2000 anos, conseguimos resultados importantes, diminuimos desigualdade social,
2001 atingimos patamares civilizatórios. Atingiu todos? Não atingiu todos. Aqui nós estamos
2002 discutindo aqueles que não atingiram esse patamar. Isso que eu acho importante a
2003 gente discutir, porque toda vez que vai discutir o programa, as pessoas falam: “lá no
2004 meu território ainda tem pobreza”. Lógico! Nós não acabamos ainda com a situação
2005 de pobreza no Brasil. Nós diminuimos um pouco. Um pouco é muito importante. A
2006 assistência social tem uma grande contribuição nisso. Então significa que, no ponto
2007 de vista da gestão, nós vamos tentar pegar o município e falar: “nós queremos que
2008 você mude o seu foco para lá. Você tem que ir lá. Eu quero que você vai lá. Eu quero
2009 que o CRAS olhe e não desolhe, que olhe e enxergue a população que está lá no
2010 cadastro”. Cadastrar significa também ver, dar visibilidade, saber das pessoas o
2011 nome, endereço, registrá-las. Então é uma coisa que a gente tem que discutir bastante
2012 a estratégia para conseguir fazer isso. Vocês sabem que a gente não pode obrigar o
2013 município a fazer isso. Ele tem que aceitar também, tem que querer. Eu estou tentando
2014 levar a nossa conversa para esse assunto porque, daqui a pouco, nós vamos discutir,

2015 nós vamos juntar as partes, para gente poder pensar em estratégias de como que nós
2016 vamos então fazer com que as ofertas lá no município venham para cá. Além disso,
2017 nós temos que convencer e criar estratégias de indução. O SUAS tem feito isso com
2018 certa maestria. Uma das grandes construções do SUAS é que ele faz isso debatendo.
2019 Isso também traz muita adesão ao próprio sistema. Além do debate democrático, tem
2020 que ter regulação. O Estado tem que regular, mas tem que financiar também. Nada
2021 induz mais do que dinheiro. Então nós estamos nos preparando. Eu sei que às vezes
2022 é difícil porque nós que estamos na gestão. Muitas das vezes tomamos uma atitude
2023 pequena e aí fica parecendo que não há a visão do todo, que está muito pequeno,
2024 muito limitado. É preciso que todos tenham clareza do rumo, para gente ver quais que
2025 são os passos que nós estamos dando então. Essa é uma questão que eu acho que
2026 é fundamental a gente prestar atenção. A outra, também fundamental, é que os
2027 programas de combate a pobreza eles tem tido grandes problemas. As experiências
2028 no mundo mostram que a maioria das vezes o Estado culpabiliza as famílias, na
2029 maioria das vezes. É como se a pessoa fosse pobre porque ela quer, como se fosse
2030 porque ela quer. Isso também é uma coisa que nós temos que tomar muito cuidado.
2031 Nós temos avaliações de programas para pobreza, onde nós não podemos permitir
2032 que o Estado responsabilize as famílias, mas que ele cada vez mais fortaleça o caráter
2033 positivo das famílias. Eu acho que essa é uma questão importantíssima para que a
2034 gente se atente. Além disso, a gente vem discutindo desde ontem a locomoção dos
2035 serviços do SUAS. Isso também é outro debate. O que são as equipes volantes? É a
2036 equipe do PAIF que não fica no CRAS. Para onde que ela deve ir? Para os
2037 assentamentos, para os acampamentos. Elas foram pensadas para isso, para levar o
2038 serviço. Se for para levar o serviço, tem que ter condução. Nessa condução, tem que
2039 ter condição de ofertar. Então nós vamos ter que pensar nisso também. Que tipo de
2040 veículo que é? O que ela deve levar dentro dele? Igual foi pensado nas lanchas para
2041 o norte do Brasil, não sei se todos vocês conhecem. É bacana demais. Vocês
2042 deveriam entrar no site do Ministério. A Maria pensou em um transporte específico
2043 para as equipes volantes do norte. Nós também vamos ter que pensar em um veículo
2044 específico para Minas Gerais. Algumas noções a gente já tem: o que essa equipe
2045 deve levar nesse veículo? Deve levar condições de cadastrar. Tem que cadastrar, tem
2046 que ter informação na hora, senão vai ter que ir lá, pegar o papelzinho, levar o
2047 papelzinho, some o papel no meio do caminho, somem os documentos dos usuários,
2048 aí não tem condição de tirar a segunda via. Nós vamos ter que pensar o que conter
2049 nesse transporte. Outra coisa que eu queria dizer para vocês, ou para aumentar o
2050 desespero ou a esperança, talvez os dois. A gente já pensou no piso variável para
2051 isso. O piso variável foi pensado só para isso: para financiar as especificidades dos
2052 territórios. Ele foi pensado para gente diferenciar, para ser “a cenoura” do
2053 financiamento. Sabe aquela cenourinha que via fazer com que o gestor olhe para o
2054 outro lado? Ou para todos os lados? Ou para o lado que a gente achar que ele deve
2055 olhar? Você gostou da cenourinha né? Então o piso variável é para isso. Ele está no
2056 orçamento, está no PPAG. Então, nós estamos colocando, estamos batalhando. Se a
2057 gente não conseguir atingir todos ao mesmo tempo, não sei. Eu acho que depende
2058 da nossa capacidade técnica, política e de mobilização para isso. Nós já estamos
2059 criando as condições para que isso possa acontecer. Eu acho que isso é bastante
2060 importante. Eu já informei aqui também que nós vamos ter um conteúdo específico no
2061 Capacita SUAS para as ofertas da proteção básica. Nós vamos capacitar os
2062 profissionais da proteção básica na temática da pobreza rural. Eu já disse aqui
2063 também sobre os benefícios. A Maria está até apontando que, daqui a dois plenos, a
2064 gente faça esse debate do acesso ao benefício. Nós também estamos colocando isso.
2065 Isso é um compromisso de nós capacitarmos nossas equipes e conselheiros para o
2066 trabalho com a pobreza rural no SUAS. São essas as questões que eu queria colocar
2067 aqui. Esse é um debate nacional. Isso vai sair no Plano Decenal, vocês podem ter

2068 certeza disso. Já foi constituído um GT no MDS, na CIT, uma comissão intergestora
2069 tripartite, que está discutindo o SUAS e a pobreza rural. É uma proposta que vai sair
2070 no Plano decenal, vai sair em nível nacional. Eu também tenho certeza que vai sair
2071 no nosso Plano estadual, porque saiu como deliberação da nossa conferência
2072 estadual. Obrigada. **MARTA ELISABETE:** Simone, eu vou ter que sair, mas eu tenho
2073 uma curiosidade. O governo anterior não falava de um programa que chamava
2074 “Travessia”? Isso existe? O quê que isso tem a ver com esse programa? Tem nada a
2075 ver? Vocês falaram de regiões mais pobres. Existiu isso? **MARIA:** Você vai sair, mas
2076 a Aidê vai responder para todo mundo. Antes, deixa eu só fazer o meu
2077 questionamento. Nós temos um discurso, inclusive entre nós às vezes. A gente acaba
2078 pegando nessa dimensão às vezes e se fragiliza em algumas situações. Vejam que
2079 os mapas apontam aonde tem maior assentamento e menor assentamento, aonde
2080 tem maior vulnerabilidade e menos vulnerabilidade. Eu consegui perceber que onde
2081 tem maior assentamento, onde tem menos vulnerabilidade, é aonde tem mais pessoas
2082 assentadas. Vocês entenderam? Inclusive aquele mapa pega Triângulo Mineiro e Sul,
2083 onde tem mais assentamento. Isso quebra visivelmente a utopia de que assentar
2084 pessoas, dar oportunidade, garantir direito, principalmente no que tange a terra, é
2085 gerar mais pobreza. É isso o que a mídia prega. Não pode fazer reforma agrária neste
2086 país, porque fazer reforma agrária é gerar mais pobreza no campo. Vocês
2087 compreenderam isso? É engraçado porque o mapa está dizendo que onde tem mais
2088 pessoas assentadas, tem menos vulnerabilidade. Isso significa que é isto que a gente
2089 precisa conseguir compreender na realidade do campo. Quando você pega o
2090 Jequitinhonha, Rio Doce, Mucuri, que hoje, Minas Gerais é o lugar da maior pobreza,
2091 tem menos pessoas assentadas, apesar de hoje a luta ser maior. Vocês
2092 compreenderam? Por quê? Porque o Sul de Minas, o Triângulo Mineiro, são regiões
2093 consideradas economicamente mais desenvolvidas. Isso significa que a onde tem
2094 realmente a precariedade dessa situação é aonde a pobreza se alastra. Nós temos
2095 uma facilidade na região do Norte de fazer maior mobilização social, justamente
2096 porque as pessoas estão em situação de maior necessidade, e automaticamente, no
2097 que tange os movimentos sociais, são mais organizados no sentido de estarem mais
2098 dispostos, inclusive de dormir debaixo da lona em Brasília, de não se preocupar com
2099 a qualidade do colchão. Quando nós vamos indo para as regiões no Sul e no
2100 Triângulo, a gente tem hoje mais reassentados, mas tem mais dificuldades de
2101 mobilizar a disponibilidade das pessoas, sabe porque? Porque as pessoas já estão
2102 no nível economicamente de vida, de evolução, sem condições de ficar dispostos a
2103 ficar uma semana em Brasília. Vocês compreenderam isso? **VOLNEY:** Maria, só
2104 complementado. Tem vários estudos que mostram aonde que o IDH é mais baixo, é
2105 onde tem mais corrupção também. Então é por isso que se assenta mais a pobreza.
2106 **MARIA:** Sim. Deixa eu só terminar o meu raciocínio aqui. Eu vou entrar nisso aí que
2107 você está falando. A corrupção não é caráter de pobreza ou riqueza. É contrário. É
2108 justamente aonde que as pessoas são mais pobres, na grande maioria. A Josiany
2109 colocou muito bem. Ela é um retrato. Nós somos de uma comunidade quilombola. Se
2110 tiver pessoas mais vulneráveis, tem mais solidariedade, há mais troca, há mais
2111 harmonia. Eu não quero entrar no mérito da questão. Mas essa história de que aonde
2112 tem mais pobreza tem mais corrupção, no que tange a organização social, isso é um
2113 equivoco. Não sei de onde você tirou isso. Vocês não têm noção de como isso me
2114 gerou expectativa, sabe por quê? Nós sofremos demais com os processos de
2115 negociação. Eu sou muito sincera, estou falando do lugar de onde eu luto, da onde eu
2116 pertencço, de onde eu vivo e do espaço da experiência que eu tenho. A federação hoje
2117 coordena quinhentos e quarenta sindicatos no Estado. Nós temos no Norte de Minas
2118 setenta sindicatos. Da mesma forma que no Triângulo nós temos quarenta e poucos.
2119 Eu estou falando dessa realidade porque a gente enfrenta. No debate acadêmico,
2120 hoje, tem essa história que reforma agrária não é o caminho. Eu estou querendo é

2121 dizer que o mapa nos mostra que o discurso da burguesia é para impor que a pobreza
2122 permaneça. Essa é a verdade. É para impor que a pobreza permaneça. (APLAUSOS)
2123 Eu não estou falando do programa em si. Eu estou falando porque esse cenário ali a
2124 gente não consegue deixar isso à mostra, **nessa realidade mapa**. Esse mapa me
2125 trouxe isso. Poxa, essa é a verdade! Se lá hoje está mais desenvolvido, é porque lá
2126 as pessoas tiveram mais acessos no processo de história. Nós precisamos garantir
2127 que nas outras regiões isso aconteça permanentemente, para daqui a quarenta,
2128 cinquenta anos, a gente não ter a necessidade das pessoas terem tanta
2129 disponibilidade de ficar cinco dias em Brasília debaixo da lona. O que faz a pessoa
2130 querer ficar debaixo da lona, dormir e não ter banheiro é porque há uma necessidade.
2131 Vocês têm noção do que é isso? Você sair de sua casa e dormir debaixo da lona, não
2132 ter banheiro, a comida ser arroz com feijão? O primeiro festival da juventude rural, nós
2133 tomamos banho nas caixas d'água penduradas com um cano preto e gente tomava
2134 por debaixo. O que faz a pessoa querer fazer isso? Gostar de fazer isso? A
2135 necessidade, a vontade de querer sair da situação de miséria. Na federação a gente
2136 vê discurso para coordenar o Triângulo. Eu falei: "Gente, não adianta a gente controlar
2137 o Triângulo, porque lá não tem assentamento e situação de vulnerabilidade". Tem. Até
2138 então, as cores amarelas não diz que não tem, está dizendo, de acordo com a cor,
2139 tem com mais intensidade. A partir do momento que as pessoas têm que tirar o leite
2140 da vaca todo dia, que tem que cuidar da sua propriedade todo dia, que tem que cuidar
2141 do café todo dia, é lógico que, automaticamente, eu me ocupei de tal forma, que sair
2142 para ficar uma semana eu não posso. É da mesma forma quem trabalha no urbano,
2143 de carteira registrada, que tem que cumprir. Não tem disponibilidade tanto quanto os
2144 outros que não tem. Vocês entenderam? Então, eu queria trazer isso. A SEDESE está
2145 com uma responsabilidade muito grande. Isso só nos dá maior responsabilidade,
2146 inclusive da gente pensar porque estamos vivendo conjunturalmente no Brasil. É
2147 preciso a gente cair nessa realidade. Eu quero trazer muito à tona o que a Josiany
2148 disse. Eu brinquei com ela assim: "Você se encontrou aqui". A gente não consegue
2149 fazer com que os espaços de gestão conseguissem fazer esse debate de ações e
2150 programas como esse, sabe por quê? Porque trabalhar com o campo dá trabalho
2151 demais. Trabalhar com o campo requer esforço, requer estrutura, requer trabalhar
2152 mais. Isso são poucos que querem, que tem interesse de fazer isso. É por isso que o
2153 campo historicamente é considerado como lugar ruim. Porque que as pessoas se
2154 surpreendem em achar pessoas como eu? Como vocês já se surpreenderam. E com
2155 a Josiany agora, no Conselho? Porque sempre colocou na cabeça que o campo é
2156 esse lugar de miséria, de pessoas miseráveis, de pessoas ignorantes. Não é esse
2157 lugar. O campo é um lugar de pessoas que precisam de oportunidade, de serem
2158 reconhecidas como sujeito de direitos, que precisam ser ouvidas. Às vezes nem nos
2159 ouvem. A gente precisa garantir que o conjunto da sociedade mineira fortaleça e faça
2160 que isso na prática realmente aconteça. Minas Gerais precisa garantir que o que está
2161 acontecendo lá em Ouro Verde de Minas, como por exemplo, nós temos cento e
2162 dezesseis jovens dentro das universidades. Nós precisamos que isso aconteça nas
2163 comunidades tradicionais de Minas, como um todo. Isso só vai se dar, quando a gente
2164 tiver pessoas nos espaços comprometidas a fazer isso, que é levar informação daquilo
2165 que elas têm direito. Eu vou dar um exemplo: Vocês sabiam que a Federação
2166 Quilombola no Estado de Minas Gerais não tem nenhum tipo de arrecadação? E que
2167 está sob a coordenação dela mais de quatrocentas comunidades? Imaginem o que a
2168 liderança dessa federação tem como responsabilidade? Articular, orientar essas
2169 comunidades, sendo que nenhum diretor tem algum tipo de remuneração para isso?
2170 A gente começa jogar sobre a responsabilidade dos movimentos, isso o que a Simione
2171 falou: a culpa. Mas não é gente. A realidade da culpa é que sempre faltaram pessoas
2172 com compromisso, pessoas com responsabilidades, pessoas que queiram fazer. Não
2173 é a primeira vez que a gente discute esse programa. Quando a gente discutiu o

2174 Qualifica SUAS, um eixo mostrou que iria trabalhar a questão do combate à pobreza
2175 rural, trabalhar com o campo, isso nos alegra muito. Se a gente conseguir fazer com
2176 que as políticas caminhem nessa direção, a gente, com certeza, vai ter um resultado
2177 positivo, não só no meio rural. Isso é automático. A gente vai ter resultado positivo na
2178 gestão local, a gente vai ter resultado positivo no Estado. E com certeza, vamos
2179 cumprir aquilo que o André sempre falou nas conferências: “Ter uma assistência social
2180 é um exemplo para o Brasil”. É assim que a gente precisa fazer. Nós temos
2181 capacidades. As pessoas que moram no campo querem permanecer no campo. A
2182 gente quer permanecer no campo com oportunidade, com garantia de direito, com
2183 condições de que aquilo que já existe para nós, seja executado na prática. Às vezes,
2184 é isso o que a gente colocou aqui. Porque que os CRAS não atuam na zona rural?
2185 Será que é porque falta realmente CRAS itinerante? Ou porque, localmente, as
2186 gestões locais não têm esse dinamismo, esse certo interesse político? Imagina você,
2187 enquanto profissional, deslocar do seu município para ir 70 k/m da sede do seu
2188 município para atender uma comunidade rural? É disso o que a gente está falando.
2189 Nós precisamos nos esforçar para que os nossos CMAS tenham o mesmo interesse
2190 que a SEDESE está tendo, que a SUBAS está tendo, que este Conselho está tendo.
2191 Esse compromisso de assumir que esse programa não pode ser só da SEDESE. Esse
2192 programa precisar ser um programa do compromisso nosso. A partir do momento que
2193 a gente compra-lo, a gente consegue leva-lo onde a gente for. Nós temos um desafio
2194 que é garantir que a intersectorialidade aconteça de fato. Eu estava aqui dizendo para
2195 ela que junto com isso, a gente deve casar com a informação de mais política, que
2196 não necessariamente é direta do SUAS, mas que ela pode garantir a qualidade do
2197 serviço que a gente começou ofertar. A gente pode garantir que meninas como eu e
2198 a Josiany, que antes não sonhavam em estar em um espaço como esse. Hoje eu
2199 tenho certeza de que ela não tem preocupação muito com esse lugar, porque a gente
2200 pode estar em qualquer outro lugar debatendo isso. Eu posso fazer essa análise crítica
2201 aqui ou em outro lugar, porque a mim foi dada a condição de perceber que o lugar
2202 onde eu vivo é esse lugar que eu estou falando aqui. Antes a gente não sonhava nem
2203 ter acesso ao segundo grau direito. Eu precisava fazer isso. Quando eu disse que
2204 queria falar depois de todos, era isso. O mapa deixou muito claro essa questão. Lá,
2205 dos mil e vinte nove CRAS, apenas cento e dezessete tem carro exclusivo. Vocês têm
2206 noção do que isso representa para gerar isso que eu estou falando? Vocês têm
2207 noção? Se é essa a nossa realidade, a gente então tem um compromisso muito maior.
2208 Temos que fazer que esse programa, esse o início, dê uma sequência a ações que a
2209 gente pode estar construindo processos para garantir a estrutura, mas também, a
2210 condição da pessoa chegar à comunidade com isso que a gente está querendo. Eu
2211 queria fechar dizendo que vocês do governo estão de parabéns. Agora, nós da
2212 sociedade civil estamos felizes, sabe Simone? Mas, ao mesmo tempo, estamos com
2213 uma responsabilidade muito grande. Eu tenho certeza, agora mais do que nunca, que
2214 nós precisamos estar juntos, atentos, articulados, mobilizados e dispostos, para fazer
2215 na prática garantir que Minas Gerais, não só na SEDESE, mas que o governo tenha
2216 a compreensão do conjunto que a gente colocou aqui. Eu falo do governo no conjunto,
2217 porque a gente tem outras secretarias: tem a SEDA que é parceira, tem a secretaria
2218 de agricultura e outras estruturas de governo, que nem sempre as pessoas que estão
2219 lá dialogam com isso. Nós temos uma grande responsabilidade de fazer com que isso
2220 seja de responsabilidade, de assumir, de fazer acontecer, de todo o conjunto do
2221 governo de Minas, para que o resultado seja da sociedade. Desculpa o desabafo.
2222 (APLAUSOS) **AIDÊ:** Eu saio daqui revigorada, mas extremamente desafiada. As
2223 colocações de todos vocês, algumas em especial, me fizeram pensar exatamente isso
2224 que você finalizou Maria. O tamanho da responsabilidade que nós estamos trazendo
2225 para nós. Nós não vamos conseguir construir sem a colaboração dos municípios e de
2226 vocês, dos movimentos. Isso nós temos clareza. Isso ainda não está organizado no

2227 programa. A gente ainda não conseguiu chegar lá. Nós estamos fazendo várias coisas
2228 ao mesmo tempo. Esta questão, por exemplo, da discussão intersetorial, ela ainda
2229 tem que avançar mais. Isso a gente reconhece. A gente fez alguns contatos iniciais
2230 com a SEDA, a gente fez alguns contatos com a Educação e vai acontecer. Eu acho
2231 que com a educação a gente vai conseguir fazer uma amarra. A nossa ideia é dialogar.
2232 Isso é uma costura que é para agora. A gente ainda não tinha fôlego para fazer. Nós
2233 estávamos organizando equipes, constituindo equipes. A gente estava em uma fase
2234 inicial. Nós temos consciência disso. São territórios onde a gente tem grandes
2235 potenciais. A área rural é humanamente vista como a área da ausência, mas não é
2236 não. Nessas comunidades, nós temos grandes valores culturais da tradição que nós
2237 temos que nos preocupar em resgatar. Eu acho que o nosso desafio é fazer a inclusão
2238 social, socioassistencial, mas também, um processo muito maior de valorização das
2239 culturas locais. Eu vou falar rapidamente. A Simone já colocou o ponto de vista das
2240 políticas, as principais questões e prioridades. Eu só queria mencionar que no Plano
2241 Decenal anterior, que finaliza agora, ele já atentava a questão rural com um grande
2242 desafio. Eu acho que agora o SUAS já amadureceu para tratar com mais propriedade
2243 a questão do rural, e tudo o que ela remete na organização da assistência social. Eu
2244 acho que aí também, nós vamos poder juntar caminhos no acúmulo que o SUAS está
2245 trazendo. Eu vou só colocar algumas questões. A sua pergunta inicial sobre inclusão
2246 produtiva e orçamento do Estado. Eu acho que são algumas coisas que eu posso
2247 responder. As que já foram respondidas, eu vou pular. A inclusão produtiva aqui nós
2248 estamos tratando como uma concepção. Eu queria até agradecer o Bruno que chegou
2249 aí. O Bruno é lá da secretaria e a Jessica é da nossa equipe. Eu quero agradecer
2250 muito a você, viu Tati. A Tati foi muito importante no processo de concepção, de
2251 organização. E da própria concepção de tocar o programa. Você era a equipe, não é
2252 Tati? Agora ela não é a equipe, ela já tem duas pessoas. A gente também está lutando
2253 com essas dificuldades. Mas, bom. De todos os projetos que nós vimos aqui, eles têm
2254 um foco na comercialização. A gente acha que não adianta você fazer um processo
2255 de inclusão produtiva, sem pensar, sem viabilizar melhores condições e tornar
2256 sustentável aquele empreendimento. Mas também, com assessoria e capacitação,
2257 não é Bruno? Eu acho que esses são os principais eixos. E a questão de insumos
2258 para alguns empreendimentos. Isso também está previsto naquele projeto.
2259 Orçamentos: O da Cáritas já está implementado. São quatro milhões do governo. Está
2260 no orçamento; O da SNAIS é de entrada, ou seja, é do governo federal; Assim como
2261 o do INCRA. O das SNAIS já está iniciado, e o do INCRA, está em processo para
2262 finalizar as formalizações de convênios. O do INCRA, só da SEDESE, são vinte e
2263 cinco milhões. Então, assim, dá certo volume. Não dá para falar que já estamos
2264 enfrentando pobreza rural, mas dá para dizer que temos um projeto que tem uma
2265 concepção, que deve nortear captação de mais recursos. Eu tenho clareza disso.
2266 Acho também que há um envelhecimento muito grande, crescente na área rural. É
2267 uma questão que afeta o SUAS e o trabalho das equipes volantes. O serviço de
2268 convivência tem um valor nessas localidades enorme. Eu acho que essa é uma
2269 questão que a assistência social faz muito bem, que a proteção básica faz bem. É
2270 uma questão que a gente deveria valorizar nesses espaços. Nós sabemos da
2271 dificuldade da equipe volante gente. É isso o que a Simone falou. Esse carro, esse
2272 transporte, tem que ter uma concepção. Chega lá e aí? Vai atender aonde? Essa é
2273 uma questão da equipe volante. O carro tem que prever esses instrumentos, mas
2274 também a gente já tem dialogado. A gente sabe que as equipes volantes dialogam
2275 nesses territórios, com espaços nos centros de saúde, com os espaços nas escolas.
2276 Eu acho que tem um desenho importante para gente fazer nessa implementação mais
2277 intersetorial. Não quero dizer que essas famílias estão em condição de pobreza, de
2278 pobreza também relativa a área. O que nós estamos falando é que tem cinco regiões
2279 no Estado de Minas que concentram pobreza. Aquelas manchas no mapa indicam a

2280 concentração. São áreas de concentração. Nada impede que tenham alguns projetos,
2281 claro que tem. Nós estamos dizendo que vamos concentrar esforços nessas regiões,
2282 por ali que está concentrada a pobreza e extrema pobreza. Concordo com a Simone.
2283 Eu acho que nós temos grandes desafios na questão da inclusão da extrema pobreza.
2284 O Brasil Sem Miséria conseguiu enfrentar essa questão razoavelmente bem. É essa
2285 população que a gente acredita estar no meio rural e, especialmente, nesses grupos
2286 populacionais. Então, ele é uma direção. Nós estamos direcionando para também
2287 conseguir fazer uma inclusão e dar um passo a mais no Brasil Sem Miséria. Eu acho
2288 que aí tem uma clareza também de objetivo. Em relação ao “Travessia” eu vou
2289 responder porque fica registrado, não é? O governo, de fato, tinha um projeto
2290 denominado “Travessia”, que pretendia enfrentar a pobreza rural de forma
2291 multidimensional, cuja execução orçamentária foi muito baixa. Nós encontramos uma
2292 situação de uma execução baixíssima. Com a absorção de ações pela SEDESE, a
2293 SEDESE virou uma miniárea de obras. Estavam fazendo igrejas, pavimentação, de
2294 tudo. Então, acabou absorvendo quase uma miniárea de obras. **PARTE 6 AIDÉ:** Essa
2295 foi a decisão. Nós vamos fazer, mas como uma concepção mais intersetorial. E eu
2296 acho que é um pouco nessa linha do que você salientou. A gente tem todo interesse
2297 que a SEPLAG também se envolva. Teve uma priorização para finalização. Havia
2298 recursos empenhados. Tudo o que tinha iniciado na obra, houve um processo de
2299 priorização para finalização. A gente também não é irresponsável, a gente analisou.
2300 Esse recurso transferido iniciou a obra, nós vamos até o fim com determinadas
2301 priorizações. Então, ele está em processo porque eram convênios. Você obedece ao
2302 ritmo de implementação dos convênios. Tinha uma pequena parte de transferência.
2303 Era um benefício, ainda está em curso, mas está finalizando. É um benefício
2304 transferido para nove mil famílias em MG em alguns municípios para escolarização,
2305 qualificação profissional, etc. Mas, também, corre um problema seríssimo de
2306 execução. Nós tivemos que fazer toda uma avaliação, re-direcionamos a forma, os
2307 instrumentos para operacionalizar. Nós vamos cumprir os objetivos com essas
2308 famílias no final. No programa de estratégia, a pobreza rural, devemos pensar em uma
2309 proposta de transferência de renda compatível com o plano de governo, mas que
2310 possa atingir, de fato, aqueles que são mais pobres. Então, o “Travessia” é isso. A
2311 gente tem uma preocupação grande com essa questão de educação no campo. É
2312 uma das prioridades da secretária Macaé. Essa questão a gente está discutindo com
2313 muito carinho. A gente tem conversado com ela sobre se conseguir ir para territórios
2314 comuns, a gente pode dar saltos muitos importantes. Tudo já é um primeiro patamar.
2315 Eu queria, para finalizar, agradecer muito a vocês. Eu vou continuar aqui, mas
2316 agradecer a oportunidade. Eu acho que ela é uma oportunidade ímpar para mim. Eu
2317 tenho o maior respeito pelo Conselho, de forma geral, mas pelo CEAS e CMAS em
2318 especial. Quero agradecer também a minha equipe. E dizer Simone, que para mim é
2319 uma honra poder fazer interlocução com a área da assistência social, de uma política
2320 madura, consistente e muito séria, sobretudo, que olha para o que está fazendo e
2321 busca rever o que está fazendo à luz das pessoas que são os principais objetivos da
2322 política de assistência social. Eu vou continuar aqui até finalizar esse ponto de pauta.
2323 Agradeço muito a vocês. (APLAUSOS) **MARIA:** O Conselho Estadual que agradece
2324 a participação de vocês. Quando a gente conversou da possibilidade de fazer essa
2325 apresentação, eu achei bacana, justamente pelo fato de que esse momento acaba
2326 sendo um momento de capacitação também. A gente acaba se empoderando de
2327 conhecimentos, de análises, que nos ajuda muito no espaço onde a gente atua. Nós
2328 conselheiros que temos muito que agradecer. Quer falar alguma coisa sobre isso
2329 Simone? **LUIZ GEORGE:** Parabéns pela apresentação. Muito obrigado. No que se
2330 refere aos quilombolas, você falou que eles têm auto definição, não é isso? O que
2331 seria essa auto definição? **TATIANE:** É que eles se reconhecem como comunidade
2332 quilombola. É um desafio também esse auto reconhecimento. Muitas das vezes tem

2333 comunidades que são remanescentes de quilombolas, mas não conseguem se
2334 enxergar como tal. Então, isso também é um desafio. **MARIA:** Além disso, nós temos
2335 comunidades que são, mas não tem o auto-reconhecimento. O auto-reconhecimento
2336 além de ser próprio, da pessoa, da comunidade, ele também é institucional. É uma
2337 certidão emitida através da Fundação Cultural Palmares. Quando o processo está
2338 desenvolvido a partir das análises se a comunidade é auto reconhecida, a Fundação
2339 Cultural Palmares emite uma certidão que é da comunidade, automaticamente uma
2340 via para o INCRA, onde já começa os passos seguintes, que são: análises
2341 antropológicas, marcação de área, titulação de terras, isso sucessivamente. Nós
2342 temos comunidades que tem auto-reconhecimento, porque já passaram por esses
2343 processos. A nossa, por exemplo, está na fase de estudo antropológico. Os
2344 antropólogos estão dentro da comunidade. Nós temos comunidades que são
2345 organizadas, se reconhece como os quilombolas, mas a certidão ainda não foi emitida.
2346 **SIMONE:** O nosso próximo ponto de pauta é uma resolução que foi discutida na última
2347 CIB e que nós trouxemos para conhecimento do Conselho. Eu queria explicar algumas
2348 coisas para os conselheiros. No final do ano passado, o secretário André conseguiu
2349 negociar dentro do governo que fosse liberado o financiamento para as duas emendas
2350 da Comissão de Participação Popular. Todas as duas emendas foram feitas para o
2351 Fundo Estadual de Assistência Social. Eram emendas de valores pequenos, mas
2352 bastantes importantes, porque é fruto de debate que a Comissão de Participação
2353 Popular fez com os movimentos. Nós tivemos duas emendas, uma para entidade. O
2354 descritor dela é bem específico, era para fortalecer as entidades. Como este ano o
2355 governo do Estado não pode passar recurso para as entidades, ano passado a gente
2356 acelerou e conseguimos então repassar o recurso para as entidades. Com a outra
2357 emenda da participação popular, nós compramos trinta e quatro carros. Então, a
2358 emenda era: comprar trinta e quatro carros para os municípios. O que nós fizemos?
2359 Nós empenhamos as emendas ano passado, com o compromisso de neste ano
2360 operacionalizar aquela emenda. E o que aconteceu? No princípio do mês, nós da
2361 SUBAS, nós demos de frente com duas situações. Primeiro: foi uma decisão do nosso
2362 secretário de lançar o programa “Pobreza Rural”, no dia 1º de abril. Segundo: além
2363 disso, esse ano nós só podemos passar recursos para os municípios antes do período
2364 eleitoral. Eu estou trazendo essa explicação aqui para o Conselho, porque isso nos
2365 obrigou a fazer uma resolução ad referendum do plano. Claro né gente? Ad
2366 referendum do que foi pactuado na CIB, óbvio. Só para vocês terem uma ideia, o
2367 processo de execução dessa emenda é pequeno, mas tem um processo de execução
2368 longo. Então, só para vocês terem uma ideia do processo de tramitação. O rito disso
2369 vocês já sabem, não é? Gente faz a proposta de pactuação, levamos para a CIB;
2370 depois tem a resolução do Conselho Estadual; depois tem que abrir o aceite para os
2371 municípios. Só que no caso de doação, porque carro é doação, ainda depois do aceite,
2372 tem um processo de doação. É também um processo longo. Além do aceite dos
2373 municípios, os municípios têm que estar com toda documentação exigida para receber
2374 doação, que, inclusive, passa pela certidão avaliativa de débito. Isso exigiu que nós
2375 tomássemos atitude para que pudéssemos viabilizar a doação dos trinta e quatro
2376 carros. Então, eu queria colocar esse contexto. Eu vou passar para a Superintendente
2377 de Assistência Social da SEDESE, para ela fazer a apresentação da resolução
2378 pactuada na CIB, colocar os critérios dessa resolução, e também informar aos
2379 conselheiros todo o processo de execução e de operacionalização dessa resolução.
2380 Então, Maíra, por favor. **MAÍRA:** Boa tarde a todos (as). A Simone falou um pouco do
2381 processo de como é que foi feita a discussão na CIB. A gente tinha feito uma proposta
2382 com base o escopo do programa, considerando todas essas especificidades de
2383 comunidades, tanto tradicionais: quilombolas e indígenas, mas também, grupos
2384 tradicionais específicos: assentados, pré-assentados, acampados, ribeirinhos. Então,
2385 todo o escopo da proposta de partilha foi pensado seguindo essa lógica. Lá na CIB a

2386 gente teve algumas discussões e pontuações dos gestores sobre a lógica de
2387 organização e priorização dos municípios, porque, na verdade, a gente não teria
2388 nesse recurso da emenda de participação popular como adquirir um número grande
2389 de veículos, mas é um primeiro momento. A gente não quis perder a oportunidade de
2390 executar essa emenda da Comissão de Participação Popular, que é do orçamento de
2391 2015. A gente fez a execução no orçamento de 2015, mas os critérios de elegibilidade,
2392 de priorização foram pactuados esse ano, para que a gente conseguisse
2393 operacionalizar a emenda e deliberados pelo CEAS. Aí está a resolução 550 de 2016
2394 do CEAS. Eu acho melhor fazer a leitura da resolução, não é? Porque tem muitas
2395 questões específicas. Então, eu acho melhor fazer a leitura dela. “Dispõe sobre
2396 aprovação de critérios de elegibilidade e de priorização para doação de 34 (trinta e
2397 quatro) veículos, oriundos de recursos de emenda da Comissão de Participação
2398 Popular da ALMG 2015, com o objetivo de estruturar a rede socioassistencial da
2399 proteção social básica para o combate da pobreza rural. A Presidente do Conselho
2400 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas
2401 atribuições conferidas pela Lei Estadual n.º 12.262 de 23 de Julho de 1996, pelo
2402 Regimento Interno deste, principalmente, o disposto no inciso XV do artigo 21 e pela
2403 Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social de 2012, e
2404 considerando a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei n.º 8.742, de 07 de
2405 dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras
2406 providências; Considerando a Lei Estadual n.º 12.262, de 23 de julho de 1996, que
2407 dispõe sobre a política estadual de assistência social, cria o Conselho Estadual de
2408 Assistência Social e dá outras providências; Considerando a Tipificação Nacional de
2409 Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS n.º 109, de 2009, que
2410 regula os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial de Média
2411 e Alta Complexidade; Considerando a Norma Operacional Básica - NOB aprovada
2412 pela Resolução CNAS n.º 33, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a
2413 operacionalização do SUAS; organiza o modelo da proteção social, normatizando e
2414 operacionalizando os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução
2415 de serviços, programas, projetos e benefícios; Considerando a relevância da
2416 execução da Emenda à Lei Orçamentária Anual de 2015, da Comissão de
2417 Participação Popular, que tem como objetivo a aquisição de 34 (trinta e quatro)
2418 veículos, para qualificar a oferta dos serviços de Proteção Social Básica;
2419 Considerando o Decreto n.º 46.873, de 26 de outubro de 2015, que define as ações
2420 de incentivo à melhoria da qualidade da gestão, como uma das destinações dos
2421 recursos transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos
2422 Municipais de Assistência Social; Considerando o compromisso da SEDESE em
2423 direcionar esforços ao enfrentamento da pobreza rural, através da integração de suas
2424 ações, projetos e programas tendo como público prioritário as comunidades
2425 tradicionais (quilombolas e indígenas) e grupos populacionais específicos
2426 (assentados, acampados e ribeirinhos); e Considerando a Resolução da CIB n.º 01,
2427 de 07 de março de 2016, que “dispõe sobre critérios de elegibilidade e de priorização
2428 para doação de 34 veículos, oriundos de recursos de emenda da Comissão de
2429 Participação Popular da ALMG 2015, com o objetivo de estruturar a rede
2430 socioassistencial da Proteção Social Básica para o combate da pobreza rural”.
2431 Resolve, ad referendum: Art.1º Aprovar critérios de elegibilidade e de priorização para
2432 doação de 34 (trinta e quatro) veículos, visando à estruturação da rede
2433 socioassistencial e a melhoria da qualidade dos serviços de Proteção Social Básica.
2434 Parágrafo Único. Os veículos serão disponibilizados para as equipes dos CRAS,
2435 fortalecendo a atuação do PAIF, inclusive de equipes volantes, no combate à pobreza
2436 rural de comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) e grupos populacionais
2437 específicos (assentados, acampados e ribeirinhos). Art.2º Os municípios elegíveis
2438 deverão atender a pelo menos um dos seguintes critérios: I – Município que possui

2439 equipe volante e não possui veículo exclusivo e que integre projetos de inclusão
2440 produtiva da SEDESE para combate à pobreza rural, que atenda a povos ou
2441 comunidades indígenas e quilombolas e, ou grupos populacionais específicos
2442 (assentados, acampados e ribeirinhos); II – Município que possui comunidade
2443 indígena no território de abrangência do CRAS/PAIF. Parágrafo Único. As
2444 informações para relacionar os municípios elegíveis de acordo com os critérios
2445 previstos no art. 2º, serão extraídas da base de dados do Censo SUAS 2014 e base
2446 de informações oficiais da SEDESE. Art.3º Dentre os municípios eleitos serão
2447 priorizados aqueles que atenderem os seguintes critérios: I – Município de Porte I, II
2448 e Médio Porte; II – Município com alta incidência (acima de 85%) de famílias pobres,
2449 que declararam viver em área rural no CADÚNICO, com rendimento mensal per capita
2450 inferior a ½ salário mínimo. Parágrafo Único. No caso do artigo 2º, inciso II será
2451 priorizado o município com maior população indígena. Art.4º Os municípios
2452 priorizados deverão manifestar o interesse em receber a doação do veículo em
2453 instrumento disponibilizado pela SEDESE. Parágrafo único. Os municípios que não
2454 se manifestarem no prazo estabelecido pela SEDESE serão considerados desistentes
2455 sendo contemplados os municípios subsequentes. Art.5º Caberá ao Estado: I – Firmar
2456 termo de doação com o gestor municipal de assistência social; II – Prestar apoio
2457 técnico aos municípios elegíveis e priorizados para a doação de veículo nas ações de
2458 combate à pobreza rural; III – Monitorar a execução dos Serviços de Proteção Social
2459 Básica, ofertados às comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) e, ou grupos
2460 populacionais específicos (assentados, acampados e ribeirinhos). Art.6º Caberá aos
2461 Municípios contemplados: I – Celebrar Termo de Doação com o órgão gestor estadual
2462 de assistência social; II – Aprimorar a oferta dos serviços de Proteção Social Básica
2463 para o combate a pobreza rural e busca ativa a públicos vulneráveis e remanescentes
2464 de comunidades rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos ou que sejam assentados
2465 e, ou acampados. III – Aperfeiçoar a inclusão e atualização cadastral de famílias
2466 vulneráveis e remanescentes de comunidades rurais, quilombolas, indígenas,
2467 ribeirinhos ou que sejam assentados e, ou acampados, no CADÚNICO. Art.7º Esta
2468 Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 09 de março de
2469 2016. Maria Alves de Souza, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social.
2470 Conforme vocês puderam ver, a ideia é de estabelecer um incentivo ao município
2471 através da doação do veículo que foi adquirido através do recurso da emenda da
2472 Comissão de Participação Popular, mas já amarrar que este veículo será utilizado no
2473 CRAS, PAIF, nas equipes volantes, e que será priorizada a busca ativa e a inclusão
2474 dessas comunidades, que vivem em áreas rurais, ou esses grupos populacionais
2475 específicos no serviço dos benefícios sociassistenciais. Além de definir as
2476 responsabilidades para os municípios, nós definimos as responsabilidades para a
2477 SEDESE, que além de doar o veículo em si, vai ter que prestar assessoramento
2478 técnico para que esses municípios consigam alcançar esses objetivos. Então, é isso.
2479 Se houver alguma dúvida, estou aqui para esclarecer. **MARIA:** A Cristiane está
2480 querendo fazer uma pergunta, depois a Rosilene. **CRISTIANE:** É só uma dúvida. Em
2481 relação ao Art.3º, parágrafo único que fala: “será priorizado o município com maior
2482 população indígena”. Maior população indígena não está dizendo de territórios
2483 demarcados, não é? Quer dizer que indivíduos mesmo, não de áreas, territórios
2484 demarcados né? **MAÍRA:** Na verdade, esse dado de população indígena, a gente tem
2485 acesso à informação que a FUNAI estabelece. A FUNAI está com as informações dos
2486 territórios que já são considerados indígenas, mas, também, de territórios que tem
2487 inclusive grupos de índios e que não necessariamente tem um território indígena. A
2488 gente está com as duas informações da FUNAI, com essas duas referências. A
2489 informação que eles passam, é única. Ela considera presença de índios, independente
2490 se em território formal ou não. **CRISTIANE:** Não sei. Corrija-me se eu estiver sendo
2491 muito leiga. Eu fico imaginando que os territórios onde tem demarcação, eles estão

2492 de fato em áreas bem rurais, certo? Bem fora do núcleo. Eu fico imaginando se não
2493 deveriam ser esses municípios que deveriam ser priorizados, de ter prioridade,
2494 inclusive, sobre os municípios que tenham presença de população indígena. Eu acho
2495 que são duas coisas. Uma coisa são municípios que tem terras demarcadas, outra
2496 coisa são os municípios que tem população indígena. Eu entendo que os municípios
2497 que tem terras demarcadas, eu fico imaginando que as equipes volantes vão precisar
2498 mais de um veículo exclusivo para isso, entende? **MAÍRA:** Sim. O primeiro olhar não
2499 são comunidades indígenas com terras demarcadas pela FUNAI. O nosso primeiro
2500 olhar é CRAS. Na verdade, a nossa primeira fonte é CRAS que atende população
2501 indígena; CRAS que tem índio no seu território no Censo SUAS 2014. A nossa lógica
2502 é olhar para o sistema. É olhar no Censo 2014, que é o último que está com os dados
2503 fechados, disponibilizados e falar quais são os CRAS que falaram que atendem
2504 comunidade indígena, que tem comunidade indígena no seu território e que não tem
2505 carro exclusivo. **MARIA:** Quando a gente discutiu a proposta, eu avalei muito porque
2506 atende muito mais especificamente um povo direcionado a mim. Eu acho muito
2507 interessante a proposta, até porque ela segue critérios que a gente não precisa ficar
2508 buscando muito longe. Já existe todo um sistema de números que te dá condição de
2509 orientar, até para você dizer que “vai ser esse e não vai ser esse”. Eu achei bastante
2510 pertinente. Quando atende a população, é melhor do que quando atende a
2511 comunidade demarcada, senão você vai sair de um pressuposto de excluir quem não
2512 teve oportunidade, entendeu? **MAÍRA:** Até porque o processo é longo. **MARIA:** Sim.
2513 A Marta pediu, mas a próxima é a Rosilene. **ROSILENE:** É no Art. 4º, parágrafo único.
2514 “Os municípios que não se manifestarem no prazo estabelecido pela SEDESE serão
2515 considerados desistentes, sendo contemplados os municípios subsequentes”. Eu
2516 penso, talvez, em uma estratégia. Se tem uma avaliação, se tem um indicador, uma
2517 necessidade que seja investida ali, e aí o gestor, por alguma necessidade, não vai...
2518 Talvez seja fazer uma articulação com o Conselho Municipal para acompanhar,
2519 porque ele precisa se responsabilizar. Eu acho que é importante. **MAÍRA:** Sim. Ótima
2520 a sua manifestação. A nossa proposta não é fazer uma manifestação fria, tipo mandar
2521 uma carta o município e falar: “você se manifesta até tal dia, senão vai perder”. A
2522 gente está com uma proposta busca ativa de quem precisa fazer a busca ativa, sabe?
2523 A gente inclusive está se responsabilizando por isso. Essa coisa da manifestação foi
2524 uma preocupação de não simplesmente jogar o carro lá também. **MARIA:** Quando eu
2525 concordei da forma que colocou, a gente inclusive deu sugestão, é porque não
2526 podemos ficar preso na ideia de fazer a busca ativa, senão a gente perde os prazos
2527 e, também, porque tem outros municípios que estão aderindo. Estou dizendo isso
2528 porque eu estava na reunião do Nordeste com o Triângulo, a Caroline disse que foi
2529 no município três vezes e o dinheiro lá na conta. O prefeito disse: “eu não vou assinar
2530 o termo de aceite. Eu não quero mexer com isso”. Você entendeu? Em uma situação
2531 como essa, a gente tem que ter outra saída. A opção é ter outro município que está
2532 na condição também, que tem e que quer. Não vamos deixar o projeto parar por conta
2533 disso. **ROSILENE:** Concordo. A resolução também não pode ser tão detalhada,
2534 depois tem as orientações, tem todo um processo. Tem que deixar claro para a
2535 população que o município recusou. É divulgar que isso foi colocado para o município
2536 porque ele não quis. Obrigada. **MARIA:** Você quer falar Marta? **MARTA SILVA:** Eu
2537 queria só complementar. A lógica de construção do próprio texto da resolução é que
2538 no Art. 2º a gente diz dos municípios elegíveis, por quê? Pela apresentação que Aidê
2539 colocou, tem mais municípios que poderiam ser elegíveis e acessar esses veículos.
2540 Pelo o que ela mostrou, nós temos muito CRAS sem veículos, muito CRAS que atende
2541 população rural e tal. Mas a gente só tem esse recurso neste momento disponível
2542 para isso. Então, além dos critérios que estão colocados para eles poderem ter
2543 acesso, nós temos que priorizar. Como é que nós vamos priorizar um município que
2544 estiver com situação com CRAS na área de abrangência com população indígena? O

2545 desempate vai ser para que estiver com maior número de população indígena. A gente
2546 tentou afinar esse tipo de critério no momento da priorização e fechou com a
2547 prerrogativa do aceite também. É por isso que a gente colocou isso no Art. 5º e 6º
2548 dessas responsabilidades. **CRISTIANE:** Em relação essa questão que foi colocada,
2549 da habilitação dos municípios, deles se manifestarem. Tem uma experiência que
2550 aconteceu na época em que eu coordenava a comissão de acompanhamento e
2551 assessoramento dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte. Nós recebemos carros
2552 do governo federal. Todo mundo ficou muito feliz. Na hora que chega ao município,
2553 isso pode virar um problema muito grande quando o prefeito vira e fala para vocês
2554 que não tem motorista, não tem concurso. Como é que vai fazer? Aí vira um presente
2555 de grego, não é? O que seria solução vira um problema. Uma questão de critérios que
2556 precisa ser pensada é a questão de ter infraestrutura para receber. Às vezes o
2557 município chega aqui... Até para devolver é uma burocracia, até para atender outro.
2558 Às vezes você não ficou habilitado e percebe que não vai ter condições de manter e
2559 devolver é outro trâmite e questão de tempo. Eu acho que na habilitação poderiam ser
2560 colocados esses critérios mesmo, da infraestrutura, de como manter esse veículo
2561 porque vai ter a gasolina, vai ter tudo isso que impacta no orçamento do município.
2562 **MAÍRA:** No termo de aceite a gente colocou isso. Uma das cláusulas no termo de
2563 aceite é: "o município irá se responsabilizar pela manutenção e pelo funcionamento
2564 do veículo para atendimento dos usuários, das equipes". No termo de aceite isso está
2565 amarrado. Por isso que a gente fez a proposta do termo antes, para que ele não
2566 recebesse simplesmente o veículo. Então, ao assinar o termo, ele está assumido a
2567 responsabilidade. **SIMONE:** O Censo SUAS é um instrumento de monitoramento. Nós
2568 vimos esse ano os municípios nas condições que não tem. Ano que vem, nós vamos
2569 olhar também se eles vão informar que não tem. É uma forma de monitorar se o
2570 direcionamento está correto ou não. É uma forma. A gente tem que usar todas as
2571 formas, porque o monitoramento tem que partir de alguns pressupostos: primeiro se
2572 o município vai aceitar. Ele tem que aceitar as condições. A gente pactua, mas o
2573 prefeito tem que dizer se aceita; depois tem o termo de doação com o nome da
2574 prefeitura e do prefeito é responsabilizado. Ele assina também. Então, nós vamos
2575 monitorar isso. E tem também o papel dos Conselhos. É importante sair uma
2576 recomendação daqui, não é Maria? Acho que vocês que vão colocar aí, não sei se é
2577 a Soyla ou você, de que a gente recomende aos Conselhos que fiscalizem. **MAÍRA:**
2578 Simone, só mais uma observação nessa questão dos Conselhos. No termo também
2579 a gente cita o Conselho enquanto instância do controle social, inclusive de
2580 acompanhamento dessa utilização. A ideia é que esses Conselhos estejam cientes
2581 da proposta, inclusive da existência das comunidades tradicionais no território.
2582 Possivelmente já sabem, mas, reforça essa importância do Conselho, não é? **SOYLA:**
2583 É um assunto que tem que ser levado para dentro da comissão de apoio do CMAS
2584 sim. Na próxima reunião pautaremos isso, não é Sr. Walter? (RISOS) **SIMONE:** Na
2585 hora que terminar o processo, o aceite e tal, a SEDESE encaminha então para o
2586 Conselho Estadual o nome dos municípios para o Sr. Walter. Soyla, pessoal da
2587 comissão de apoio, para que vocês informem aos Conselhos Municipais a deliberação
2588 que foi tomada pelo Conselho Estadual, o objetivo do carro, para que o CEAS aprovou,
2589 e precipitando ao Conselho Municipal que ele acompanhe e fiscalize isso. Eu acho
2590 que a proposta é essa. **MARIA:** É isso mesmo. Vocês entenderam gente? De acordo
2591 com os questionamentos feitos sobre isso, é de informar, até mesmo para que lugar
2592 que foi, porque os municípios não fazem isso. **PÁSCOA:** Eu acredito que esse carro
2593 vai ser solução no município gente. Nós, assistente social, uma coisa que não temos
2594 é carro. E aí foi colocado aqui hoje que os CRAS não vão, os CRAS vão sim. Eu tenho
2595 conhecimento de equipe de CRAS que pega ônibus e vai. A gente não tem igual à
2596 saúde, aquela quantidade de carro. A secretaria de saúde no meu município tem um
2597 tanto de carro. Agora, a gente, na assistência, para conseguir um carro é uma

2598 dificuldade. Eu acho que esses carros vão ser solução. Tomara que tivessem mais!
 2599 **MARIA:** Nós vamos discutir mais doações, viu Simone? (RISOS) Eu prometi de
 2600 manhã que eu seria bem rígida. Acabei relaxando, não é? **SOYLA:** Relaxa! O
 2601 Hermellis falou que a gente está reavaliando a comissão de apoio ao CMAS, só que
 2602 a gente vai estar atendendo por enquanto... Enquanto a gente está reavaliando, que
 2603 no início por causa das reuniões, da agenda do Hermellis, ele só atendeu um. A
 2604 próxima se o Ronaldo não for, sou eu. Mas um de nós vai estar atendendo aqui os
 2605 CMAS. No próximo mês vamos atender uma média de quatro Conselhos. Se Deus
 2606 quiser! Rezem por nós para gente ter forças! **MARIA:** Muito bem. Fechando o nosso
 2607 ponto de pauta agora à tarde. Se tratando do que a gente está discutindo, da doação,
 2608 do ad referendum, tem algum conselheiro contrário? Então, não ficando ninguém
 2609 contrário, a gente considera aprovada por unanimidade. Uma salva de palmas para
 2610 nós, para os municípios e para as comunidades que vão ser atendidas. (APLAUSOS)
 2611 A gente quer esse ano, Maíra e Simone, que vocês voltem de novo, doando mais.
 2612 (RISOS) Quem sabe a gente chega até 100% dos municípios. Um dia a gente
 2613 consegue. Da minha parte, a nossa reunião de hoje foi bem produtiva. Eu acho que
 2614 foi muito boa mesmo. A gente agradece a participação de todo mundo, a
 2615 disponibilidade. Vamos torcer para que no próximo mês a gente tenha melhores
 2616 notícias para gente discutir aqui. Antes de encerrar, eu passo para Simone. **SIMONE:**
 2617 Eu quero agradecer a todos. Eu acho que cada reunião do Conselho Estadual só
 2618 mostra que estamos construindo aqui um espaço de discussão da política do Estado.
 2619 Eu quero agradecer muito a vocês pela confiança. A confiança é uma coisa que a
 2620 gente conquista cotidianamente. O Conselho tem se mostrado indiscutivelmente,
 2621 absolutamente parceiro, com críticas, com propostas. Eu tenho a agradecer muito aos
 2622 conselheiros e ao Conselho Estadual. Obrigada. **MARIA:** Agradeço todo mundo, a
 2623 secretaria executiva, os nossos técnicos do Conselho e todo mundo que participou.
 2624 Um bom retorno para todos. FIM.

ATA DEGRAVADA 209ª PLENÁRIA

Nome	Órgão/Entidade	Assinatura
Volney Lopes Araújo		
Cristiane Isabel Felipe	IMSNS	
Sandra Regina Ferreira Barbosa	SINTIBREF	
Josiany Vieira de Souza	ACONEQUISTAC	
Maria Alves de Souza	FETAEMG	
Ronaldo Gonçalves Oliveira	CMAS/JUIZ DE FORA	
Maria da Páscoa Andrade	COGEMAS	
Walter Figueiredo Souza	F.APAES	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Leonardo Koury Martins	SEDA	
Leonardo Carvalho Ladeira	SEPLAG	

Rosilene Aparecida Tavares	CRESS		
Marta Maria de C. Vieira Silva	SEDESE		
Hermellis Messias Tirado de Campos	CMAS/S. Francisco. De Paula		
Wilson de Sales Lana	SEF		
Mayra da Cunha Pinto Colares	SEDESE		
Marta Elizabete de Souza Aguiar	SES		
Érika Andrade Rocha	CRP		
Soyla Rachel dos Santos Rachel S. Pereira.	CMAS/PARACATU		
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE		
Luiz George Marcelino da Trindade	CMAS/LAGOA SANTA		
Silvana Célia de Campos	SEE		
Magda Lúcia Diniz e Silva Rocha	SES		
Cristiane Isabel Felipe	IMSNS		
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS/Leopoldina		
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE		